



Adriana Vidal de Oliveira

**A EXPRESSÃO CONSTITUINTE DO
FEMINISMO: Por uma retomada do
processo liberatório da mulher**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Direito do Departamento de Direito da
PUC-Rio.

Orientador: Prof. Adriano Pilatti

Rio de Janeiro
julho de 2007



Adriana Vidal de Oliveira

**A EXPRESSÃO CONSTITUINTE DO
FEMINISMO: Por uma retomada do
processo liberatório da mulher**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Prof. Adriano Pilatti

Orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Francisco de Guimaraens

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof^a. Leonora Figueiredo Corsini

UFRJ - LABTEC

Prof.^o João Pontes Nogueira

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro
de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2007.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização do autor, do orientador e da universidade.

Adriana Vidal de Oliveira

Graduada em Direito pela PUC-RIO em 2003 e pós-graduada em Direito pela mesma universidade em 2007. Áreas de interesse são Feminismo, Filosofia do Direito, Teoria do Direito e Teoria do Estado.

Ficha Catalográfica

Oliveira, Adriana Vidal de

A Expressão Constituinte do Feminismo: por uma retomada do processo liberatório da mulher / Adriana Vidal de Oliveira; orientador: Adriano Pilatti – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2007.

179f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas.

1. Direito – Teses. 2. Judith Butler. 3. Feminismo. 4. Atos Performativos. I. Pilatti, Adriano. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. IV. Título.

CDD: 340

Agradecimentos

É muito comum a reclamação entre os mestrandos de que o trabalho de elaboração da dissertação é bastante solitário. Sem dúvida, o momento da escrita ficou restrito, na maior parte do tempo, a essa reclusão. Porém, seria uma extrema injustiça atribuir a realização do trabalho somente a esse momento, quando na verdade, essa foi a menor parte. Além disso, após esse ingresso nos estudos da multidão, descobri, nas palavras de Deleuze e Guattari, que “cada um de nós já é vários” e que há um movimento contínuo entre as singularidades e a multidão. Definitivamente, esse não é um trabalho solitário. Fica aqui registrado o agradecimento à multidão que o produziu.

Ao meu orientador Adriano Pilatti e ao professor Francisco de Guimaraens, que me apresentaram ao autor Antonio Negri, me orientaram no ingresso em sua teoria e foram os grandes responsáveis pelo meu interesse nesse caminho trilhado pela tradição de pensamento da qual o autor faz parte. O professor Florian Hoffman também teve um papel importante nessa trajetória, com as críticas e observações feitas em relação ao projeto de dissertação. Aos secretários Anderson e Carmen, pelo carinho e pela atenção com que sempre atendem aos alunos da pós-graduação da PUC

Aos meus pais, sempre muito especiais, que foram importantes nesse momento, pois me apoiaram e deram a melhor estrutura que podiam desde que decidi participar da seleção do mestrado até o momento da impressão da dissertação. Meu irmão também foi fundamental, pois sempre foi um exemplo de tranquilidade no meio da turbulência.

Já que o tema é multidão e heterogeneidade, os queridos amigos que me acompanharam ao longo desse caminho merecem ser lembrados nesse momento, especialmente a minha turma de mestrado, que apesar das divergências de experiências e de convicções teóricas, soube constituir um comum sem desprezar as singularidades. Um especial agradecimento à grande amiga Tatiana Figueiredo, que me deu apoio nos estudos para a prova do mestrado e às amigas Karen, Ligia, Livia, Paula e Samantha, não só interlocutoras da melhor qualidade quando a questão é acadêmica, mas também doutoras quando o tema é diversão.

Por fim, um agradecimento especial ao meu grande amor Rodrigo de Souza Costa, que entrou na minha vida há tão pouco tempo, porém, produziu transformações radicais e abraçou como uma causa própria a dissertação. Além disso, seu apoio e carinho incondicionais foram fundamentais para a produção desse trabalho.

Resumo

Oliveira, Adriana Vidal de; Pilatti, Adriano (Orientador). **A expressão constituinte do feminismo: por uma retomada do processo liberatório da mulher.** 2007. 179p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Existe uma grande variedade de teorias feministas. Cada uma fundamenta a conquista de direitos das mulheres de forma bem distinta. O surgimento das vertentes do feminismo ocorre segundo as necessidades e os interesses em disputa da época em que elas são cunhadas. Por esse motivo, muitas podem, a princípio, ter uma aparência inovadora, de ruptura com uma determinada estrutura de poder imposta sobre o corpo da mulher. Porém, quando analisadas com o auxílio da perspectiva de poder constituinte trabalhado pelo autor Antonio Negri, a aparência de liberação não se sustenta, demonstrando que, na verdade, pode ser resultado de um esforço em sentido contrário ao processo revolucionário, um esforço próprio do poder constituído para frear a liberação da mulher. Nesse sentido, a autora Judith Butler tece importantes críticas a categorias utilizadas de forma bastante freqüente não somente pelo feminismo, como também por outros movimentos de minorias; estratégias de luta que, em vez de auxiliar na expansão do feminismo, acabam fazendo com que o movimento feminista e suas teóricas ou teóricos usem o mesmo aparato do poder para criar condições desiguais para as mulheres. Um desses recursos é o apelo à identidade, que exclui diversas categorias do movimento e é fundamental para a elaboração do conceito de Outro. As críticas a essa estratégia tradicional, bem como a teoria fundada pela autora ajudam a pensar em uma nova forma de se retomar o processo liberatório das mulheres.

Palavras-chave

Judith Butler, Feminismo, Processo Revolucionário, Atos Performativos, Mulher, Liberação, Multidão, Poder Constituinte, Antonio Negri

Abstract

Oliveira, Adriana Vidal de; Pilatti, Adriano (Advisor). **The Constituent Expression of Feminism: for the retaking of the woman liberation.** Rio de Janeiro, 2007. 179p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

There is a great variety of feminist theories. Each one of them explains the achievement of women rights in a different way. Feminism theories emerged according to the necessities and conflict of interests of the period in which they were created. For this reason, much of them may appear in the first moment to be innovative, to be going against certain power structure imposed upon woman's body. Nevertheless, when those theories are analyzed through the lens of the constituent power perspective used by Antonio Negri, the liberation perspective does not hold itself. In fact, they seem to be the result of an opposite effort towards the revolutionary process, an effort of the constituted power to break the liberation of women. In this sense, Judith Butler makes important criticisms to the frequently-used categories by the feminism movement and other minority movements. According to her, the struggle strategies used by minority movements lead the feminist movement to utilize the same apparatus of power that create unequal conditions for women, instead of supporting feminism expansion. One of the resources used is the appeal to identity, which excludes several categories of the movement and is essential to the elaboration of the *Other* concept. The criticisms to this traditional strategy as well as the theory founded by Butler help to enlighten a new way to retake the liberation process of women.

Keywords

Judith Butler, Feminism, Revolutionary Process, Performative Acts, Woman, Liberation, Multitude, Constituent Power, Antonio Negri

Sumário

Introdução	9
1. Pressupostos teóricos para a reflexão sobre o tema	13
1.1 Multidão e Imanência: a multiplicidade de singularidades e a viabilização desse processo pela ausência de modelo	14
1.2 O poder constituinte na concepção da tradição herdada por Antonio Negri e Michael Hardt	28
2. Os processos revolucionários das mulheres: experiências preparatórias da primeira e da segunda onda do feminismo no ocidente	52
2.1 Os primeiros conventos como uma possibilidade de fuga do casamento: a mobilidade da mulher no início do Cristianismo	56
2.2 Da Renascença às revoluções americana e francesa: os esforços da modernidade para impedir os processos liberatórios das mulheres	69
2.3 As incoerências do contratualismo como suporte para a teoria feminista	89
2.4 O surgimento da primeira onda de feminismo	101
2.5 O impacto da segunda onda do feminismo na década de 1960	123
3. Pelo retorno ao processo liberatório da mulher: a crítica de Judith Butler às estratégias de luta feminista e sua proposta para retomada do poder constituinte	134
3.1 Os fundamentos da Teoria Queer: uma perspectiva inovadora sobre o feminismo	135
3.2 A apropriação dos atos performativos pela multidão: uma possibilidade subversiva	154
Conclusão	171
Bibliografia	176

Nada é impossível de mudar
Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural
nada deve parecer imutável
(Bertold Brecht)

Introdução

O tema do presente trabalho começou a surgir no segundo semestre de 2005, com a leitura de uma das obras de Antonio Negri, *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, ao longo da disciplina de estudo de autores. Precisamente, o capítulo sobre a revolução americana foi o que possibilitou uma primeira cogitação acerca do tratamento que poderia ser dado à análise do movimento feminista. Negri entende que o poder constituinte americano foi encerrado pelo poder constituído com a constituição dos Estados Unidos e com a instituição da Federação, tendo sido retomado a partir dos anos 1950 e 1960, com o movimento negro. Um dos principais argumentos para que o autor identificasse um freio imposto ao poder constituinte no processo revolucionário foi a manutenção da escravidão após a independência. A questão dos negros havia, portanto, ficado pendente.

Por esse motivo, Negri ressalta que o processo revolucionário somente foi reiniciado na história americana com a articulação dos afro-americanos. Essa afirmação permitiu que diversas questões surgissem sobre a avaliação feita pelo autor em relação a esse procedimento revolucionário. A época em que o movimento negro impulsiona o poder constituinte americano coincide com a ebulição da segunda onda do feminismo.

Nesse sentido, por que o autor deixa de considerar essa atuação do feminismo como também uma nova articulação do poder constituinte norte-americano? Será que a partir dos parâmetros por ele considerados sobre poder constituinte, processos revolucionários e poder constituído o feminismo poderia ser interpretado como uma forma de manifestação do poder constituinte, como uma revolução? Caberia uma investigação da formação e do desenvolvimento das teorias feministas e do ativismo para tentar demonstrar em que momentos eles trabalharam pela liberação da mulher e em que momentos eles se desviaram e sucumbiram perante o poder constituído? Essas dúvidas pautaram o início do desenvolvimento da dissertação e aparecem como um norte especialmente para o segundo capítulo.

O interesse pelo feminismo, por sua vez, é anterior à descoberta do pensamento de Antonio Negri. Porém, somente ao longo do programa de mestrado foi possível ingressar nas discussões acerca da teoria feminista e do ativismo. Há uma diversidade muito grande de teorias e de fundamentos dentro do movimento feminista e Judith Butler foi indicada como uma perspectiva diferente da maior parte da produção sobre o tema. Na verdade, Negri e Hardt a mencionam em dois livros: *O trabalho de Dioniso* e *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. No primeiro para criticá-la e no segundo para incorporar os atos performativos à multidão. A dissertação foi a oportunidade de conjugar dois grandes interesses, ou ainda, esses grandes autores.

A dissertação pretende fazer uma leitura do feminismo como um processo revolucionário, a partir da preocupação do movimento com a liberação da mulher. Ao longo dessa trajetória são constatadas as opções eleitas pelo próprio movimento que o fizeram perder de vista seu projeto liberatório e os momentos nos quais o poder constituído conseguiu se sobrepor ao poder constituinte, além de apresentar uma possibilidade de inovação ou de retomada da liberação. Porém, o percurso aqui apresentado não teria sido possível se não fosse utilizada a perspectiva de Antonio Negri sobre o poder constituinte. Já a identificação da fragilidade das estratégias dos movimentos de minorias e a possibilidade de se retomar o projeto de liberação a partir de outras formas de lutas, diferentes do apelo à identidade, não seriam viáveis de serem aqui apresentadas se a proposta de Judith Butler não fosse indicada.

É necessário, ainda, esclarecer que se trata de um estudo teórico, não havendo pesquisa de campo. Os motivos são dois. Em primeiro lugar, a necessidade de formar um conhecimento um pouco mais aprofundado em relação à obra desses autores. De fato, seria bastante interessante verificar as estratégias utilizadas atualmente pelos grupos minoritários no Brasil para conquistar direitos, se há ou não um apelo à identidade, como ela é concebida e quais são os discursos que motivam as leis derivadas dessas lutas. Ingressa-se, então, no segundo problema, a falta de tempo ao longo de um mestrado para fazer toda a pesquisa teórica e ainda um estudo desse porte. Essa abordagem a partir da análise realizada por uma pesquisa de campo é mais adequada em um momento posterior, como o doutorado, quando as bases teóricas já estão mais sólidas.

A dissertação tem sua estrutura dividida em três grandes partes. A primeira será dedicada basicamente aos autores Antonio Negri e Michael Hardt. Se o tema começou a ser pensado a partir da perspectiva de Negri sobre o poder constituinte, é necessário, portanto, apresentá-la ao leitor. Essa concepção tão própria de Negri e da tradição da qual ele faz parte pode ter maior notoriedade em outras áreas, porém no Direito ela ainda sofre resistências. Não é qualquer estudioso do Direito que reconhecerá ou aceitará o poder constituinte na forma como é trabalhado por ele. Outros conceitos também serão abordados ao longo do primeiro capítulo. O termo multidão é um deles e sua aparição também é relevante, pois quando Negri e Hardt tratam dos atos performativos, eles terão uma abordagem a partir das ações justamente da multidão, ações essas que são uma repetição, mas não de forma a ser mera reprodução daquilo que é considerado real. Esses atos performativos esclarecem que a realidade é produzida também através deles e não é um dado prévio, por isso ela pode ser modificada por eles. O plano de imanência também mereceu destaque, pois Negri, Hardt e Butler produzem a partir dessa consideração. Outros conceitos conexos a esses também foram abordados, na medida em que eles facilitam a compreensão da estrutura do texto.

O capítulo seguinte foi um esforço para abordar a trajetória do feminismo. É importante deixar claro que não se trata de um histórico. A pretensão é apresentar as formas pelas quais as mulheres conseguiam se apropriar de determinados momentos, nem sempre favoráveis, para brigar pela liberação. Portanto, não houve uma preocupação em descrever a realidade da Idade Média ou do Renascimento, muito menos abordar detalhes dos processos revolucionários americano e francês e, sim, em demonstrar como até mesmo em condições adversas há a possibilidade de fuga e de estruturação de novas lutas. As revoluções são momentos abertos para inovações, porém, em razão do elevado grau de naturalização da condição das mulheres, nem elas podem ser simpáticas às suas causas por muito tempo. Esse capítulo tem início com as considerações sobre a arborescência e sobre o rizoma, estruturas que também são utilizadas quando são discutidos os projetos da transcendência e da imanência. O esquema estabelecido por Deleuze e Guattari auxilia na compreensão dos motivos pelos quais há tantas formas de feminismo, facilitando a própria leitura do capítulo.

O último capítulo retoma e aprofunda a teoria de Judith Butler. Primeiro, há uma ênfase nos problemas e nas falhas dos conceitos de sujeito e de mulher.

Posteriormente, a análise dirige com maiores esforços para o dualismo instaurado pela heterossexualidade. Em virtude da própria história de vida da autora, a abordagem que aparece em maior grau em sua obra é a realizada a partir da homossexualidade. Porém, os problemas constatados por ela incidem com muita força na mulher heterossexual. Por isso, os atos performativos trazem inovações também para elas, já que eles irão deixar claro que tudo o que envolve as questões de gênero é fruto de construção cultural e pode ser questionado.

Pressupostos teóricos para a reflexão sobre o tema

Este capítulo tem como objetivo principal apresentar alguns conceitos importantes que servirão de base para o enfoque que o tema proposto terá na dissertação. Tais conceitos guardam determinadas peculiaridades em relação à perspectiva a partir da qual eles serão abordados, uma vez que esta rejeita a tradição de pensamento dominante, justificando a necessidade desses esclarecimentos. Dessa forma, na medida em que eles aparecerem no corpo do trabalho, o sentido adotado já terá sido exposto previamente, evitando problemas na compreensão do tópico.

O primeiro tópico consistirá na abordagem de dois temas. A primeira etapa será a apresentação do plano de imanência, por ser esse o fundamento dos principais autores utilizados no decorrer do trabalho. Ter a imanência como ponto de partida implica em reconhecer algumas especificidades no feminismo proposto por Butler. Uma das conseqüências decorrentes disso é a possibilidade de crítica ao modelo identitário que a maior parte dos movimentos das minorias traz consigo, gerando uma série de problemas e freios ao próprio projeto de liberação. A identidade é duvidosa no que diz respeito à sua eficácia na luta por direitos, pois parte de um dado previamente estabelecido, estanque, algo além do qual não se pode ir e inviabiliza a criatividade inerente a qualquer revolução. As possibilidades ficam restritas aos modelos instituídos pelo poder e naturalizados por eles, como a mulher, branca, heterossexual, paradigma identificado por Butler como dominante para fundar o conceito de mulher. Essas questões serão retomadas quando o trabalho analisar a identidade como estratégia de luta. Posteriormente, o conceito de multidão aparecerá em conjunto com o ato performativo, trabalhado pela feminista Judith Butler. A aproximação desses dois conceitos foi feita por Negri e Hardt no intuito de ilustrar uma das formas pelas quais a multidão se constitui e atua. A multidão é o sujeito dos processos revolucionários e os atos performativos são importantes mecanismos de intervenção no real ao longo desses processos.

A segunda parte do capítulo será dedicada a tratar de forma breve o que Antonio Negri e Michael Hardt entendem por poder constituinte. Esse conceito

será muito importante ao longo do próximo capítulo para o estudo dos processos revolucionários desencadeados pelas mais diversas correntes do feminismo durante determinados momentos da história. O objetivo é que a teoria desenvolvida por Negri e Hardt sobre os movimentos do poder constituinte e do poder constituído em sentidos opostos sirva de base, no próximo capítulo, para o exame das origens da primeira e da segunda ondas do feminismo, assim como para auxiliar na constatação dos momentos de expressão do poder constituinte no feminismo e dos momentos em que o poder constituído se fez presente na tentativa de impedir o processo de liberação.

Por último, é importante esclarecer que esse não é um espaço destinado ao exame das origens das concepções de poder constituinte e de multidão retomados por Negri e Hardt, pois esse esforço implicaria em uma investigação própria, não havendo possibilidade de ser feito em um trabalho cujo principal objeto de análise é o desenvolvimento do(s) feminismo(s), o que por si só já é um objeto bastante amplo. O objetivo desse ponto é meramente fornecer o instrumental necessário desses autores para o entendimento da abordagem que será dada ao feminismo ao longo da dissertação.

2.1

Multidão e imanência: a multiplicidade de singularidades e a viabilização desse processo pela ausência de modelo

O plano de imanência foi o tema escolhido para iniciar a discussão por ser aquilo que permeia de forma comum as obras dos autores aqui escolhidos para figurar como referenciais teóricos. Além disso, ele é crucial para a compreensão das críticas à estratégia da identidade como mecanismo eficaz de luta de minorias, afinal, é fundamento da linha de pensamento da qual Negri, Hardt e Judith Butler são herdeiros. A idéia de imanência será tratada aqui de forma pontual, sendo a abordagem restrita às suas implicações no problema da identidade, uma questão muito cara ao feminismo, e a outros movimentos de minorias como negros e homoafetivos, por exemplo. A estratégia da identidade ainda é amplamente utilizada por eles. Por isso, o que se pretende nesse momento é demonstrar como o conceito de identidade foi um recurso criado em um determinado momento

histórico e utilizado para justificar segregações das mais diversas espécies. O tratamento a ser dado aqui ao plano de imanência parte dessa consideração.

Judith Butler abre a edição comemorativa de sua obra que ficou conhecida como um grande marco teórico para a teoria *Queer*, afirmando que, na época em que redigiu o texto original, ela escrevia com a fundamentação do plano de imanência, que permitia um suporte teórico bastante interessante para tecer críticas ao feminismo, em especial, a determinadas correntes dentro do feminismo. Apesar disso, a autora afirma que não imaginava na época a dimensão que seu texto poderia tomar, causando uma grande interferência dentro da teoria feminista¹. O teor dessas críticas não será trabalhado nesse momento. Porém, é interessante constatar que talvez a grande repercussão obtida pela sua obra se deva ao fato de uma maior notoriedade dada às peculiaridades daqueles que trabalham com a concepção de imanência, especialmente pelo simples fato de ser apresentada uma outra concepção de luta, não tão divulgada quanto a velha identidade. O importante agora é deixar claro esse motivo pelo qual a imanência terá um espaço nesse capítulo, aproveitando a própria colocação da autora para introduzir a discussão.

Inicialmente, devem-se destacar algumas peculiaridades do plano de imanência a partir das considerações de Deleuze e Guattari. Ele é um horizonte que está sempre em movimento, pois na medida em que o sujeito avança sobre ele, ele se afasta. Não há como estar fora dele, sempre se está nele. Tudo o que ocorre nele faz suas dimensões se expandirem². Ao mesmo tempo, a sua constituição não tem fim, sendo um “gigantesco tear”³. Por isso, ele é pura experimentação. Na consideração desses dois autores, só são filósofos aqueles que instauram um plano de imanência. Esse plano é pré-filosófico, é um pressuposto para a filosofia no sentido de ser sua condição interna, e não algo existente a priori. Ele apresenta variações de acordo com o traçado momentâneo do plano.

Se, nas palavras de Deleuze e Guattari, a filosofia é a elaboração de conceitos, estes irão povoar o plano de imanência, por isso, os conceitos e o plano são coisas diferentes, não cabendo confusão entre eles. O plano é uno, mas é variável, na medida em que é constituído, ou melhor, está em permanente construção por movimentos infinitos e que podem ser compostos uns com os

¹ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. vii.

² Cf. DELEUZE, G.; GUATTARI, F., *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 4, p. 55.

³ Id., *O que é a filosofia?* p. 55.

outros. Por esse motivo, o plano de imanência é único, mas é variação, conforme os movimentos ocorrem e se superpõem, tanto que se pode observar ao longo da história diversos planos de imanência que se sucedem ou até entram em conflito⁴. Para Deleuze e Guattari, a filosofia necessariamente ou pressupõe o plano de imanência ou o inicia. Portanto, se há ordem transcendente, instaurada por um déspota ou um Deus, ou seja imposta de fora, verticalmente, por algo considerado superior, não há filosofia e sim religião. A imanência inviabiliza qualquer ação vinda de fora. Dessa forma, ela irá possibilitar o entendimento de Butler acerca da ininterrupta constituição dos corpos, pois nem eles nem o sexo e o gênero são um dado prévio, um fato natural imposto.

Apresentado o plano de imanência de forma geral a partir da teoria de dois autores que são importantes referências dessa concepção, cabe agora expor a disputa entre transcendência e imanência, que ganhou muita força na modernidade, especificamente no instante em que se iniciou o conflito entre a modernidade decorrente da revolução humanista e a reação a essa revolução⁵, para localizar o momento de fundação do que se entende por identidade.

A modernidade nasce com a constatação da potência da humanidade no mundo. Enquanto geralmente se atribui como principal característica da modernidade a secularização do mundo, com a expulsão de Deus, Negri e Hardt não desconsideram a relevância desse dado, mas observam que na verdade a grande peculiaridade desse período entre 1200 e 1600 vivido na Europa é a descoberta do plano de imanência. Qual seria a importância dessa descoberta? Negri e Hardt afirmam que a potência de criação que tinha sido tirada dos homens pela transcendência do pensamento medieval, agora saía do céu e retornava para a terra, influenciando a filosofia, as ciências e a política. No plano de imanência, o poder das leis não vem de princípios estabelecidos em uma ordem superior, ele deriva das assembleias de cidadãos, não há qualquer referência externa a ele que imponha uma organização a priori⁶.

Tantas mudanças trazidas pela concepção de imanência e tanta potência nas mãos da multidão de singularidades obviamente resultariam também em forte

⁴ Cf. DELEUZE, G.; GUATTARI, F., *O que é a filosofia?* p. 55.

⁵ Cf. GUIMARAENS, F., *O poder constituinte na perspectiva de Antonio Negri: um conceito muito além da modernidade hegemônica*, p. 33.

⁶ Cf. HARDT, M.; NEGRI, A., *Império*, pp. 88 et. seq.

investimento em sentido contrário à liberação. Segundo Negri e Hardt, esse investimento contrário seria iniciado a partir da Renascença, momento em que teve início uma forte oposição à reapropriação do mundo pela multidão e uma nova forma de transferência da humanidade para um plano transcendental, que coincidiu com a descoberta da América e com a hegemonia Européia. A concepção transcendental saiu vitoriosa e sua atuação passou a ser pelo medo das incertezas da vida que as massas tinham, como o medo hobbesiano da morte, e de uma suposta garantia de segurança e de paz a qualquer custo, ao contrário do desgaste das lutas. A superstição retornou com toda a força, junto com a instauração do absolutismo monárquico. Negri e Hardt entendem que a partir daí, a modernidade passa a ser conceituada como crise, uma crise constante nascida da disputa entre as forças da transcendência, que pretendiam impor uma ordem, e as forças da imanência, com o projeto da liberação. Por essa razão, os processos revolucionários, as manifestações do poder constituinte sofreram grandes repressões. É importante ressaltar desde já que o poder constituinte se levanta sempre em sentido contrário à modernidade da transcendência⁷. Quando em um lugar os espaços revolucionários eram fechados pelo poder constituído, Negri e Hardt constataam que o sentido nômade do poder constituinte e da revolução garantia uma nova experiência em outro lugar. Por esse motivo, a Europa considerou urgente submeter outros povos a ela, em um movimento de contra-revolução global, reagindo à descoberta da igualdade no plano de imanência. Assim, as colonizações tiveram início.

O Iluminismo sofreu os reflexos dos projetos que fizeram oposição à revolução humanista e pretendeu controlar a imanência intaurando meios de elaboração de dualismos formais. Negri e Hardt constataam que as mediações foram construídas com a função de resolver a crise da modernidade⁸. Era importante configurar a necessidade delas para as ações humanas, como se fossem filtros dos fenômenos sociais que tornam relativas as experiências da multidão. As potências passam a ser restringidas pelo estabelecimento, pela imposição da ordem transcendental, instituída de forma prévia e impossível de ser atingida pelas ações

⁷ Cf. GUIMARAENS, F., *O poder constituinte na perspectiva de Antonio Negri: um conceito muito além da modernidade hegemônica*, p. 34.

⁸ Cf. HARDT, M.; NEGRI, A., *Império*, p. 96.

humanas. Portanto, impossível também de ser criticada, modificada e transformada.

Um dos resultados da vitória da transcendência foi a construção da estratégia da soberania, que possui uma estrutura eminentemente de regulação, caracterizada, entre outras coisas, pela unidade e pela indivisibilidade⁹, características essas aqui mencionadas por interessar ao tema abordado. Isso porque, na constatação de Francisco de Guimaraens, ambas possibilitam o Estado moderno a criar dualismos, a exercitar o poder e fundar um direito baseado na divisão binária de mundo, como por exemplo posse/propriedade, homem/mulher, masculino/feminino, sendo um reflexo da soberania do Estado moderno, uma vez que ela cria parâmetros que integram e/ou excluem em sua esfera, contribuindo com a criação da concepção de Outro. É justificada, assim, a elaboração da identidade. Identidade forjada, como um processo de criação e ao mesmo tempo exclusão do Outro.

A transcendência, portanto, gera pelo menos duas espécies de problemas que contaminam o conceito de identidade. O primeiro deles tratado no parágrafo acima, que diz respeito à fundação dos processos de exclusão, com base naquele que está fora do alcance da soberania do Estado moderno, na concepção de Outro. Nesse sentido, abre-se possibilidade para que esse mesmo mecanismo binário seja refletido no direito. O segundo problema decorre do primeiro e diz respeito ao estabelecimento de modelos a serem seguidos. A transcendência impõe um paradigma e, como dito anteriormente, inviável de ser modificado pelas ações humanas. A identidade é um modelo previamente estabelecido, que limita o comportamento a determinadas formas. Nesse sentido, dualismos como homem/mulher, masculino/feminino excluem qualquer outra possibilidade na vivência da sexualidade, pois há uma receita insituída para as singularidades se adequarem, as hibridizações não são permitidas. Por esses motivos, Judith Butler pressupõe a imanência para seu trabalho e entende que o processo de liberação de grupos minoritários somente pode ser retomado com o abandono da perspectiva identitária em prol das singularidades.

Multiplicidade de singularidades é o que compõe a multidão. A multidão é um termo incorporado por Hardt e por Negri especialmente para realizar uma contraposição entre os que poderiam ser, a princípio, prováveis sujeitos que

⁹ Cf. GUIMARAENS, F., *O poder constituinte na perspectiva de Antonio Negri: um conceito muito além da modernidade hegemônica*, p. 40 et seq.

conduziriam o processo constituinte. Nesse sentido, há um grande confronto entre concepções de povo e nação e a de multidão, especialmente pelos dois primeiros termos serem dotados de um significado que implica em uma união forçada. A multidão não é um conceito que envolve uma homogeneidade, exigindo uma identidade interna entre os membros de uma comunidade. A identidade serve a um propósito: a exclusão. A multidão, ao contrário, é sempre inclusiva em relação aos que dela ainda não fazem parte. Butler propõe algo bem próximo para que o conceito de mulher, a ser trabalhado no último capítulo, deixe de ser excludente. Por esse motivo, se multidão está sempre aberta e receptiva aos demais, ela é inconclusiva, é também constituinte, diferente do povo, algo constituído em prol da defesa da soberania¹⁰.

Explorando de forma mais intensa as diferenças entre povo e multidão, uma vez que os autores afirmam ser a multidão o ator político capaz de conduzir um processo direcionado para as transformações sociais e a liberação, a função que o conceito de povo exerce é justamente reduzir as diferenças existentes no interior da população, forçando a construção de uma identidade comum a todos os membros. Essa redução é o que possibilita o entendimento dos autores acerca do povo e sua forma típica de governo, sempre a partir da concepção de poder soberano. A multidão não é restrita a uma determinada identidade, ela é, ao contrário, sempre plural e múltipla, não sendo viável para ela governar com a noção de soberania, de acordo com a tradição identificada pelos autores como hegemônica na teoria política.

A multidão é formada por um conjunto de singularidades. Em outras palavras, o que os autores pretendem expor com tal afirmação é simplesmente o fato de não ser possível torná-las restritas a uma mera unidade, subjugando-as à uniformização. Um exemplo disso é que a multidão diz respeito à classe, raça, gênero e sexualidade, todos esses aspectos são abrangidos por ela, fazem parte de sua composição. Porém, uma ressalva deve ser feita para não gerar incongruência no pensamento dos autores. As diferenças desse sujeito social são mantidas em seu interior, ao contrário da identidade gerada pelo conceito de povo, ou de qualquer identidade concebida como um modelo prévio, ela representa uma unidade que não pode ser diferenciada de modo algum.

¹⁰ Cf. HARDT, M.; NEGRI, A., *Império*, p. 120.

Nesse sentido, Negri e Hardt reforçam a necessidade de confrontar a multidão com outros conceitos que dizem respeito às diversas formas de entidades que designam outras coletividades também plurais, como por exemplo, as massas¹¹. Aqueles que fazem parte das massas não são considerados pelos autores como singularidades, pois as diferenças entre eles na verdade se dissipam na indiferença do todo, o rol de diferenças fica inerte nessas coletividades e é perdido em um conglomerado indiferente. Esse é um problema comum aos conceitos que geralmente denotam coletividades plurais. A tradição que lida com o conceito de multidão é híbrida. Uma outra característica comum às massas e outras coletividades diz respeito aos sujeitos que as compõem, pois são sujeitos sociais passivos, necessitando serem sempre conduzidos. Tal fato não significa que eventualmente eles possam produzir efeitos, mas não há possibilidade de atuarem de forma espontânea. Essa é a razão pela qual essas entidades coletivas são muito facilmente manipuladas por forças externas, ou seja, são as famosas “massas de manobra”.

O peculiar do conceito de multidão diz respeito ao sujeito social, ao contrário dos demais, ser essencialmente ativo. As ações da multidão são fundadas no que as singularidades possuem em comum e não em uma identidade imposta ou em uma unidade, menos ainda na indiferença, no fato dos membros se ignorarem mutuamente. Esse é um pressuposto lógico para, em um momento posterior, se passar à etapa de compreensão do motivo pelo qual apesar da multidão ser múltipla e ter diferenças internas, ela possui capacidade para atuar conjuntamente e governar a si própria. O seu grande desafio é a democracia, ao mesmo tempo em que ela é o sujeito mais apto para a realização plena do regime democrático, afinal, trata-se do “governo de todos por todos”¹², sem que isso implique em uma ditadura da maioria em detrimento das singularidades.

Os autores destinam uma boa parte dos seus esforços para a perspectiva que trabalha a multidão a partir da ênfase no conceito socioeconômico, pois entendem que essa foi uma vertente há muito abandonada, pelo fato de não se falar mais sobre classe em relação às demais diferenças sociais. O ponto da argumentação deles, brevemente abordado aqui, é no sentido de identificar no capital um mecanismo disposto a transformar a multidão em uma unidade orgânica, enquanto

¹¹ Cf. HARDT, M.; NEGRI, A.. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, pp. 139 e 140.

¹² Ibid., p. 141.

que o papel do Estado é transformá-la em povo¹³. Contudo, eles reconhecem a existência de outras singularidades produzidas além das que se referem aos fenômenos econômicos, podendo ser citada aqui a construção da sexualidade. A produção dessas singularidades de fato toma praticamente a vida social como um todo, incluindo a produção de afetos. Nas demais construções da biopolítica eles reconhecem a existência de abordagens muito próximas ao que entendem por multidão¹⁴.

¹³ Os autores Antonio Negri e Michael Hardt adotam um entendimento próprio no que se refere ao termo pós-modernidade. Para eles a pós-modernidade não significa uma ruptura no paradigma moderno, não significa que as teorias que fundamentaram a modernidade tiveram fim, estão esgotadas e sim uma mudança, “conquista” do capital, no modelo de trabalho, que antes era material e agora é imaterial. Tal fato ocorreu porque o trabalho foi subsumido ao capital, todos os processos de produção estão dentro do próprio capital, não há mais exterior. O trabalho imaterial toma conta da vida e dos corpos, na medida em que ele se refere à produção de afetos, construção de redes de comunicação e de relações sociais e produção de conhecimento e formas de vida. Nesse sentido, ele toma conta de toda a vida, pois não há como aplicar a antiga lógica das fábricas, do trabalho material a essa nova estrutura. Na estrutura da fábrica havia uma hora predeterminada de início e término de trabalho, agora não há horário definido para se ter idéias ou constituir relações. A questão principal é identificar que as formas do trabalho imaterial não são fragmentadas, na verdade acaba-se induzindo à constituição de um ser social comum, devido aos mecanismos de comunicação e colaboração peculiares do trabalho imaterial. Esse ser social novo é um sujeito central na produção e reprodução atual da sociedade e que possui a capacidade de criar uma outra sociedade. Os autores chamam esse novo ser de uma nova carne. A nova carne formada pelo paradigma do trabalho imaterial pode produzir um corpo que venha a ser utilizado a serviço do cspital, mas pode também se organizar de forma autônoma, como uma forma de poder da carne, cuja capacidade é a de transformação ao longo da história para a concepção de um outro mundo. O trabalho invade a vida como um todo nesse sentido produzindo subjetividades. Por último, é importante ressaltar que apesar do paradigma do trabalho imaterial dizer respeito à construção de relações e afetos, sendo nesse sentido muito atrelado à concepção tradicional do papel da mulher na família e na sociedade, os autores deixam claro que elas não têm qualquer vantagem sequer no mercado de trabalho atualmente. Ocorre justamente o contrário. Elas continuam em posições subalternas e com salários inferiores aos dos homens, além de terem mais dificuldades de atingir cargos dotados de maior autoridade. Cf. HARDT, M.; NEGRI, A., *Multidão: guerra e democracia na era do Imperio*, p. 152 et. seq.; Cf Id., *O trabalho de Dioniso: para a crítica ao Estado pós-moderno*, p. 32 et. seq.

¹⁴ A biopolítica foi enfrentada pelos autores na obra *Império* a partir de um debate com Foucault, sobre o conceito de biopoder. De forma breve, o poder disciplinar, de acordo com Foucault, deu conta do corpo do indivíduo. O corpo como uma analogia à máquina, no que se refere à necessidade do poder de adestramento e de se usurpar sua força, na sua integração a sistemas que controlam a economia e a eficácia de sua produção, bem como no desenvolvimento de sua docilidade e de sua utilidade. Esse procedimento ocorreu pela via das instituições. O poder disciplinar, desenvolvido no século XVII, diz respeito aos procedimentos que moldam anatomicamente e politicamente o corpo humano. Interligado a essa estrutura de poder, no século XVIII surge o que Foucault chama de biopolítica da população. O seu foco era o corpo da espécie humana, ou seja, já não dizia respeito meramente ao controle do indivíduo. O corpo sobre o qual recairia o controle agora seria agora o da mecânica do ser vivo, observando e incidindo nos processos biológicos de nascimento, mortalidade, proliferação, grau de saúde da população, duração da vida, habitação, saúde pública, migração e todas as condições que ocasionam a variação desses dados. A biopolítica incide sobre a população e dessa forma, as duas estruturas de poder, disciplinar e biopolítica, instauram o que Foucault entende ser a era do biopoder. O século XIX conhecerá, ainda um forte aparato tecnológico de poder sobre a sexualidade. É importante ressaltar que essas duas formas de poder não são excludentes, sendo a primeira, na realidade, uma facilitadora da segunda. A segunda é o investimento que o poder faz no controle da vida na via de cima para baixo. O biopoder foi imprescindível para dar suporte ao

Nesse sentido, há novamente referências a correntes feministas e a políticas contra o racismo aproximando as teorias por parte de Negri e Hardt. Quando os movimentos feminista e de raça expõem que não lutam por um mundo sem diferenças raciais ou de sexo e sim por um mundo no qual essas diferenças possam ser plenamente expressadas e não sejam relevantes para determinar de forma prévia e fixa os papéis sociais, hierarquias e dominação social interna, na realidade esses movimentos já induzem a uma concepção de multidão muito parecida à concepção dos autores, porém com um ponto de vista diferente, por não tratar necessariamente do problema econômico operado pelos autores, com forte dedicação às classes.

Obviamente, apesar das diferenças de foco no que se refere à abordagem de uma singularidade ou outra, de acordo com o movimento a ser analisado, tal fato não exclui as demais singularidades, no sentido de que essas divisões entre problemas de raça, gênero/sexo, sexualidade e classe são todas interligadas, em que pese as preferências dos autores em trabalhar com um ou outro tema. O próprio feminismo retrata bem essa constatação. Há diversas correntes dentro do feminismo, cada uma delas relacionada com outras questões que o perpassam e contribuem para a composição do problema enfrentado pelo feminismo. Por esse motivo são identificadas correntes teóricas feministas relacionadas também às discussões sobre raça, sexualidade, classe, etc. A transformação radical do mundo sensível deve ocorrer para que as limitações e os aspectos provocadores de destruição inscritos nas diferenças se transformem na força motora da multidão.

Seguindo a linha da transformação radical do mundo e da multidão como seu ator principal, Negri e Hardt constatarem que, até agora, a multidão constituída pelas singularidades foi muito absorvida pelo corpo político global do capital, com a imposição de hierarquias no trabalho estabelecidas geograficamente, e foi controlada por uma estrutura composta de poder econômico, político e jurídico, no

desenvolvimento do capitalismo, na medida em que ele garantiu que os corpos fossem devidamente controlados e ajustados aos aparelhos de produção. As forças, as aptidões foram majoradas para isso, sempre com o cuidado de não tornar a sujeição mais difícil. Além disso, as técnicas da biopolítica no controle em todos os níveis sociais garantiram o desenvolvimento dos processos econômicos, funcionando, inclusive, como instrumento de segregação e imposição de hierarquia. Negri e Hardt reconhecem os avanços da interpretação de Foucault, mas fazem uma ressalva no sentido de Foucault não prestar atenção à dimensão criativa que o biopoder pode dar origem. O corpo biopolítico não precisa negar a força produtiva original que o anima, pois ele também é multidão de singularidades que se relacionam, que além de produzir, tem um caráter conflitivo. Cf. FOUCAULT, M., *História da sexualidade: a vontade de saber*, p. 131 et. seq.; Cf HARDT, M.; NEGRI, A., *Império*, p. 47 et. seq.

intuito de garantir a exploração com maior eficácia desse corpo. Sendo assim, eles identificam atualmente uma necessidade de se refletir sobre os mecanismos alternativos a esse corpo político global do capital que podem estruturar a multidão de outra forma, uma dessas possibilidades é a trabalhada por Butler. O primeiro fato a observar é verificar que a produção do comum e a produção das subjetividades se alimentam mutuamente, estimulam uma a outra.

Em outras palavras, a subjetividade é produzida através da cooperação e da comunicação, e por sua vez esta subjetividade produzida vem a produzir novas formas de cooperação e comunicação, que por sua vez produzem nova subjetividade, e assim por diante. Nessa espiral, cada movimento sucessivo da produção de subjetividade para a produção do comum é uma inovação que resulta numa realidade mais rica. Talvez devamos identificar nesse processo de metamorfose e constituição a formação do corpo da multidão, um tipo fundamentalmente novo de corpo, um corpo comum, um corpo democrático¹⁵.

Esse mecanismo permite aos autores afirmar que, apesar da formação de um corpo e das ações dele serem conduzidas em uma direção, a multidão nunca deixará de ser heterogênea, plural. Não há risco dela se tornar uma unidade totalitária dividida em hierarquias distintas. Nesse sentido, a condição do corpo humano formulada por Spinoza é utilizada pelos autores como exemplo de multidão, de heterogeneidade que o compõe e ao mesmo tempo, que atua de forma comum¹⁶. As subjetivações ocorrem pela afetação das singularidades no espaço comum, não podendo se pensar um indivíduo exterior a esse espaço¹⁷. Ao mesmo tempo, as singularidades produzem o comum pela via da cooperação. Portanto, um movimento alimenta necessariamente o outro.

Deleuze e Guattari também contribuem para compreender o mecanismo de atuação da multiplicidade de singularidades como um corpo comum, criticando a concepção sobre o inconsciente que deixa de perceber seu povoamento. Freud é o alvo dessa crítica, pois deixou de perceber que o inconsciente já era composto por uma multidão. Eles constatarem o reducionismo freudiano em relação ao inconsciente, pois tudo se resume ao pai, demonstrando um desprezo pelas multiplicidades que o compõem. O corpo humano já é uma multidão de

¹⁵ HARDT, M.; NEGRI, A., *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, p. 248.

¹⁶ Cf. *Ibid.*, p. 248.

¹⁷ Cf. GUIMARAENS, F., *O poder constituinte na perspectiva de Antonio Negri: um conceito muito além da modernidade hegemônica*, p. 136 et. seq.

multiplicidades, o inconsciente também¹⁸. O corpo humano e o inconsciente são constatações de como as multiplicidades agem para o comum como um corpo único, apesar da heterogeneidade em suas constituições. Não se deve ter receio, portanto, da multidão de singularidades, ela é plural e heterogênea, mas atua em função do que há de comum em seu interior¹⁹.

Atualmente, a teoria da performatividade como fonte de produção criativa do comum é uma das que mais interessa a Hardt e Negri. Judith Butler, feminista que ganhou notoriedade no início da década de 90 do século XX, quando fundou o que depois ficou conhecido como teoria *Queer*, é especialmente reconhecida pelos autores no que diz respeito à atuação das multiplicidades. Nesse momento as inovações trazidas por Butler serão examinadas pelas lentes de Negri e Hardt, e posteriormente haverá um capítulo próprio, dedicado à apresentação mais profunda da estrutura do feminismo inaugurado por Butler²⁰.

¹⁸ Cf. DELEUZE, G.; GUATTARI, F., *MilPlatôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 1, p. 43.

¹⁹ O termo comum vem sendo repetido ao longo do texto sobre multidão algumas vezes, portanto, é necessário comentar qual sentido a palavra comum adquire quando adotada pelos autores Negri e Hardt. Comum não significa que seja idêntico, pois a identidade é uma concepção rejeitada por essa tradição de pensamento. O comum para esses autores decorre do conceito desenvolvido por Spinoza. Importante frisar novamente que essa dissertação não mencionará a obra do autor do século XVII, pois além de não ser objeto direto da análise do trabalho, Spinoza é um autor de muita densidade e requer dedicação. O que se pretende é fornecer um instrumental importante. Por esse motivo, a compreensão do que significa o termo comum para Negri e Hardt se dará através do comentador André Scala. Comum não remete ao idêntico. Comum é a relação existente entre a parte e o todo. No caso, cada corpo é singular e o que eles têm em comum é o fato de expressarem o todo. O comum é o mesmo nas partes e no todo, mas não é idêntico nas partes. A noção comum é a idéia que os corpos têm daquilo que eles possuem em comum e é pela noção comum que se dá o conhecimento da união entre os corpos e as mentes com o todo da natureza. Os corpos têm em comum o fato de serem extensos, o que significa dentro dessa tradição ocupar um lugar que nenhum outro corpo ocupa e ser uma coisa singular (chamada também de modo) certa da extensão. As noções comuns entre os corpos singulares são produzidas na medida em que esses corpos se afetam pelo que há de comum neles. Cf. SCALA, A., *Espinosa*, p. et. seq. O exemplo dado por Negri e Hardt de uma produção comum é a comunicação, utilização de linguagem, símbolos, idéias e relações compartilhadas. Os atos performativos ingressam também nessa produção do comum. A consequência da comunicação é justamente a construção de outras idéias, imagens, símbolos e relações. Atualmente, deve-se reconhecer que a produção do comum perpassa por todos os âmbitos, do político ao econômico, não havendo mais a possibilidade de considerar o terreno econômico como instrumental, enquanto o político seria responsável pela democracia a partir da comunicação e dos processos de colaboração social. Cf. HARDT, M.; NEGRI, A., *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, pp. 256 et. seq.

²⁰ Antes de investigar as propostas de Butler a partir da lente de Negri e Hardt, é importante esclarecer uma modificação ocorrida na obra desses dois autores ao longo do tempo referente ao feminismo de Butler. Na obra *O trabalho de Dioniso: para a crítica ao Estado pós-moderno*, os autores fizeram questão de diferenciar as suas óticas da teoria de Butler, ressaltando que a concepção que adotariam seria a do trabalho, não tendo relação com o conceito de performatividade nas práticas sociais. Porém, o que permite a associação dessas duas teorias é o próprio reconhecimento e a exaltação posterior da teoria *queer* por parte de Negri e Hardt, na obra nesse momento bastante referida na dissertação *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Para um melhor detalhamento das antigas críticas já superadas desses autores em relação aos atos

Tradicionalmente, a teoria política e a filosofia não se importavam com as questões do corpo e das diferenças sexuais, consideradas de menor relevância dentro desse universo. Essa indiferença toda se devia a um motivo: o pressuposto de que a regra era o corpo masculino, o que estimulava a subordinação da mulher em âmbito social e, ao mesmo tempo, mascarava os corpos pela via do argumento da natureza, que exerceu influência e até mesmo fundou corrente dentro do feminismo em determinados momentos na história. A teoria cunhada por Butler em meados de 1990 supera a estratégia feminista de lembrar do corpo em vez de não reconhecer uma diferença existente entre os sexos dentro da política e da filosofia para combater essa espécie de subordinação. A contradição nessa estratégia anterior de determinando as correntes do feminismo dizia respeito ao fato dela fazer questão em ressaltar a diferença. Esse procedimento de colocar força na diferença pode ser perigoso, pois gera interpretações que fundamentam e justificam a desigualdade existente.

A grande peculiaridade observada por Negri e Hardt na teoria *Queer* está na sua preferência pela performance social, da carne da multidão e de suas singularidades, em vez de focar nas diferenças naturais do corpo. Na verdade, essa é uma teoria feminista contrária ao corpo. Essa estratégia elaborada por Butler, de acordo com Antonio Negri e Michael Hardt, resolve uma contradição dentro do feminismo, pois se por um lado o corpo da mulher era a fonte de praticamente toda opressão social sobre ela, por outro lado, foi essa peculiaridade do corpo feminino que iniciou e sustentou as lutas feministas no decorrer da história do feminismo. Sendo assim, teorias como a de Butler, que são contrárias ao corpo como um dado natural e apostam na performatividade, contribuem para desfazer essa contradição e ampliar o âmbito de atuação e de impacto do feminismo.

A constituição do comum é amplamente visível nos atos performativos trabalhados por Butler. A autora desconsidera a classificação realizada até então pelo feminismo no que diz respeito à tradicional diferença existente entre as concepções de sexo e de gênero. A tradição feminista chegou a vislumbrar na classificação do sexo como algo natural e do gênero como produto de construção social uma grande inovação nos mecanismos de luta feminista. A saída era o

performativos deve-se recorrer ao livro *O trabalho de Dioniso: para uma crítica ao Estado pós-moderno*, especialmente nota 3. Cf. HARDT, M.; NEGRI, A., *O trabalho de Dioniso: para uma crítica ao Estado pós-moderno*, p. 18 et. seq.

recurso ao gênero, uma vez que ele não seria natural, inexorável como o sexo e sim originado no interior da sociedade e, por isso, poderia ser combatido, alterado²¹. Esse foi durante muito tempo um recurso das lutas do feminismo para a alteração da condição da mulher, mas Butler mostrou ser uma estratégia que poderia trazer complicações ao movimento. Isso porque, em sua interpretação, a criação do gênero somente tem uma função: dar um aspecto natural à concepção de sexo. Na realidade, para a autora, ambos decorrem de criação social, não há um natural e outro não. Há, portanto, um processo de naturalização do corpo ditado pela cultura.

Dizer que o sexo é natural significa restringir possibilidades, inviabilizar transformações, não somente no corpo da mulher como também, como observam Negri e Hardt, no corpo social, uma vez que elas são singularidades que compõem a multidão, afetando e sendo afetadas por ela. Além disso, para Butler, as mulheres ainda se encontram mais subordinadas no que diz respeito à raça e sexualidade, pois o corpo como um todo passa a ser encarado como natural, imutável. Há uma imposição, por exemplo, do comportamento heterossexual sobre o homossexual, estabelecendo-se, assim, uma hierarquia, uma heterossexualidade compulsória fundamentado na reprodução. Se o corpo masculino exercia o papel normativo, a heterossexualidade acaba assumindo uma função semelhante na propositura de um modelo normativo a ser seguido. O homossexual passa a ser alvo dos mesmos problemas enfrentados pelas mulheres no que se refere à adequação aos modelos identitários.

Sendo assim, para Butler, nem o sexo nem o corpo sexuado da mulher são naturais. Assim como o gênero, eles são também representações que ocorrem no cotidiano. Em sua grande maioria, os homens reproduzem o masculino e as mulheres reproduzem o feminino. Aqueles que transgridem esses comportamentos começam a fazer outras espécies de representações, o que tem como consequência o estímulo à ruptura da norma. Esse procedimento de ruptura pela repetição será detalhado adiante²². A criação do binômio sexo/gênero, na verdade, teve o papel de tornar o sexo imutável, torná-lo natural, fazendo a cultura incidir no gênero. Uma das propostas da autora é justamente esclarecer em que medida o sexo, portanto,

²¹ Cf. PATEMAN, C., *The Sexual Contract*, p. 225. Essa divisão entre sexo e gênero teve grande notoriedade durante muito tempo no feminismo por ter sido apresentada por Simone de Beauvoir. O tema será retomado nos capítulos seguintes.

²² Cf. O terceiro capítulo tratará desse tema de forma mais profunda, quando o principal objeto de análise for a produção teórica de Butler.

também é uma questão culturalmente elaborada, especialmente retomando e aproveitando a discussão de Foucault sobre sexo e sexualidade²³.

Negri e Hardt observam que esse tipo de construção teórica foi alvo de grandes críticas no sentido de considerá-la muito individualista, por acreditar que o indivíduo possui essa imensa margem de liberdade e de vontade nas escolhas de sua performance, como se ele fosse capaz de decidir de forma rotineira qual papel irá representar em que dia. A autora, obviamente, esclarece que os atos performativos não são fruto de uma simples escolha individual dentre um grande leque de opções. Eles estão restritos às performances ocorridas no passado e às interações no seio da sociedade, assim como ocorre no mecanismo do hábito. Isso significa, por outro lado, que se não cabe uma completa liberdade individual, a performatividade não é imutável, ela depende de uma ação de colaboração comum dessas duas esferas fundada na comunicação.

Porém, os autores fazem uma ressalva: os atos performativos não estão restritos a incidir nos corpos sociais modernos. A constatação de que o sexo também é reproduzido ao longo das representações do cotidiano é libertadora no sentido de que há possibilidade dos corpos subverterem essas representações e inovar nelas. Butler afirma que as possibilidades de rompimento e inovação das performances estão relacionadas a repetições falhas, deformidades e paródias²⁴. Por esse motivo, Negri e Hardt reconhecem na teoria *Queer* um importante mecanismo coletivo de rebelião e de produção criativa. Não é uma questão de sobrepor a identidade homossexual sobre a heterossexual, na verdade trata-se de deslegitimar qualquer afirmação de identidade²⁵.

2.2

O poder constituinte na concepção da tradição herdada por Antonio Negri e Michael Hardt

O conceito de poder constituinte a ser explicitado aqui é cunhado a partir da perspectiva das lutas por liberação e não diz respeito à concepção mais conhecida

²³ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 117. As referências constantes serão o primeiro volume da História da Sexualidade e o caso Herculine.

²⁴ Cf. Ibid., p. 179.

²⁵ Cf. HARDT, M.; NEGRI, A., *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, p. 260 et. seq.

no Direito sobre o poder constituinte, que culmina e tem seu fim na elaboração de uma constituição. O poder constituinte é abordado como aquilo que traz a inovação nas revoluções, garantindo a positividade delas. A elaboração de uma carta constitucional, ao contrário, é justamente o momento em que o poder constituinte é aprisionado pelo poder constituído, em que a criatividade inaugurada pelos processos revolucionários para que se constituam formas inovadoras de produção da vida é interrompido, ainda que essa interrupção seja sempre provisória, pois os limites ao poder constituinte não são barreiras impossíveis de se ultrapassar, já que é próprio do trabalho dele a internalização e superação desses limites.

É nesse sentido que o conceito de poder constituinte incidirá sobre a análise do feminismo, como um movimento revolucionário de transposição de limites e proposição de novas formas de vida, não mais restritas, por exemplo, ao modelo identitário que se funda no masculino/feminino e evidentemente impõe barreiras à elaboração criativa que pode ir além e romper com esse dualismo. A análise de momentos cruciais para as fundações das diversas correntes de teorias feministas bem como do movimento feminista no próximo capítulo será feita a partir dessa lente, com essa compreensão acerca do conceito de poder constituinte.

Realizadas tais considerações, cabe ressaltar, nas palavras de Francisco de Guimaraens, que:

O poder constituinte não pode ser concebido adequadamente segundo uma determinada forma de expressão constituinte, de maneira que tal conceito sempre se manifesta na prática humana concreta de modo singular.(...)

(...) O horizonte da crise e do conflito é constitutivo do modo de produção do real e dele não se podem afastar as coletividades. O real é produzido através dos conflitos, que, por serem dispositivos de produção do real, não são, em qualquer momento, definitivamente superados ou superáveis²⁶.

A dimensão conflitiva diz respeito às disputas próprias da política acerca da partilha de um determinado espaço, seja ele público ou privado, que têm como principal pressuposto a igualdade. A política é a perturbação da ordem instituída, no que se refere à estrutura, à gestão e à distribuição do poder, bem como da gestão da coletividade, para a inclusão de algo que ainda é heterogêneo a ela. Obviamente essa igualdade não surge de forma espontânea no seio da sociedade,

²⁶ GUIMARAENS, F., *O poder constituinte na perspectiva de Antonio Negri: um conceito muito além da modernidade hegemônica*, p. 147.

ao contrário, é fruto do conflito, do dissenso, ou seja, de uma turbulência no lugar, naquilo que Rancière descreve como “configuração do sensível”²⁷. Mais do que uma disputa entre algumas categorias sociais, divergências de perspectivas ou simples luta por reconhecimento, o dissenso é o conflito acerca da estrutura do sensível, ou entre diferentes compreensões do mundo.

O feminismo será tratado nessa dimensão do conflito, sem modelo previamente estabelecido, compreendido como adequado, mas considerando as experiências singulares de algumas das fases percorridas pelo movimento na luta por liberação e, para isso, será necessário primeiro realizar uma abordagem geral da concepção de poder constituinte de Antonio Negri e Michael Hardt. Dessa forma, o conceito de processo revolucionário assumido pelos autores poderá incidir ao longo do próximo capítulo sem causar problemas em relação à abordagem dada por eles ao tema. Esse projeto de liberação, de luta contra os poderes opressores e pela tomada das rédeas do destino da humanidade é a própria definição do que é a Modernidade na concepção de Negri e Hardt²⁸, sendo esse momento o marco teórico para o capítulo posterior, que irá abordar como ocorreu o processo constituinte no feminismo, ou como as mulheres²⁹ se apropriaram de determinados períodos e espaços na história e constituíram reivindicações e lutas próprias de suas realidades.

A discussão agora se volta para o próprio entendimento do poder constituinte, a partir da crise inerente a ele, pois para fazer incidir essa forma de análise em uma de suas expressões, o feminismo, é necessário esclarecer o sentido aqui tomado quando há referência ao próprio poder constituinte. Conforme foi esclarecido anteriormente, quando essa tradição se refere a tal poder, ela não pretende adotar uma abordagem segundo a qual o poder constituinte tem sua finalidade restrita à produção de uma constituição que, após concebida, torna-se

²⁷ RANCIÈRE, J., O Dissenso, In NOVAES, A., *A crise da razão*, p. 373.

²⁸ Cf. HARDT, M.; NEGRI, A., *O trabalho de Dioniso: para a crítica ao Estado pós-moderno*, p. 154.

²⁹ Cf. A palavra “mulher” aqui é utilizada da forma como o senso comum a compreende, pois esse ainda não é o momento de problematizar tal conceito como principal sujeito da luta no feminismo atualmente. Esse tema será abordado de forma mais profunda na análise das considerações feitas pela feminista Judith Butler, que aparecerão no terceiro capítulo.

independente dele. Essa tradição compreende o poder constituinte como ele próprio sendo a constituição³⁰.

Uma das primeiras críticas que Negri faz em sua análise sobre o tema diz respeito à concepção jurídica, como um poder que surge de forma repentina, se presta a elaborar uma constituição e estruturar os poderes e a hierarquia no Estado, impõe um ordenamento jurídico inteiramente novo e desaparece após cumprir tais funções. Essa concepção gera dificuldades para se justificar e ser sustentada, na medida em que explicar como um poder é instaurado, “surge do nada e organiza todo o direito”³¹ traz bastante problema para a ciência jurídica, por gerar incoerência. Como algo que surge a partir do nada, conseguiria legitimação para estruturar o ordenamento jurídico? O autor afirma que, nesse aspecto, o direito sempre se esforçou bastante para caracterizar o poder constituinte em sua perspectiva absoluta, mas para em um momento posterior, torná-lo limitado.

Nesse sentido, para a perspectiva do direito, o poder constituinte pode produzir um ordenamento inteiro, ele é onipotente, porém ele deve ser, em contraposição, limitado em sua dimensão temporal e espacial, restrito a um único evento, deve ser um poder extraordinário. É justamente em sentido contrário a essa concepção tradicional de poder constituinte que o autor vai construir a sua noção própria de tal poder ao longo de diversas obras suas e em conjunto com Michael Hardt. A principal preocupação é demonstrar, a partir do trabalho dos autores, que não se pode determinar que o poder constituinte tem fim, que está encerrado, para no capítulo final analisar de forma mais profunda uma perspectiva dentro do feminismo que inviabilize o término, a colocação de um ponto final no processo de liberação da mulher. Na verdade, se a constituição do corpo não tem fim, se o sujeito, no entendimento de Butler, não está nunca pronto, sempre há espaço para o poder constituinte, para a inovação. O poder constituinte, na realidade, é ilimitado em seu aspecto temporal e espacial. O que o poder constituído faz é tentar restringi-lo à elaboração de normas constitucionais, torná-lo restrito ao simples âmbito de produção do direito que irá regulamentar os corpos. Esse é o seu esforço.

³⁰ Cf. HARDT, M.; NEGRI, A., *O trabalho de Dioniso: para a crítica ao Estado pós-moderno*, p. 194 et. seq.

³¹ NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 9.

Os mecanismos que tratam de frear o poder constituinte servem, entre outras coisas, para que a originalidade, a singularidade e a inalienabilidade de cada experiência sejam perdidas. A discussão sobre a titularidade de tal poder é um exemplo desses mecanismos para Negri, bem como o artifício da representação, que o deixa a cargo dos limites próprios do sufrágio e sofrendo as restrições impostas pelas regras de funcionamento de um parlamento, que manifestam as restrições instituídas culturalmente. Portanto, a principal questão do poder constituído é a forma pela qual o poder constituinte será domado, controlado. As propostas dos juristas para essa empreitada são as mais variadas.

Em linhas gerais, as três propostas examinadas por Negri possuem algumas especificidades: a primeira proposta ressalta a transcendência do poder constituinte em relação ao poder constituído; a segunda proposta apresenta o poder constituinte como imanente; a terceira compreende o poder constituinte como algo em harmonia com o direito positivo, perfeitamente sincronizado, não passando pela questão da imanência ou da transcendência dele³². Como o objetivo aqui é somente fornecer os instrumentos necessários para a futura análise do feminismo como um processo revolucionário, essas três posições serão tratadas de forma breve somente para permitir um melhor entendimento do que o autor quer dizer com as estratégias de aprisionamento do poder constituinte pelo poder constituído, para que depois tal raciocínio possa ser efetuado no problema proposto no presente trabalho.

A perspectiva transcendental entende ser o poder constituinte algo anterior ao ordenamento jurídico e ao mesmo tempo historicamente exterior a ele. O poder constituinte é o que dá fundação ao ordenamento, mas sua relação com ele se rompe no momento imediatamente posterior e a ordem jurídica acaba ganhando completa autonomia em relação ao poder constituinte. Nesses termos, o objeto das ciências jurídicas é esse ordenamento jurídico autônomo. O poder constituinte passa a ser um problema da história ou da sociologia, excluído do direito. Por força dessa autonomia do ordenamento, as normas jurídicas já não têm nenhuma relação com o poder constituinte no que se refere à produção, elas somente observam as demais normas de produção de outras normas.

A imanência do poder constituinte em relação ao ordenamento constitucional não implica na uniformidade dos autores sobre a forma de abordagem do tema. Na

³² Cf. NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 12.

verdade, as bases teóricas são as mais diversas. O importante é que, se por um lado agora a densidade do momento histórico não é afastada de vez do campo da ciência do direito por ser o poder constituinte reconhecido como o responsável pela dinâmica da constituição, por outro lado há todo um esforço no sentido de torná-lo nulo. Pode-se recorrer nesse momento tanto à transcendência, no intuito de transformar a imanência do fato histórico no direito em mero “horizonte providencial”³³, quanto na limitação do tempo, chamada por Negri de concentração temporal³⁴. Essa hipótese implica em destacar do poder constituinte somente uma ação, e assim como ele inova, ele também passa a ficar restrito puramente a essa ação única em um determinado momento. O poder constituinte acaba sendo engolido pela constituição, toda a sua originalidade é absorvida pela máquina estatal. Dessa forma, ele tem seu fim decretado, encerrado no poder constituído.

Por fim, será apresentada a proposta que integra o poder constituinte de forma completa no poder constituído. Nesse campo da teoria, a perspectiva histórica é de grande relevância. O poder constituinte não é só fato, ele é apreendido também em seu caráter de originalidade pelo direito constituído, pela legalidade. A constituição social decorre da composição de grupos e de forças políticas. O Estado surgido no interior de uma determinada sociedade já possui uma normatividade própria que decorre dessa composição das forças e da política e o ponto de partida para se realizar a interpretação ou possíveis mudanças da constituição jurídica, constituição formal, será precisamente essa constituição social, ou material. “A elasticidade da constituição formal é delimitada pelas forças que constituem politicamente a sociedade e formam sua constituição material através de compromissos institucionais contínuos”.³⁵ O principal problema apresentado por Negri para esse entendimento acerca do poder constituinte é a perda do processo de liberação e da originalidade, uma vez que tal concepção pode dar ensejo e fundamentar um poder totalitário, como efetivamente ocorreu ao longo da história. O norte do poder constituinte é a democracia e a política, realizadas pela multidão. Portanto, o autor identifica nessa teoria a intenção, mais uma vez, de frear o poder constituinte.

³³ NEGRI, A., *O poder constiuinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 14.

³⁴ Cf. Ibid., loc. cit.

³⁵ Ibid., p. 19.

Independentemente da adoção de qualquer uma dessas três estratégias por parte da ciência jurídica, o que ela pretende é elaborar uma forma ou encontrar um mecanismo que consiga dar conta de suprimir o poder constituinte, de privá-lo de sua potência revolucionária e da busca por liberação. Essa é a sua pretensão pela via do direito público. Nesse aspecto, a perspectiva do constitucionalismo é ainda mais adequada para esse feito, pois de acordo com o constitucionalismo liberal, as instituições absorvem completamente o poder constituinte. Sendo assim, ele representa a limitação do governo tanto em âmbito teórico, como em âmbito prático, pois até o poder constituinte passa a estar submetido a determinado processo legal que o organiza, a uma regulamentação efetiva e dura realizada pelo direito para neutralizar o poder constituinte. Nas palavras de Negri:

O paradigma do poder constituinte, ao contrário, é aquele de uma força que irrompe, desfaz todo o equilíbrio preexistente e toda continuidade possível. O poder constituinte está ligado à idéia de democracia, concebida como poder absoluto. Portanto, o conceito de poder constituinte, compreendido como força que irrompe e se faz expansiva, é um conceito ligado à pré-constituição da totalidade democrática. Pré-formadora e imaginária, esta dimensão entra em choque com o constitucionalismo de maneira direta, forte e duradoura. Neste caso, nem a história alivia as contradições do presente: ao contrário, esta luta mortal entre democracia e constitucionalismo, entre o poder constituinte e as práticas dos limites da democracia, torna-se cada vez mais presente à medida em que a história amadurece seu curso³⁶.

A ruptura efetuada pelo poder constituinte com o passado inviabiliza sua explicação a partir desse passado. Por esse motivo, apesar de seus esforços, o constitucionalismo não consegue regulamentar o poder constituinte, uma vez que ele está em constante formação em qualquer lugar. Não se pode impedir sua temporalidade constitutiva. Enquanto somente o futuro pode explicar o poder constituinte por ele possuir uma dimensão criativa e inovadora, o constitucionalismo está restrito ao passado, diz respeito somente ao que já foi consolidado e está inerte, engessado. Por esse motivo, o poder constituinte tem profunda conexão com os processos revolucionários.

A representação também é identificada por Negri como uma estratégia para controlar e limitar o poder constituinte. Nesse sentido, a democracia representativa constitui uma continuação do constitucionalismo. O poder constituinte está em crise

³⁶ NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 21.

não só no que diz respeito à sua relação com o poder constituído, o constitucionalismo e a soberania, mas também com a concepção de representatividade, como uma forma de restringir sua potência. A crise decorre do fato de não haver qualquer síntese possível na tensão gerada entre o poder constituinte e poder constituído. Portanto, é tomando como ponto de partida a crise e a ausência de síntese que se entende o poder constituinte.

Os juristas tentam superar a crise do poder constituinte de forma ineficaz, mas a proposta de Negri pretende justamente o contrário, a aceitação dessa crise, pois ela faz parte do conceito de poder constituinte. A crise, na verdade, é bem-vinda, pois ela significa que o poder constituinte não está subordinado a nada, nem à representação, nem à soberania e muito menos à finalidades ou limitações instituídas pelo constitucionalismo. Quando essa subordinação é imposta, o caráter fundador do poder constituinte é afastado, deixado de lado. O problema é que não se pode negar a sua natureza de fundamento e não de algo que foi fundado. A crise do processo constituinte é resultado das barreiras impostas a ele, das interrupções causadas no curso das revoluções, ou dos reflexos da disputa entre transcendência e imanência. É importante ressaltar que as crises são incessantes. Não dizem respeito somente a alguns acontecimentos dentro dos processos revolucionários, fazendo parte da própria estrutura do poder constituinte e da disputa entre ele e as instituições do poder constituído. A crise não se restringe às interrupções no devir revolucionário, ao seu aspecto puramente negativo, ela tem a perspectiva da ação, uma vez que ela não é mero limite, é também um obstáculo colocado contra a multidão, que contribui para liberá-la.

A ação não deve ser tomada pelo seu sucesso, ela deve ser compreendida por ela própria na medida em que tenta sempre obter um outro sucesso. Por esse motivo, a crise não é rejeitada pelo poder constituinte, ao contrário, ela é incorporada ao seu conceito, especialmente, em sua perspectiva positiva, de atividade incessante. A crise leva o poder constituinte a essa atividade constante, ininterrupta. Conclui-se, portanto, que não há somente uma via, a da crise do poder constituinte, há também uma outra via de interpretação para Negri: a do poder constituinte como crise. Essa noção de produção de subjetividades a partir da crise rompe com a racionalidade da modernidade, com uma linha evolutiva e com um projeto utópico.

A tradição constitucionalista entende que o poder constituinte opera de forma extraordinária e em um determinado tempo e espaço, com o intuito de conceber uma constituição nova. Tais aspectos inviabilizam seu caráter inovador. Se a tentativa de restringi-lo temporal e espacialmente já é absurda, tentar estabelecer uma finalidade para a sua existência para Negri é ainda mais complicado, em virtude da inovação inerente a ele. É uma tentativa esquizofrênica, por ser inviável determinar previamente como será essa capacidade inovadora, seu processo de criação. Se é previamente determinada, não possui qualquer inovação. O direito apela para a representação e para a soberania para encerrar o poder constituinte. A estratégia da representação implica na construção de esquemas de hierarquia³⁷. A soberania passa a ser o fundamento do ordenamento jurídico, nas palavras de Negri, o vértice. Ela é uma oposição ao poder constituinte, pois ele é a base. Se ela possui uma finalidade, tempo e espaço restritos, constituição formal e rígida e seu caráter absoluto significa totalitarismo, por outro lado, ele é pluralidade de tempo e espaço, seu caráter absoluto não implica em totalitarismo, ao contrário, ele induz à democracia radical³⁸.

A defesa da inexistência de limites e finalidades específicas para o poder constituinte permite que se proponha uma abertura completa como alternativa à restrição dele. Essa tradição aberta é a raiz da democracia. Não havendo nem fim específico, nem constituições prévias, existe uma maior liberdade para a atuação da multidão. Se as possibilidades são inúmeras, se não há modelo previamente estabelecido, a multidão é movida por essa ausência, que implica no desejo que a conduzirá a esse movimento. É uma ausência e um grande vazio de limites e o poder constituinte surge neles e supera a inexistência de um fim previamente determinado. O poder constituinte surge no vazio e a partir dele constitui absolutamente tudo. É justamente por esse fato que a multidão não se trata de uma massa uniforme, total. Ela é caracterizada pelas singularidades. As considerações acerca da ausência de modelo e de finalidade, bem como a constituição da multidão por multiplicidades abertas foram abordadas anteriormente, mas é importante lembrar que serão retomadas especificamente no interior do feminismo,

³⁷ Essa estrutura hierárquica e de representação produz reflexos também nas relações de gênero, a serem examinadas posteriormente. De qualquer forma, as lutas feministas foram muito duras até conseguirem conquistar uma abertura no espaço público. Os padrões estabelecidos pelo gênero e pela a heterossexualidade impõem a hierarquia, estabelecem uma ordem e tentam naturalizá-la.

³⁸ Cf. NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 25.

ao longo do segundo capítulo, e na parte dedicada à autora Judith Butler, no aprofundamento das crítica às lutas fundadas na identidade.

A relação do poder constituinte com a democracia implica na configuração dela como onipotente e expansiva, características comuns ao processo constituinte. A democracia é a única forma de governo absoluto³⁹, em que a liberdade é também um procedimento entendido como absoluto. A prática da democracia necessita que o poder constituinte seja um conceito plenamente aberto, em vez de sofrer as restrições que a ciência jurídica tenta lhe impor com suas estratégias já mencionadas e trabalhadas anteriormente. A ausência e o desejo também impulsionam o movimento democrático. O poder constituinte não é formado para no momento posterior ser incorporado em instituições. Ele pretende “construir mais ser – ser ético, ser social, comunidade”⁴⁰. Esse aspecto amarra ainda mais as relações entre democracia e poder constituinte.

A forma pela qual se deve compreender o poder constituinte, uma vez que ele não se restringe ao estabelecido no poder constituído, deve considerar seu aspecto de originariedade. Por esse motivo, também há uma íntima conexão entre o poder constituinte e os processos revolucionários. A revolução e o poder constituinte estão de mãos dadas e quando a presença do segundo é identificada, a primeira está em plena ebulição. Ambos fazem parte dos aspectos transformadores da ação humana e da capacidade de formação e construção da história. Tal aspecto ficará mais claro ao longo do próximo capítulo. Quando se fala em construção da história pelo poder constituinte e pela revolução, podem ser incluídos nessa análise movimentos tais como de resistência, rebelião, insurreição, enfim, processos em geral de liberação dos corpos do domínio e da escravidão por parte de outros. Cada um desses processos com suas peculiaridades. A resistência está mais inserida no

³⁹ Em linhas gerais e a aproveitando as considerações de Marilena Chauí sobre o tema ao analisar Spinoza, a democracia é compreendida como governo absoluto por ter fundamento na inclusão social, enquanto a monarquia e a aristocracia são baseadas na desigualdade e na eliminação de importante parcela social do governo. Nesse sentido, a democracia irá satisfazer o desejo que todos têm de governar e não ser governados e a estabilidade política depende justamente de saciar essa necessidade, pois muitas guerras e rebeliões têm início pela exclusão de determinadas categorias sociais, que se sentem ameaçadas pelos governantes. Essas categorias não se cansarão de reivindicar poder e, uma vez conquistado, também não deixarão de lutar para conservá-lo. Nesse sentido, para garantir que a política tenha alguma estabilidade, é necessário que sejam criados cada vez mais mecanismos de distribuição de poder, como conselhos e assembleias, evitando ou pelo menos dificultando a corrupção por parte de um determinado particular e sua identificação pessoal com o poder. Cf. CHAUÍ, M., *Política em Espinosa*, p. 285 et. seq.

⁴⁰ NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 38.

cotidiano, fazendo parte da rotina dos sujeitos, seja no trabalho contra um patrão, seja na família contra um pai ou um marido, por exemplo. A insurreição já enseja algo em comum no discurso político, é a reunião de diferentes formas de resistência, uma estruturação das resistências anteriormente isoladas em determinados setores sociais. O poder constituinte é a inovação trazida pela resistência e pela insurreição, trazida pelos processos revolucionários⁴¹. Em relação à proximidade entre o poder constituinte e os processos revolucionários:

O direito e a constituição seguem o poder constituinte – é ele que dá racionalidade e forma ao direito. O poder constituinte manifesta-se como expansão revolucionária da capacidade humana de construir a história, como ato fundamental de inovação e, portanto, como procedimento absoluto. O processo desencadeado pelo poder constituinte não se detém. Não se trata de limitar o poder constituinte, mas de torná-lo ilimitado. O único conceito possível de constituição é o de revolução: poder constituinte concebido como procedimento absoluto e ilimitado⁴².

Portanto, o poder constituinte origina de forma permanente direitos e sempre afirma a sua existência, não admite ser restringido. Realizada tal constatação, resta investigar qual seria o sujeito que melhor daria conta do processo constituinte como procedimento absoluto e ilimitado, pois o alvo deve ser uma estrutura constitucional que mantenha sempre uma abertura para as inovações do poder constituinte. A ciência jurídica já construiu algumas teorias a respeito do sujeito do poder constituinte e Negri examina o problema de três delas: a que considera como sujeito a nação, a que atribui a titularidade ao povo e a que atribui a ele determinados mecanismos jurídicos, assim, o próprio poder constituinte seria composto por uma série desses mecanismos de poderes jurídicos.

A primeira concepção a ser criticada é a de nação. A princípio, ela até poderia ser apropriada para caracterizar o sujeito do poder constituinte. O problema apontado por Negri é que nação é um conceito muito genérico, sendo, por isso, de fácil manipulação. Nesse sentido, ele aparece em certos momentos históricos fazendo o esforço oposto. Em geral, quando o conceito de nação começa a ser utilizado no cenário histórico, o poder constituinte foi interrompido ou sofreu algum tipo de limitação. Além disso, esse conceito está intimamente relacionado com um “determinismo ético, valorações históricas, necessidades políticas,

⁴¹ Cf. NEGRI, A., *Cinco lições sobre o Império*, p. 197 et. seq.

⁴² NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 40.

urgências jurídicas, mas sobretudo uma forte sobredeterminação naturalista”⁴³. Por haver essa conexão com o determinismo histórico, o conceito de nação não possibilita a abertura necessária para o poder constituinte. Na realidade, é nesse momento que ele serve como bloqueio, como ruptura ao processo constituinte.

Porém, para que as peculiaridades locais sejam respeitadas, Negri e Hardt tecem uma consideração específica sobre o uso do conceito de nação. Em países considerados subalternos, a nação pode ter um significado diferente. Enquanto na Europa ela foi utilizada como mecanismo de dominação mundial, sendo uma das principais responsáveis pela imposição de uma hegemonia, em países periféricos esse conceito pode exercer um papel completamente diferente, ou melhor, um papel contrário se ele for utilizado como estratégia por grupos subordinados, que sofrem com algum tipo de dominação.

Quando está nas mãos de grupos dominantes ele tende a ser utilizado para inibir o processo constituinte, porém nas mãos de dominados esse conceito pode ser um forte instrumento de modificação das circunstâncias sociais e de união. Isso é impossível de negar, pois o conceito de nação pode fazer uma oposição significativa aos Estados hegemônicos e forças políticas externas que tentam se impor sobre as forças internas. Nesse sentido, o conceito de nação, a princípio pode até exercer uma função progressista nos termos dos países dominados. Porém, essa é uma estratégia muito perigosa, na medida em que internamente o conceito de nação dentro desses países pode ser fundado em opressão interna de um grupo por outro, instaurando uma unidade forçada, forjando uma identidade que gera desigualdades e perseguições. O lado que faz frente e organiza as resistências às dominações que vêm de fora pode configurar um poder dominante, opressor das singularidades em seu interior para forçar uma identidade em nome de uma segurança nacional. Por esse motivo, esse recurso não é recomendável, o sucesso do empreendimento pode estar comprometido com grupos internos tão opressores quanto os que vêm de fora⁴⁴.

O segundo conceito a ser alvo das críticas negrianas é o de povo como sujeito constituinte, pois ele também é muito genérico e se permite ser aprisionado de forma rápida pelos mecanismos impostos pelo direito na qualificação de quem

⁴³ NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 43.

⁴⁴ Cf. HARDT, M.; NEGRI, A., *Império*, p. 123 et. seq.

seria apto para encarnar o sujeito constituinte ou governar. Nesse sentido, o sujeito do poder constituinte deveria ser aquele adequado a uma determinada ordem que previamente ditaria qual seria a sua essência. Essa condição do povo como sujeito certamente apresenta menos limites do que a de nação, uma vez que a primeira não tem a mesma ligação com a concepção naturalista da segunda, porém, o esforço ainda é no sentido de frear o movimento expansivo do poder constituinte.

O principal problema com o povo como sujeito do poder constituinte é que ele sempre implica na valorização do direito já constituído, pois é ele quem irá ditar as condições para ser sujeito constituinte, ou seja, não é aberto a inovações. Além disso, Negri e Hardt observam que povo é um conceito que, para ser cunhado, ainda depende da concepção de Estado-nação e somente consegue ganhar espaço em sua ideologia. A criação do conceito de povo também contribuiu para o surgimento do Outro, pois povo também é dotado de unidade, funda uma identidade com uma vontade única, construído com base na soberania. A lógica da identidade do povo depende da eliminação de diferenças. Ele começa a tomar o lugar do conceito de nação ao longo dos séculos XVIII e XIX, na Europa, com o uso da máquina do racismo nas colonizações. A identidade européia foi constituída em uma oposição em relação aos nativos de cada colônia. Ainda há uma outra lógica de eliminação de diferenças no conceito de povo. Se por um lado, a princípio ele é criado a partir de um processo dialético com os outros, no sentido de nativos, por outro lado, há ainda um processo interno de uniformização, com o recurso da representação de toda população por parte de uma determinada raça, classe econômica, camada social hegemônica, ou por um determinado sexo⁴⁵.

A terceira concepção de sujeito é criticada pelo autor por inviabilizar de início qualquer hipótese de compreender o poder constituinte como absoluto, pois ele próprio é caracterizado como uma série de mecanismos e artifícios jurídicos. Para essa concepção, sempre haverá necessidade da mediação do direito. A historicidade do poder constituinte, a singularidade de cada momento não é desconsiderada, mas serve como limite material imposto por ele mesmo. Dessa forma, a ciência jurídica consegue provocar uma inversão, pois ela não afasta a potência do processo constituinte, ela a transforma em uma restrição interna ao dar origem à constituição material.

⁴⁵ Cf. HARDT, M.; NEGRI, A., *Império*, p. 120.

Considerações e críticas feitas sobre os problemas das construções de sujeito do processo constituinte elaboradas pela ciência jurídica, resta agora examinar qual seria a proposta do autor em relação a esse sujeito, retomando aqui as considerações acerca da multidão. Para tal tarefa, ele recorre principalmente à concepção de poder elaborada por Foucault. É importante observar que Butler também se funda nessa criação de Foucault para viabilizar os atos performativos subversivos. O poder constitui homens que funcionam como elementos completamente inseridos em sua máquina, nesse sentido, totalitária. Por outro lado, os homens são compostos por uma série de resistências que possuem a capacidade de liberação de suas vidas e fazem a devida oposição a essas prisões⁴⁶. Ainda que o sujeito esteja completamente inserido nas estruturas de poder, ele é potência. Esse sujeito⁴⁷ é o que apresenta maior compatibilidade com o sentido absoluto do poder constituinte, pois nele não há nada determinado de maneira prévia apesar dos esforços do poder em assim definir, ele constitui, produz e inova, ele é o grande produtor de acontecimentos absolutos.

Cabe apontar uma ressalva a respeito do chamado procedimento absoluto feita por Negri: o sentido absoluto do poder constituinte e de seu sujeito não induz de forma alguma a um regime totalitário. A relação que se faz entre a negação dos princípios liberais e o suposto totalitarismo decorrente daí tem origem na tradição contratualista e sua concepção de fundação dos direitos do homem no contrato social. Um dos principais problemas do contratualismo é retirar o fundamento imanente e material desses direitos, as disputas ocorridas na história, a supressão do conflito. Para abandonar a perspectiva da imanência, o recurso utilizado pelo contratualismo é o apelo à transcendência, à concepção de direito já predeterminada e conhecida pelos homens através da razão, seja essa transcendência fundada em um Deus, hipótese hobbesiana, seja em um conceito como o de vontade geral, hipótese de Rousseau. A feminista Carole Pateman trabalha com o contratualismo no intuito de criticar algumas correntes do feminismo que apelavam para tal teoria como fundamento, observa que o contrato social não foi elaborado para libertar e trazer a igualdade, conforme os

⁴⁶ Cf. NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 45.

⁴⁷ Butler coloca em xeque o próprio sentido da idéia de sujeito em um de seus trabalhos. Tal problema será abordado no último capítulo.

contratualistas insistiam em pregar e sim para justificar a sujeição civil na modernidade⁴⁸.

A perspectiva da imanência trata de um processo constituinte absoluto que nada tem de totalitário, pois a concepção de absoluto apreendida por Negri de uma tradição da modernidade distinta do contratualismo é a mencionada anteriormente, nas considerações realizadas não só no item anterior como acerca da democracia como única hipótese de governo absoluto. É uma concepção que, na realidade, se opõe ao totalitarismo, pois este somente aparece quando se tenta negar as origens do poder constituinte, quando se tenta burlar seu sujeito. Nesse sentido, para Negri, os processos revolucionários não são de forma alguma prisões ao poder constituinte, ao contrário, eles possuem uma abertura permanente espacial e temporal, resistindo aos poderes opressores, constituindo e inovando na comunidade pela via da democracia. Portanto, a democracia não pode ser compreendida como um braço do liberalismo político ou do constitucionalismo, pois seu principal esforço é no sentido de liberar o poder constituinte das amarras colocadas nele pelo poder constituído⁴⁹.

É necessário, ainda, ressaltar que o sujeito do poder constituinte é inserido na história, ou melhor, constitui a história, já que ele não encontra limites ou prisões que sejam insuperáveis por ser um sujeito aberto. Uma conexão interessante que pode ser feita entre essa afirmação de Negri com o pensamento de Judith Butler é a compreensão da autora sobre o conceito de mulher. Em nota anterior, foi afirmado que a palavra mulher seria utilizada em um sentido convencional até o momento do aprofundamento na teoria de Butler. Porém, já se pode esclarecer que a autora entende que a categoria mulher não pode ser determinada, definida ou fixa. Deve ficar aberta para que seja inclusiva e instrumento de contestação⁵⁰. A característica histórica desse sujeito ainda implica em outra conclusão: a de que ele é, sem dúvida, temporal, que consegue produzir seres e não se retringe à mera revelação de outros, pois possui grande capacidade constitutiva. Por isso, a sua temporalidade também é absoluta, está relacionada com a inovação, com a possibilidade de produção de seres, sem modelos instituídos como originais a serem devidamente seguidos. Apesar das inúmeras

⁴⁸ Cf. PATEMAN, C., *The sexual contract*, p. 145.

⁴⁹ Cf. NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p.48.

⁵⁰ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 21.

tentativas de imposição de freios e limites pelo poder constituído, o processo constituinte tem um caráter contínuo e sempre ressurgente pela multidão⁵¹. Todos os esforços em sentido contrário não o impedem de ser inovador, criativo, não podendo ser neutralizado definitivamente.

A investigação conduzida por Negri sobre o poder constituinte permite que o autor o considere um sujeito, uma subjetividade coletiva. Nesse aspecto, o poder constituinte e a democracia são as formas pelas quais a multidão se expressa, sem realizar qualquer tipo de transferência de poder ou de titularidade⁵². Na condição dessa subjetividade, ele é dinâmico e não tem qualquer semelhança com o constitucionalismo. Na verdade, ele tem início e é muitas vezes interrompido em razão das disputas com os processos constitucionais, uma vez que ele se recusa a abrir mão de seu caráter dinâmico para ficar estagnado em uma constituição. Para que seja possível definir com maior precisão esse sujeito constituinte que se opõe ao poder constituído, Negri vai identificar a necessidade de diferenciar a subjetividade e a racionalidade desse sujeito, da racionalidade e da subjetividade modernas mais tradicionais, pois a primeira vai muito além da segunda.

A tradição da modernidade entendida por Negri como hegemônica se apropria da criatividade individual e coletiva para a racionalidade da forma capitalista de produção. Os contratualistas deram uma grande contribuição com instituição de uma linha absolutista. Dessa forma, a política se torna transcendente, passa a estar fora da alçada da multidão e o poder tenta se impor à potência dela. A multidão passa a ser um alvo cada vez maior de debates ansiosos por controlá-la ou reprimi-la, alvo de grandes indagações nervosas sobre sua potência. A racionalidade da tradição hegemônica da modernidade é constituída pelo medo que a multidão gera⁵³. O poder constituinte deve ser devidamente adestrado ou destruído, sua subjetividade deve ser arrancada fora e deve-se negar uma racionalidade a ele.

Por essa razão, Negri chama atenção para o fato da teoria política moderna ter origem no medo, como na disputa entre transcendência e imanência. Enquanto a tradição hegemônica, fundada na transcendência, apela para o medo hobbesiano

⁵¹ Cf. NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 422 et seq.

⁵² Cf. HARDT, M.; NEGRI, A., *O trabalho de Dioniso: para a crítica ao Estado pós-moderno*, p. 198.

⁵³ Cf. NEGRI, A., op. cit., p. 448.

como fundamento da sociedade e instaura a soberania, a tradição seguida por Negri inverte essa condição. A comunidade surge porque os homens desejam que seus horizontes sejam expandidos, e para que isso ocorra, o indivíduo não é suficiente, ao contrário, é excessivamente limitado⁵⁴. Essa sem dúvida foi a modernidade vencida, fundada na imanência. A racionalidade moderna pretende, portanto, não somente impor uma determinada ordem, como também ser um forte aparelho de repressão, pois se o medo é a sua origem, a repressão é a sua resposta a ele. A modernidade interdita qualquer possibilidade de expressão da multidão como uma subjetividade. Para inviabilizar essa expressão perigosa, em todos os momentos em que o poder constituinte surge, com a contribuição da ciência jurídica, ele é considerado um poder político excepcional, extraordinário. Porém, não se pode negar que o poder constituinte constrói uma realidade social que não pode simplesmente ser ignorada.

É muito comum a reprodução de afirmações no sentido dos processos constituintes ao longo das revoluções chegarem ao fim após um determinado lapso temporal, esgotando as suas atividades, como se a missão estivesse cumprida. Tal fato teria ocorrido em diversas revoluções, como por exemplo, a americana, a francesa e a russa. A esse tipo de crítica Negri responde que, na verdade, o fim é imposto pelo constitucionalismo, na tentativa de impedir os novimentos do social e do político, suas influências no real e na produção do ser. Negri entende ser inviável a imposição de um ponto final absoluto. Cada um deles significa um mero obstáculo e o poder constituinte consegue ir além e continuar suas inovações. Não há limites para ele que não sejam provisórios, pois os limites são os existentes no mundo da vida, e já que a perspectiva é a da imanência, o poder constituinte interfere e provoca abalos estruturais de forma direta nele⁵⁵.

Os momentos em que as constituições modernas são instauradas em um movimento contra o poder constituinte são simplesmente a consequência direta do procedimento da racionalidade moderna do controle das singularidades. Negri constata que os recursos utilizados para frear o poder constituinte são, por exemplo, a imposição de uma temporalidade que restringe a atuação do poder constituinte a ela, a desterritorialização dos sujeitos e a anulação da criatividade

⁵⁴ Cf. GUIMARAENS, F., *O poder constituinte na perspectiva de Antonio Negri: um conceito muito além da modernidade hegemônica*, p. 136.

⁵⁵ Cf. NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 451.

deles. As características da proposta de racionalidade apresentada por Negri estão estruturadas no interior das lutas e dos processos revolucionários alternativos que ocorreram ao longo da modernidade, entre eles o feminismo e todas as disputas e crises internas, lembrando que é essa perspectiva que será abordada no capítulo seguinte, momento dedicado à sua investigação em uma abordagem a partir da concepção de processos revolucionários.

A primeira característica observada por Negri em relação à nova racionalidade diz respeito ao limite imposto ao poder constituinte. Na verdade, ele é ilimitado, qualquer barreira é mero obstáculo que somente serve como condição da própria existência do poder constituinte. O limite também é a condição para que o poder constituinte se expanda. É por causa da existência da barreira que o poder constituinte tem também uma perspectiva ativa, positiva, pois sua produção se dá no sentido de expandir-se além dela. Uma vez incorporado esse limite ao poder constituinte, ele o destrói, pois o poder constituinte não possui medida, em outras palavras, sua única medida a ser considerada é a própria potência da multidão. As medidas somente ressurgem porque elas são constituídas de forma conjunta à realidade que será medida, não são instituídas previamente, muito menos são parâmetros ou normas a serem adotadas. O que o poder constituinte faz em relação a elas é refletir sobre a comunidade, refletir sobre si mesmo.

A segunda característica trabalhada pelo autor é a estrutura constitucional da modernidade, em oposição ao processo constituinte. A nova racionalidade induz ao movimento constante que surge nas bases do social e não em seu topo. Não há incidência de normas abstratas regendo esse processo contínuo e sim composição de interesses diversos, que sempre são submetidos a uma nova avaliação, segundo as necessidades do momento. As próprias regras que podem vir a existir para o procedimento constituinte também são submetidas a avaliações e o controle existente é interno ao processo e não exterior a ele. Cabe ressaltar que o autor define como procedimento “a forma concreta que cada expressão de subjetividade assume ao relacionar-se com as demais”⁵⁶.

O autor segue com o exame das características da nova racionalidade e no terceiro momento opõe a igualdade ao privilégio. Este entra em choque com a racionalidade proposta pelos processos revolucionários, uma vez que é

⁵⁶ NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 454.

incompatível com a concepção de trabalho vivo. Além disso, a igualdade não é um direito inalienável ou uma finalidade a ser buscada, ela é o ponto de partida, a condição material sem a qual não há processo constitutivo. Ela não pode se restringir a uma declaração formal, um documento, ela deve ser dotada de concretude, pois a liberdade tem como pressuposto a igualdade de fato. A liberdade somente tem lugar e condições de apresentar um desenvolvimento significativo se houver igualdade. Em última instância, a multidão é um termo que se refere à democracia fundada nas capacidades produtivas, inclusive de atos e gestos, dos sujeitos que dela participam, uma democracia de igualdade absolutas em direitos e deveres. Essa é a concepção da tradição seguida por Negri e Hardt acerca da multidão⁵⁷.

A igualdade é muito bem trabalhada nesse sentido por Rancière, ao analisar a origem do nome “democracia”. Esse autor expõe que o nome democracia foi primeiro dado não para uma nova forma de regime e sim em tom pejorativo, pois ela se constitui a partir de um desvio na via considerada normal para resolução dos assuntos humanos. Isso porque a democracia é o governo regido pelo povo, que em Atenas era formado pelo pobres, não simplesmente no sentido econômico. Essa categoria estava relacionada também com funções simbólicas, com as posições ocupadas pelos sujeitos no mundo da vida. Era chamado pobre todo aquele que não possuísse qualquer título exigido para estar apto a governar, nada de valor e que a única coisa que possuísse fosse o fato de ter nascido ali em vez de nascer em qualquer outro lugar. Rancière considera que a democracia é a ruptura com aquele mundo, pois quem exerce o governo é quem não tem título. Há uma completa ausência de dominação, em que se funda uma reciprocidade entre os que governam e os que são governados, pois ninguém possui o título necessário para governar, simplesmente porque ele não existe, o poder não é peculiar a uma determinada categoria de título, a um nível econômico, à antigüidade ou a um nível determinado de saber. Nenhum desses requisitos pode estabelecer quem possui condições para governar. Essa é a função da política para Rancière.

Portanto, para Rancière o princípio que fundamenta a política é o da igualdade. Porém, não é uma igualdade diretamente relacionada com a ausência dos motivos que justificariam a dominação. A igualdade aqui é fundada no

⁵⁷ Cf. HARDT, M.; NEGRI, A., *O trabalho de Dioniso: para a crítica ao Estado pós-moderno*, p. 198.

dissenso, na ruptura causada no real, ou nas palavras de Rancière, no sensível, ao se pretender romper com uma determinada forma de dominação compreendida como natural, já interiorizada na comunidade, vivida como se fosse inexorável, inevitável. Sem dúvida, os ativismos das feministas, dos negros e homossexuais podem ser citados como exemplos de ruptura com essas lógicas de dominação há muito instituídas e que de alguma forma conseguiram se naturalizar, havendo inclusive corrente feminista que se apropria da naturalização das diferenças sexuais. A democracia está profundamente relacionada ao tema na medida em que Rancière esclarece que o *demos* é a parcela da comunidade sem maior relevância, ao mesmo tempo em que ele constitui praticamente toda a comunidade.

Ainda no intuito de esclarecer o sentido da igualdade aqui adotado, segue-se no exame de Rancière e na referência que o autor faz a um pensador francês do século XIX, Ballanche, e sua interpretação sobre a secessão dos plebeus romanos no monte Aventino. O patrício Menênio Agripa foi o responsável por impor a ordem no movimento dos plebeus revoltosos e, para isso, defendeu uma posição segundo a qual a cidade poderia ser comparada a um grande corpo em que as partes funcionavam de modo solidário, cada uma com um papel diferente. Os plebeus seriam os braços, enquanto os patrícios seriam o centro vital. Os dois grupos eram fundamentais, mas a dignidade não era igual. O que Rancière percebe como uma estratégia de Ballanche é que este modifica o foco do exemplo e coloca em dúvida se os plebeus falam ou não falam. É uma questão fundamental, uma vez que se os plebeus exigem um acordo com os patrícios, tal acordo só poderá ser efetuado se eles forem capazes de falar, o acordo somente se dá entre duas partes capazes de comprometer suas palavras. Se não há capacidade de fala, não há como comprometer a palavra. A conclusão é que os plebeus não falam.

Rancière percebe a contradição existente em tal tipo de argumento cunhado para justificar a não participação dos plebeus na política. O que os plebeus devem fazer é deixar claro que eles falam. Em primeiro lugar, eles devem se convencer disso para depois realizar um trabalho no sentido de impor aos demais que também não percebem a fala dos plebeus como uma nova condição, essa nova percepção do sensível, que antes não tinham qualquer motivo para assim entender. O problema diz respeito ao fato da própria fábula ser alvo de uma torção observada por Rancière, pois se por um lado a fábula pretende expor a desigualdade natural dos plebeus em relação aos patrícios, por outro lado, para que os plebeus entendam a

explicação da desigualdade, eles devem ser considerados sujeitos que falam, assim como os demais.

A suposta desigualdade existente entre plebeus e patrícios não pode, portanto, ser comprovada sem que primeiro seja aceita pelos próprios patrícios uma igualdade prévia entre eles e os plebeus. Pode-se concluir que a desigualdade é forjada, não é natural. Para que a conclusão seja possível, apesar de aparentemente óbvia, é fundamental para Rancière que fique caracterizada uma situação conflituosa, que não se restringe à mera oposição de dois grupos distintos ou a uma luta por reconhecimento, um embate entre distintos pontos de vista sobre o real. Na realidade, é um encontro entre duas realidades diferentes, ou dois mundos sensíveis: aquele em que os plebeus falam e aquele em que eles não falam. Essa conclusão também serve para antecipar o pensamento de Butler, sobre como são instauradas as diferenças de sexo e de gênero.

O dissenso tratado pelo autor é o conflito acerca da constituição do mundo, dos títulos daqueles que possuem a capacidade de falar. As discussões e os conflitos ocorridos no mundo sensível não ocorrem entre agentes previamente constituídos sobre alguma regra geral que possa vir a incidir sobre um determinado caso particular. O primeiro passo é comprovar que existe alguma coisa a ser argumentada, uma concepção de mundo que inclui sujeitos que falam e isso é realizado na prática, assumindo que esse mundo já existe, não é instituído abstratamente de forma prévia. A posição e o entendimento dos patrícios representa uma espécie de recorte do sensível, a insurreição dos plebeus enseja uma representação distinta do sensível. O dissenso possibilita que dois mundos diferentes sejam vistos em somente um. Segundo Rancière, a racionalidade política é a responsável por conceber esse mundo de litígio, de conflito, aquilo que revela ao mesmo tempo dois recortes completamente distintos do mundo sensível⁵⁸. Essa lógica também pode servir para analisar o papel desenvolvido pelo movimento feminista.

Retomando as considerações de Negri sobre a nova racionalidade, a quarta característica diz respeito à diversidade, ao invés da uniformidade moderna. É importante ressaltar que, segundo Negri, há uma grande diferença entre igualdade e uma uniformização e essa diferença deve ser enfrentada, pois também é uma

⁵⁸ Cf. RANCIÈRE, J., O Dissenso, In Novaes, Adauto (Org), *A Crise da Razão*, p. 370 et. seq.

consideração importante para o pensamento de Judith Butler. Por se tratar a multidão de uma multiplicidade de singularidades, não se pode recorrer à uniformidade para defini-la. O poder constituinte é concebido como um mecanismo que amplia, expande as possibilidades das singularidades e não as submete a uma determinada unidade. A nova racionalidade valoriza a diversidade, ou seja, “a riqueza de individualidades iguais e irreduzíveis”⁵⁹. A potência criativa da multidão decorre justamente das inúmeras possibilidades de expressões singulares.

O feminismo, em suas mais variadas correntes, é simplesmente um modo de expressão do poder constituinte. A análise do movimento feminista demonstra muito bem como as experiências são diversas e como a partir das singularidades elas o compõem, como a experiência da mulher negra, da homossexual, das questões de classe e das mulheres de países pobres. Enfim, apesar de um esforço dentro do feminismo no sentido de dar uma unidade ao movimento, o que se constata é a impossibilidade de se deixar de lado as diversas experiências. Nos momentos em que houve a tentativa totalizadora, identitária, dentro do feminismo que atribuía um conceito para mulher a partir da perspectiva da mulher branca, de classe média alta, ocidental e heterossexual, o que ocorreu foi o descrédito no próprio feminismo, por outras categorias terem sido desconsideradas, tratadas como Outro, o que levou as demais expressões a constituir lutas próprias.

A última consideração que o autor faz sobre a racionalidade alternativa à moderna opõe a cooperação ao comando. A cooperação é a forma pela qual a multidão atua, na medida em que as diversas singularidades se estruturam e se compõem para produzir o novo. A cooperação está profundamente relacionada com a inovação e a criatividade da multidão, pois é a partir dela que as singularidades que fazem parte da multidão reproduzem a vida e dão origem ao novo. O trabalho efetuado em cooperação pelo conjunto de singularidades é chamado de potência. Por esse motivo, a cooperação é fundamental para que se tenha uma democracia de fato, verdadeira. O comando institui uma democracia falsa, pois além de desprezar a cooperação da multidão, ainda afasta uma característica essencial à democracia já tratada anteriormente: o fato dela ser um governo que dá conta de satisfazer a necessidade que todos têm de governar e não

⁵⁹ NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 455.

ser governados, o que a faz ser, portanto, a única forma de governo absoluto possível.

Após a reflexão sobre as características da nova racionalidade, Negri reingressa na discussão acerca da definição do poder constituinte e a primeira constatação é a de que não existe a possibilidade de se conceituar a política sem ter como ponto de partida o poder constituinte. Como já visto, ele não é um evento extraordinário e limitado no tempo e no espaço, seguindo as disposições do poder constituído. Ele, na realidade, é o lugar em que a política é gerada, pois não existe uma comunidade dada previamente, preconstituída, ela se constrói diariamente, sendo a política o procedimento de criação constante dessa comunidade. Qualquer forma que a comunidade venha a ter decorre da potência de criação e produção das singularidades que compõem a multidão.

Negri constata a necessidade de se tirar o aspecto dramático com que geralmente as revoluções são tratadas, uma vez que elas simplesmente significam um forte desejo de transformação do tempo ininterrupta. O conceito de poder constituinte traz justamente esse aspecto de normalidade, habitualidade para os processos revolucionários, pois propõe uma definição do real e do ser como atividade, movimento constante, que não se permite sofrer qualquer tipo de controle. O que mobiliza o ser humano para a política é o fato de se pretender transformar o real com o fundamento no “desejo de participação”⁶⁰. A política, portanto, não é uma simples mediação administrativa realizada por burocratas que são dotados de representatividade. O autor afirma ser isso mera atividade de polícia, a constante criação de um mundo novo é inerente à política e dizer o contrário, significar impor o poder constituído ao poder constituinte, submetendo o segundo ao primeiro.

Novamente, Rancière pode ser aqui invocado por ilustrar bem essa discussão do que é polícia e do que diz respeito à política. Apesar do autor dizer que a política surge como um desvio extraordinário, sua concepção é compatível com a de Negri se o foco é a ruptura, a violência causada pela política no curso aparentemente natural e ordinário das coisas, dos mecanismos de dominação. Pode-se dizer que é extraordinário por romper com essas estruturas e não por ser um poder exercido como uma exceção, que deve ter um término. Tal fato somente

⁶⁰ NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 459.

demonstra mais uma vez que apesar do poder constituinte sofrer fortes oposições do constituído, ele recupera sua criatividade e retoma o processo de inovação pelo viés do conflito, das revoluções.

Seguindo a análise desse entendimento de Rancière, o que em regra se entende como política, ele chama de polícia. Tudo o que diga respeito à estrutura e organização dos poderes do Estado, a forma que se escolhe para gerir a população e os assuntos considerados públicos, os critérios e as maneiras pelos quais as funções e os lugares na sociedade são distribuídos e atribuídos a uns em vez de outros, o que dá suporte e legitimidade a essas escolhas, às decisões do governo, tudo isso, na realidade, diz respeito à polícia e não à política.

Cabe ressaltar que Rancière não atribui um sentido comum à palavra polícia, não tendo nenhuma conotação pejorativa a utilização de tal termo, pois ele não está restrito à vigilância e ao aparato repressivo do Estado. Por esse motivo, o autor ainda chama atenção para o fato de ser compreensível que uma determinada comunidade prefira uma polícia em relação à outra, pois polícia significa um determinado recorte do sensível, uma ordem que estabelece os papéis, as capacidades e uma pode ser mais adequada às pretensões de uma sociedade em um determinado momento histórico do que outra.

A política, por outro lado, é um termo que Rancière destina às já analisadas ações que causam distúrbios no mundo sensível, atividades responsáveis por perturbar o que está constituído, ou no que ele entende por ordem policial. De acordo com Rancière, a perturbação causada pela política ocorre em razão do objetivo de inscrever no sensível uma pressuposição completamente heterogênea à concepção que até então vinha predominando de sua configuração, pois conforme dito anteriormente, pretende-se colocar como pressuposto, uma igualdade até então não inscrita na realidade social, apesar do paradoxo que é forjar uma desigualdade, como no exemplo dado por ele da condição dos plebeus, ou ainda, do feminismo. Nesse sentido, diz Negri:

Com efeito, todas aquelas atividades que se pretendia apresentar como natureza da política, não participam disto, mas da *routine* de uma repetição inalterada, e são efeitos do trabalho morto, inversões perversas do poder constituinte e não podem ser consideradas na definição de política⁶¹.

⁶¹ NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 460.

O poder constituinte não é posterior à política como um momento social que interrompe a realidade e também não é mera exceção, pausa momentânea para a vontade da coletividade fazer uma avaliação e se realizar, sendo restringido em seus efeitos e reflexos na política. No entendimento de Negri, o poder constituinte é anterior à política, é aquele que a define. Por esse motivo, sempre que o poder constituinte sofre qualquer tipo de restrição, limitação, por parte do poder constituído, a política perde espaço, ela fica restrita às funções administrativas, burocráticas, ela passa a ser identificada com o que Rancière denomina polícia.

A análise de Antonio Negri sobre o poder constituinte é a análise das disputas entre a imanência, fundada no humanismo italiano, e transcendência ao longo dos processos revolucionários. O esforço da transcendência foi direcionado para inviabilizar ou interromper os processos de liberação pela via da imposição do poder constituído sobre o poder constituinte. O poder constituinte, nesse sentido, reaparece sempre se levantando contra essa segunda concepção da modernidade: sua face transcendente. Agora que os principais conceitos que serão utilizados como lente já foram abordados, o próximo capítulo irá tratar dessa disputa em um dos modos de expressão do poder constituinte: o feminismo. Assim, será feita uma avaliação das influências da imanência e da transcendência no processo de conquista de direitos e de mudanças no sensível no que diz respeito às diversas lutas das mulheres que resultaram nos ápices da primeira onda e da segunda onda do feminismo.

Os processos revolucionários das mulheres: experiências preparatórias da primeira e segunda onda do feminismo no ocidente

Introduzidas as concepções de poder constituinte e multidão no capítulo anterior, o momento agora é de dedicação a uma das formas de expressão desse poder constituinte, o “movimento feminista”. A primeira dificuldade encontrada é justamente saber se a denominação movimento feminista é cabível, na medida em que ele não é unitário, ao contrário, nele se encontram as mais variadas formas de manifestações que se atravessam e chegam a disputar entre si, como no caso das mulheres negras americanas, que não se reconhecem no feminismo americano em virtude da dupla dominação a que eram submetidas ser desconsiderada, impondo, assim uma hierarquia entre as questões de sexo e raça. Como esse exemplo, a história tem outros, como a disputa entre as feministas heterossexuais e homossexuais e a dificuldade de se compatibilizar no mesmo movimento as burguesas e as mulheres de classes baixas no século XIX.

A dificuldade decorre de uma compreensão equivocada acerca do tema. Esse tipo de conflito é gerado justamente em virtude do apego às identidades instituídas pelo poder. No primeiro capítulo foi mostrado o mecanismo de fundação do modelo identitário e agora um dos principais problemas decorrentes dele aparece de forma clara. Se a segregação é o objetivo do poder ao utilizar a estratégia da identidade, é exatamente isso o que ele consegue quando são observadas essas disputas internas nos movimentos de liberação. A identidade é a origem da exclusão. Na medida em que esses movimentos trabalham com essa perspectiva, fatalmente isso implicará em um processo de exclusão. Por esse motivo, a identidade pode ser aquilo que enseja o surgimento desses movimentos, pois sem privilégio, desigualdade ou exclusão, eles não teriam razão de ser, porém, ela não deve ser um elemento a ser utilizado na luta, ao contrário, na verdade, a luta por liberação se opõe a ela.

Talvez uma perspectiva interessante que pode ser adotada para analisar o feminismo e superar problemas como esse seja concebê-lo em sua variedade como

um rizoma, no sentido dado por Deleuze e Guattari, como uma imagem de rede, fundado no plano de imanência. São diversas as formas de entrada nele, basta observar em seu interior as mais diferentes manifestações do feminismo que se perpassam o tempo inteiro e cruzam também com outros movimentos. O exame dos princípios ou características do rizoma estabelecidos por Deleuze e Guattari contribuirão para um melhor entendimento do que significa pensar o feminismo como tal. O primeiro e o segundo princípios dizem respeito ao fato do rizoma não apresentar uma ordem, sendo necessariamente heterogêneo e todos os seus pontos poderem ser interconectados. Nas palavras dos autores:

Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço lingüístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regime de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas. (...) Um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais⁵².

O terceiro princípio se refere à multiplicidade. As multiplicidades têm um caráter também rizomático. Não existe uma relação do múltiplo com uma unidade, com um sujeito ou um objeto qualquer. Sem haver uma definição de sujeito ou objeto, as multiplicidades implicam em grandeza, dimensão e na medida em que são alteradas, crescem ou diminuem, a própria natureza delas também se modifica. As conexões que são feitas e se ampliam mudam a natureza e esse aumento de conexão é chamado pelos autores de agenciamento. Por isso, eles não utilizam uma unidade de medida e sim “variedades de medidas”. Essas multiplicidades são definidas justamente pelo que está fora, por uma linha estabelecida abstratamente, que identifica o momento em que elas mudam de natureza. A única hipótese de unidade considerada por eles é a decorrente de um processo de subjetivação⁵³.

O quarto princípio que auxilia na compreensão dos rizomas é o que estabelece a possibilidade de ruptura do rizoma em qualquer lugar, não havendo um corte significativo. O rizoma pode não somente ser rompido em qualquer lugar, mas também ser retomado de qualquer linha que o compõe, pois ao mesmo tempo

⁵² DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 1 p. 15.

⁵³ *Ibid.*, p. 17.

em que ele é desconstituído ele pode ser constituído a partir de outras linhas. São elas que o territorializam, que o organizam, o estruturam e a ruptura no rizoma ocorre quando elas se transformam em uma linha de fuga, que justamente vai desterritorializar, lembrando que essas rupturas, bem como a linha de fuga, são partes do rizoma, além de remeter e se conectar com outras linhas, compondo outras organizações, outras concepções de bom e mau, por exemplo.

O último princípio a auxiliar no entendimento do rizoma é o da cartografia, ou mapa. Os mapas são compostos no interior dos rizomas, entre as diversas linhas e esse procedimento tem base nas experimentações vividas no real, ele não é fechado em si mesmo, sua principal característica é a abertura, ser mutável a qualquer momento a partir das novas conexões que podem ser realizadas em qualquer direção. Ele pode ser reestruturado ou reinventado individualmente, por um grupo ou uma comunidade, uma ação política. Por esse motivo, foi afirmado anteriormente que o rizoma possui diversas entradas. Essa característica decorre da incidência do princípio da cartografia.

Esclarecidos esses princípios sobre os mecanismos dos rizomas, é necessário ressaltar a importância de se pensar o feminismo utilizando essa perspectiva, pois somente assim é possível compreender o que se passa nas suas supostas divergências internas. Nesse sentido, cada linha traçada pelas diversas correntes feministas pode ser tomada como uma linha de fuga, que rompe com aquele rizoma ao mesmo tempo em que o reconstrói, que transmuta sua natureza e amplia suas margens, alterando ou constituindo novos mapas. Na medida em que o feminismo ou qualquer outro movimento minoritário trabalha com fundamento na identidade ele reproduz e afirma o esquema introduzido pelo poder em vez de transformá-lo. Portanto, a preocupação desses movimentos, uma vez constatada essa forma de dominação a partir da identidade, deve ser não afirmá-la, mas sim abandoná-la, ou seja, abandonar modelos previamente instituídos, caso contrário, o projeto de liberação é perdido. É a fundação da identidade que instaura a desigualdade no mundo moderno.

O que o feminismo faz ao utilizar a identidade é se atrelar a uma perspectiva chamada por Deleuze e Guattari de arborescente, em vez da rizomática. Os autores observam que a associação com a árvore em vez do rizoma é típica do

pensamento ocidental eurocêntrico, e impõe uma noção de hierarquia⁵⁴. A árvore induz a uma unidade, desconsiderando multiplicidades, por isso é perfeitamente possível dentro dessa concepção se defender a existência de identidade, de um modelo fixo a determinar o real. Se a identidade a predominar como ícone no feminismo é a da mulher branca, classe média ou classe média alta, ocidental, heterossexual, obviamente as que não estão incluídas nesse padrão são excluídas, não tendo um reconhecimento efetivo na categoria “mulher”. Essa é a consequência da arborescência.

Enquanto o rizoma é regido pela conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura a-significante e cartografia, a arborescência estabelece uma descendência, se encontra submetida à homogeneidade, a um ponto fixo, uma unidade, uma impossibilidade de ruptura a-significante e, por fim à decalcomania. Esses princípios se manifestam na arborescência fazendo com que ela fundamente um ponto, uma ordem, em vez de possibilitar uma conexão entre seus diversos pontos, além disso, ela trabalha com um método genealógico, promovendo a centralização ou a homogeneidade. A multiplicidade é ignorada em prol da unidade, instituindo um sujeito, com uma vontade una, e um objeto. No que diz respeito às rupturas, se no rizoma elas não têm significante, na arborescência os cortes são significantes, no rizoma o bom e o mau possuem sentido segundo um processo seletivo no interior da comunidade, não existindo por si mesmas, ao contrário da arborescência. A decalcomania implica na adoção de um modelo genético que irá gerar os demais a partir de reproduções suas. A hierarquia institui determinados pontos centrais de relevância e a partir daí as subjetivações.

É necessário ressaltar que não há pretensão nos autores de estabelecer qualquer forma de dualismo entre o rizoma e a arborescência. Um mapa pode ser decalcado, bem como as linhas que constituem um rizoma podem atravessar raízes, contribuir para as suas formações⁵⁵. O rizoma pode permitir a formação de arborescência em seu interior. Nesse sentido, os autores apresentam como exemplo a perspectiva do oriente, que tem uma forte ligação com a tradição da imanência e, no entanto, pode refletir uma hierarquia ainda mais severa justamente pelo fato de não haver dualismo. Na imanência também há a possibilidade de se instituir despotismo, assim como na transcendência algumas

⁵⁴ DELEUZE, G.; GUATTARI, F., *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 1, p. 29.

vezes acontece de existir uma raiz anárquica, aérea em vez de subterrânea⁵⁶. Sendo assim, não existe de fato uma perspectiva dualista por parte dos autores porque eles não fazem uma contraposição como duas opções de modelos a serem seguidos.

(...) um age como modelo e como decalque transcendentais, mesmo que engendre suas próprias fugas; o outro age como processo imanente que reverte o modelo e esboça um mapa, mesmo que constitua suas próprias hierarquias, e inclusive ele suscite um canal despótico⁵⁷.

O feminismo se apresenta como um rizoma cujas correntes são linhas que se perpassam, formando a figura de uma rede. Em cada momento que uma delas se afirma sobre a figura da identidade, forma-se uma arborescência, pois recorre-se a um modelo previamente estabelecido. As demais surgem como linhas de fuga, ampliando as margens do movimento feminista. Nesse capítulo o estudo será dirigido ao trabalho dessas anomalias, linhas que modificam as bordas do feminismo⁵⁸, como elas se apropriaram de determinadas condições históricas e sociais para fundar os próprios modos de expressão do processo constituinte.

3.1

Os primeiros conventos como uma possibilidade de fuga do casamento: a mobilidade da mulher no início do Cristianismo

O termo feminismo foi cunhado no ocidente somente na segunda metade do século XIX. Porém, o caminho percorrido para se chegar a fundar uma teoria feminista foi longo e decorreu de uma série de experimentações durante a história. De certa forma, se antes não havia a consciência do feminismo ou de atuações a partir de um movimento amadurecido, essas experiências foram fundamentais para a constituição da primeira e da segunda onda do feminismo. A importância da análise desse momento histórico se deve ao fato dessas experiências das mulheres configurarem uma novidade para o tradicional modo de vida. Por mais

⁵⁵ Ibid., v. 1, p. 22.

⁵⁶ Cf. DELEUZE, G.; GUATTARI, F., *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 1 p. 31.

⁵⁷ Ibid., v. 1, p. 31.

⁵⁸ Ibid., v. 4, p. 27.

paradoxal que possa parecer em uma primeira abordagem, Marlene LeGates observa uma receptividade e uma abertura muito interessante para as mulheres na primeira fase do Cristianismo, apesar da questão religiosa estar sempre em primeiro plano⁵⁹.

No século III as mulheres eram maioria no Cristianismo, o que começou a afetar a imagem do movimento cristão. Os pagãos costumavam tratar os cristãos como membros de uma religião inferior, sem honra e estúpida, por ser composta eminentemente por miseráveis, crianças e mulheres. O atrativo que o Cristianismo tinha para as mulheres da época pode parecer complicado de ser entendido aos olhos da modernidade no que diz respeito à abstinência sexual, mas o fato é que se antes, ao contrário das mulheres cuja função era somente a de reprodução⁶⁰, os homens tinham a possibilidade de exercer a sexualidade, o Cristianismo introduziu a castidade para ambos os sexos e não somente para as mulheres.

Nessas condições aparentemente repressivas para homens e mulheres, estas conseguiram se beneficiar do pensamento cristão e buscar outros horizontes, outras perspectivas para suas vidas. Considerando-se que o momento aqui analisado é de baixa densidade demográfica, a reprodução era uma necessidade fundamental para a comunidade. Se as mulheres agora têm outras possibilidades além dessa e se elas cedem a essa novidade em suas vidas, obviamente tal preferência dará origem a muito descontentamento social, por isso nesse primeiro momento elas são perseguidas pelos pagãos. No fim do mundo romano, para que a população pudesse ser mantida, cada mulher deveria ter cerca de pelo menos cinco filhos⁶¹. Nessas condições, a opção pela castidade se mostrava altamente perigosa socialmente e com um sério caráter subversivo, na medida em que a maternidade parecia ser o destino de qualquer mulher, com raras exceções.

⁵⁹ Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 27.

⁶⁰ Na Grécia o prazer feminino chegou a ser considerado fundamental para a reprodução, havendo a crença de que sem orgasmo a mulher não poderia gerar filhos. Porém, Graciela Gomez observa que Aristóteles foi um dos pensadores que mais fez esforço em tornar insignificante a participação da mulher na reprodução humana, modificando essa relação entre prazer e reprodução. O prazer da mulher perde importância no pensamento de Aristóteles, pois o responsável pela criação, quem tem essa potência é o homem. Seu objetivo é demonstrar que a geração é obra puramente masculina. O papel feminino passa a ser o de mero depósito do germe do homem, o corpo da mulher é secundário, ela o oferece para alimentar o germe depositado pelo homem. Essa concepção aristotélica de divisão hierárquica dos sexos a partir da biologia produz reflexo na política, ou em uma impotência política natural da mulher. Tal estrutura de pensamento irá se perpetuar no ocidente até os séculos XVIII e XIX, momento de origem da primeira onda do feminismo. Cf. GOMEZ, G., *Maternidade e Alteridade: Atenas, as Luzes e Freud*, p. 32 et. seq.

⁶¹ LEGATES, M., op. cit., p. 28.

Mulheres viúvas e solteiras começaram a se apropriar dessas condições do início do Cristianismo e divulgar a castidade para se insurgirem contra o que, por convenção, se esperava delas dentro da comunidade. Tal movimento chegou a influenciar também teólogos cristãos para que essa possibilidade revolucionária para a época fosse devidamente incorporada na doutrina. Um exemplo disso dado por LeGates é a história de Thecla de Iconium, heroína cristã que não se sabe se existiu realmente ou se é uma lenda. Apesar disso, ela foi adorada durante o primeiro século do Cristianismo como santa e até mesmo chamada de apóstola. Trata-se da história de uma jovem mulher em idade de casar que recusou o casamento arranjado pelos pais por ter se encantado com a possibilidade de castidade e, por isso, foge de casa cortando o cabelo e vestindo-se de homem. Ela se batiza e em vez de se transformar em um mártir, ela ganha notoriedade, conquista a independência e começa a pregar a palavra de Deus, ou seja, toma partido na esfera pública. Independente de ser uma história real ou não, seu culto era realizado por mulheres e seu exemplo fundamentava a capacidade da mulher de aprender a doutrina de forma autodidata e se batizar.

Obviamente, dentro do próprio Cristianismo esse movimento das mulheres começou a incomodar. A abertura inicial foi sendo tolhida e, já no quinto século, a estrutura da igreja era basicamente patriarcal. Aquilo que inicialmente permitiu que as mulheres deixassem de lado o caráter reprodutivo que as identificava em um momento anterior, agora passava a ser controlado pelos homens da Igreja, que exacerbavam a sexualidade delas, bem como a transformavam em símbolo perigoso de sedução. Porém, esse esforço em sentido contrário às mulheres cristãs não conseguiu encerrar seu movimento de forma definitiva e, ao longo da Idade Média podem ser encontradas condições favoráveis a elas nos monastérios, demonstrando a capacidade de apropriação do tempo, ainda que de forma precária ou insuficiente para se consolidar e poder ser chamada de feminismo.

Na realidade, essa parte da trajetória histórica é mais identificada como um momento de fundação de uma cultura feminina, como se fosse um refúgio para aquelas mulheres cuja prioridade não era o casamento, mas que ao mesmo tempo viviam em conflito com o chamado religioso dos quais elas tinham certeza receber e os mecanismos e estratégias que a própria Igreja montava para impedi-las de viver de forma plena a vocação que elas acreditavam possuir. Por outro lado, a opção familiar não agradava. Muitas, portanto, se ressentiam da condição de

mulher, como uma fatalidade, um exemplo é Christine de Pizan, que em sua obra “Cidade das Mulheres” lamenta ter nascido em um corpo feminino, chegando a demonstrar um profundo desprezo pelo que chama de imbecilidade feminina e mostrando indignação com a facilidade com que geralmente as mulheres ocupavam o espaço tradicionalmente atribuído a elas sem maiores problemas ou questionamentos⁶².

A Idade Média foi um período sem dúvida em que os homens tiveram o controle das escrituras e do saber e quanto maior sua instrução, mais influência exerciam. Pensavam a sociedade e a Igreja e ainda eram encarregados de dizer às mulheres quais eram seus papéis na distribuição divina de lugar na sociedade e na economia⁶³. Porém, o momento agora não é o de descrever as condições de submissão da mulher ao longo da Idade Média, o controle ao qual seus corpos foram sujeitados. O momento é de apresentar as formas pelas quais, apesar das condições aparentemente completamente desfavoráveis, elas conseguiram elaborar linhas de fuga, em um mundo ainda muito mergulhado na transcendência, na arborescência.

A descentralização do poder era grande nesse período, o que implicava em dificuldade da Igreja em deter um controle efetivo, bem como na ausência de uma estrutura de Estado. Nessas circunstâncias, os mosteiros passaram a ser um espaço interessante de autonomia para as mulheres que conseguissem percebê-lo e que se interessassem em explorá-lo de forma plena. Por isso, é possível compreender o espaço dos mosteiros como um local que poderia ser bastante benéfico para elas. LeGates vê neles uma única opção de vida mais próxima, mais real para a época além do tradicional casamento das mais novas e da possível miséria das mais velhas, das viúvas, das violências instituídas na vida familiar⁶⁴. A partir de uma falta de opção, elas são levadas a desejar e a construir alternativas às suas realidades.

Os mosteiros, além de representarem portas distintas das do casamento, eram repletos de outras mulheres nas mesmas condições, que davam suporte umas às outras. Além disso, era uma oportunidade que elas tinham de se dedicar não só

⁶² Cf. KLAPISCH-ZUBER, C., Introduction, In DUBY, G.; PERROT, M., *Histoire des femmes en Occident – Le Moyen Âge*, p. 11.

⁶³ Cf. DALARUN, J., Regards de Clercs, In DUBY, G.; PERROT, M., *Histoire des femmes en Occident – Le Moyen Âge*, p. 33.

⁶⁴ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 32.

às questões religiosas como também às artes, às leituras e traduções, ao conhecimento da época. Nesse momento as produções de livros ficavam sobre a responsabilidade tanto de monges quanto de freiras, por exemplo, Hilda de Whitby, do século VII, que tinha reconhecimento por sua cultura. Fora desse ambiente, no seio de uma estrutura familiar, na condição de esposa e mãe a margem de liberdade poderia ser bem inferior à da vida no monastério.

Essas mulheres que foram parar no mosteiro no princípio da Idade Média foram fruto de um processo espontâneo no início do Cristianismo, lugar em que encontraram a princípio as portas abertas para elas enquanto os demais espaços estavam fechados. Assim se deu a invasão inicial desses espaços. É curioso observar que no século VI as freiras tinham bastante mobilidade, pois LeGates ressalta que as mulheres eram grandes seguidoras dos monges irlandeses que costumavam viajar pela Europa pregando⁶⁵. Não somente elas o acompanhavam, como também podiam viajar de forma independente, pregar, ensinar, carregar manuscritos importantes e fundar outros mosteiros.

Um problema que se vislumbra é o fato de se explorar na maioria dos casos uma nobreza feminina, quase que um apelo à natureza, como fonte de estímulo para que elas produzam casas com fundamentos na religião para elas e para suas familiares, mas se por um lado isso é problemático do ponto de vista da naturalização de uma superioridade moral feminina, que mais tarde fará recair sobre elas o peso da guarda da moral e da honra de toda a família, o papel importante desse chamado foi a fundação das primeiras sociedades especificamente femininas e o princípio de uma cultura delas.

Outro atrativo surpreendente dos mosteiros é o poder político e econômico que era viabilizado às mulheres a partir deles. Isso porque tradicionalmente os monastérios possuíam importantes pedaços de terra, o que os faziam ser algumas vezes grandes centros de economia, política e administração. LeGates identifica nessa peculiaridade dos monastérios uma oportunidade de tomada de poder das mulheres, pois muitas vezes elas o tinham em suas mãos na mesma medida que os abades. Foi um momento na história em que elas tinham poder para administrar cidades, recolher dinheiro, escutar confissões, indicar quem poderia suceder-lhes e levantar exércitos. Em alguns casos, elas chegaram até a administrar comunidades

⁶⁵ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 32.

tanto de monges quanto de freiras ao mesmo tempo, o que foi chamado de monastério duplo⁶⁶.

Um dom que era geralmente atribuído à mulher era o da profecia. Muitas mulheres se destacaram como místicas ou profetas nesse período, sendo importante ressaltar que a linha limítrofe entre o misticismo e a heresia para a igreja era bastante tênue. Hildegard de Bingen (1098-1179) foi um exemplo disso⁶⁷. Nascida em uma família grande, sendo a décima filha, foi enviada ainda nova para o convívio de uma nobre chamada Jutta de Sponheim, que decidiu abandonar sua vida para viver enclausurada em um mosteiro beneditino. A nobre levou Hildegard com ela para a cela. Com a morte de Jutta, as freiras decidiram transformá-la em abadessa, cargo máximo dentro do mosteiro.

Desde sua infância Hildegard tinha visões e aos quarenta e dois anos ela recebeu a ordem para que escrevesse e pregasse tudo aquilo que ela via e escutava. Finalmente, ela obteve autorização do Papa para poder revelar o que era transmitido para ela. Quando, em uma de suas visões, ela recebeu a ordem de fundar um convento, os monges beneditinos resistiram à idéia, pois não poderiam administrá-lo, perdendo prestígio ao não estarem próximos de uma importante profeta como ela. A princípio, seu pedido não foi atendido e eles a impediram de fundar seu convento, fato que a fez cair doente e a impossibilitou de pregar. Hildegard somente se recuperou quando conseguiu o que queria, ela foi inteligente ao se resguardar com pessoas influentes.

Após a fundação de seu convento, Hildegard conseguiu produzir desde poesia e música até trabalhos sobre medicina e teologia, que demonstram um domínio do debate teológico da época. Muitas personalidades da época escreviam cartas a ela para pedir conselhos dos mais variados assuntos, ela se correspondia não só com poderosos políticos, como também com o Papa. Além disso, foi considerada uma das maiores exorcistas ao libertar uma mulher de um suposto espírito. Certamente, ela teve uma grande projeção para uma mulher de sua época, por todos os feitos que conseguiu realizar e por entrar em campos tradicionalmente masculinos. Tal fato se deu em razão dela não somente se

⁶⁶ Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 33.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 33.

apresentar como alguém que diz a palavra de Deus, como conseguir convencer os demais disso.

A história de Hildegard ocorreu ao longo do período da reforma Gregoriana, iniciada no interior de alguns mosteiros e sofrida pela Igreja Católica ao longo dos séculos X e XI. A reforma ganhou esse nome em razão da pressão decisiva de Gregório VII. Seu objetivo era a exclusão de qualquer sombra secular da Igreja, com uma visão do Evangelho mais pura e assumindo com maior fervor o exemplo de vida dos apóstolos. A Igreja pretendia não somente retomar o poder das potências seculares que conseguiram se instaurar nela, bem como influenciar com seus exemplos do Evangelho as vidas tanto daqueles que faziam parte dela como dos leigos⁶⁸. Há nessa época um intenso medo da sexualidade da mulher, que alimenta essa reforma religiosa.

Os monges começam a defender o enclausuramento das freiras nos conventos devido à fraqueza e a raiva femininas, consideradas as mais graves do mundo, evitando receber qualquer irmã para que não houvesse chance de se perderem da religião por mulher. A convivência com elas passou a ser considerada extremamente perigosa. A produção teológica para controlar o comportamento da mulher nesse momento tem por base os modelos de Eva, Virgem Maria e Madalena. Homens da religião se fecharam para o mundo e reproduziram concepções de mulher do início do cristianismo sem muitas vezes ter tido qualquer tipo de contato com alguma.

Eva havia condenado toda a humanidade a uma vida árdua na Terra. As mulheres eram sua descendência direta, ou seja, carregavam consigo todo o peso do pecado. Virgem Maria é aquela que abre as portas do paraíso novamente para a humanidade, era grande a adoração à Virgem por parte dos religiosos. Porém, apesar da esperança de reingresso no paraíso vir por uma mulher, Maria é um modelo inatingível para as demais, em virtude da manutenção de sua virgindade após a concepção e o nascimento de um filho. As mulheres que não eram mais virgens tinham como proposta de vida o modelo da matrona, em oposição à prostituta. A dedicação à maternidade era essencial, assim como o exemplo de Maria, mãe de toda a humanidade. O resgate poderia ser feito ao optar-se posteriormente por uma vida de reclusão. Um exemplo dessa redenção é a história

de Ide, condessa de Boulogne. Dalarun analisa sua vida como a de uma mulher considerada casta, apesar de ter sido casada duas vezes, mãe de filhos considerados virtuosos e que quando ficou viúva se engajou na reforma gregoriana⁶⁹. Finalmente, Madalena, modelo de redenção feminina. Se pelas mãos da mulher, Eva, a morte havia recaído na humanidade, pela mulher a ressurreição foi anunciada. Além disso, é a representação de uma pecadora que serve de exemplo para os pecadores arrependidos. A mulher é essencialmente o símbolo do pecado da carne e a sua regeneração se dá pela penitência e pelo arrependimento representados na figura de Madalena. Eva representa a mulher real, em que as influências da Igreja deverão ser exercidas. Maria é a do plano ideal, a distante, inatingível, projetada pelos homens para guiar as mulheres daqui, Madalena se encontra entre essas duas figuras, significando a possibilidade de arrependimento dos pecadores. Talvez aqui caiba refletir acerca da antecipação do conceito de Outro, da imposição de identidade como modelo para o comportamento das mulheres.

O princípio da primogenitura masculina, amplamente adotado pela nobreza na Alta Idade Média, também contribuiu para o declínio dos mosteiros e conventos para mulheres, especialmente no sentido financeiro, pois a partir de agora elas não mais poderiam utilizar parte de sua fortuna para manter essas casas ou fundar novos espaços. Entre os séculos VI e XI as condições eram muito favoráveis para mulheres que tinham propriedade, por herança da própria família, ou por uma viuvez precoce, em virtude da ausência dos Estados, pois o poder político vinha da propriedade de terras. Sendo assim, esse foi um momento em que mulheres souberam aproveitar as oportunidades que apareciam, como Aethelflaed da Mércia, que após se tornar viúva, governou e defendeu Mércia, liderando alianças entre reis do norte da Grã-Bretanha. O grande problema é que elas aproveitavam, porém não tinham um controle efetivo dessas circunstâncias, mesmo porque esses benefícios estavam relacionados à herança, ao poder econômico e à propriedade, não tinham relação com a condição de mulher. Por

⁶⁸ Cf. DALARUN, J., Regards de Clercs, In DUBY, G.; PERROT, M., *Histoire des femmes en Occident – Le Moyen Âge*, p. 36.

⁶⁹ Cf. DALARUN, J., Regards de Clercs, In DUBY, G.; PERROT, M., *Histoire des femmes en Occident – Le Moyen Âge*, p. 49.

esse motivo, a adoção da primogenitura masculina inviabilizou o poder efetivo das rainhas, uma vez estabelecida uma sucessão fixa⁷⁰.

A saída encontrada por aquelas que queriam seguir uma vida religiosa após a instauração dessa estrutura foi o investimento em outras formas de expressões religiosas diferentes das impostas formalmente, em o que seria talvez um resgate do espírito do início do Cristianismo, na época dos mosteiros mistos e das abadessas poderosas. As circunstâncias de repressão oficial iniciaram uma série de processos de manifestações religiosas das mulheres, porém muitas vezes de forma solitária, caso de Christina de Markyate (1097-1160), que pertencia a uma família nobre da Inglaterra e se recusou a fazer um casamento arranjado por sua família com o argumento de que pretendia manter sua virgindade, se apropriando do modelo da Virgem Maria para atender a seu próprio desejo, em vez de cumprir o que seus pais haviam planejado. Sua própria mãe chegou a sugerir que seu noivo a estuprasse como uma forma de coagi-la ao casamento vantajoso e ela fugiu vestida de homem para viver sozinha.

Algumas mulheres, apesar de fazerem parte de determinadas comunidades religiosas, conseguiam se manter isoladas para se dedicar às suas atividades, como foi o caso de Julian de Norwich, final do século XIV, que precisava de solidão para conseguir escrever sobre suas visões. Ela teceu críticas em sua teologia à concepção de Deus dominada por uma simbologia masculina, atrelada à figura do Pai. Já nos séculos XIII e XIV as experiências místicas estavam muito relacionadas às mulheres, elas não tinham acesso a uma educação teológica, formal, por isso o contato delas com Deus tinha que ser direto, individual. Se por um lado a Igreja tinha como objetivo enclausurar as mulheres religiosas, por outro lado, essa foi uma época em que iniciava-se uma nova tradição de mulheres santas que faziam suas revelações e pregações. Muitos, entre homens e mulheres, assistiam as falas de viúvas que ficavam conhecidas como mulheres santas ou outras mulheres que mudavam suas histórias, uma delas era Margaret de Cortona, século XIII, antes prostituta, e depois dotada de grande respeito social em virtude de suas pregações⁷¹.

⁷⁰LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 43.

⁷¹Ibid., p. 37.

Catherine de Siena (1347-1380) e Birgitta da Suécia (estima-se que viveu entre 1302-1373) foram outras místicas que tiveram grande importância na época. A primeira fazia parte de uma família grande, que a prometeu em casamento com o intuito de obter vantagens. Assim como outras, ela se via como escolhida por Deus e enfrentou seus pais ao dizer que não poderia perder sua virgindade com um casamento, motivo pelo qual ela foi obrigada a realizar atividades domésticas pesadas para toda a sua família como forma de coação. Ela não cedeu em seus planos e após sofrer com uma doença que a deixou com uma febre alta e com marcas de bolhas pelo corpo, remetendo ao artifício de Hildegard ao explorar sua doença, ela conseguiu convencer sua mãe a encaminhá-la a um comunidade dominicana para mulheres.

O interessante é que, assim como o caso de outras místicas, o seu desafio e a sua insubordinação social e à família eram fundamentados justamente em sua capacidade de comunicação direta com Deus, sem qualquer necessidade de intervenção. Com o tempo ela conseguiu notoriedade política, acesso ao Papa até ser enviada especial tanto para ele quanto para a cidade de Florença. Existem contradições nas vidas e nos comportamentos dessas mulheres e o caso de Catherine também foi um exemplo de como a ideologia da época, de redenção pelo sofrimento, fundada no exemplo de Madalena, incidia especialmente sobre as mulheres. Junto com seu comportamento subversivo ela se flagelou, ficou sem falar durante três anos, com a exceção para se confessar, e não comia, hábito iniciado aos quinze anos, quando limitou sua alimentação a vegetais, água e pão⁷². Esse comportamento era comum entre as místicas da época, especialmente o jejum, para que a condição de santidade e purificação pudesse ser atingida.

A principal fonte de poder e de rebeldia de Thecla, Catherine de Siena e Christina de Markyate era a defesa da virgindade, o modelo fornecido pela figura de Maria. Porém, nos séculos XIII e XIV a mulher casada também tinha a oportunidade de ser considerada santa. Esse é o exemplo de Birgitta e Margery Kempe (1373-1440). Birgitta casou-se aos treze anos, mas conseguiu fazer com que seu marido esperasse para consumir o casamento até que ela atingisse a idade para ter filhos, oito filhos ao todo. As relações sexuais do casal sempre foram estritamente reguladas e a morte do marido em 1343 foi também uma conquista de

⁷² LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 47.

sua liberdade, para que seguisse a carreira religiosa com a qual sempre sonhara. Após a morte de seu marido ela conseguiu ser uma profeta e uma peregrina. Ela ainda fundou na Inglaterra o monastério Syon, dedicado à Virgem Maria, cuja abadessa teria as mesmas responsabilidades e autoridade daquelas que administravam os antigos monastérios mistos. Obviamente esse monastério foi alvo de críticas duras, mas ainda assim, era um forte exemplo de mulheres que lideravam a si mesmas.

Margery Kempe teve algo peculiar em sua história. Ao contrário das demais aqui tratadas, ela somente percebeu sua inclinação para a vida religiosa após o casamento e o nascimento de treze filhos. Ela não era de família nobre nem precisou ficar viúva para se dedicar ao que queria, simplesmente fez um acordo com seu marido para que ele abrisse mão da vida sexual e em troca ela deveria respeitar suas obrigações não só de ordem financeira com ele, como também social, as demais obrigações decorrentes do casamento estavam superadas. Ela conseguiu viajar, foi em suas peregrinações para Jerusalém, Roma, Espanha e Alemanha, e além disso, discutia suas visões com padres. A sua religiosidade não era exercida em mosteiros ou em conventos, que apesar das dificuldades ainda eram locais escolhidos por muitas mulheres para uma vida religiosa em coletividade, e sim em suas caminhadas, muitas delas solitárias ou em um meio masculino. Marlene LeGates observa que tanto Margery quanto Birgitte foram consideradas socialmente péssimos exemplos para as esposas, pois suas vidas seriam estímulos para as demais mulheres abandonarem a casa, o marido e os filhos⁷³.

Elas não conseguiram evitar a dominação masculina sobre seus corpos e na maioria das vezes a autoridade do clero era aceita, tanto que apesar da relação entre essas visionárias e a Igreja ser na maior parte do tempo conflituosa, elas não abriam mão de morrer abençoadas pelos padres, exceto as consideradas hereges. Como dito anteriormente, a linha entre o misticismo e a heresia podia ser muito tênue. As linhas que eram consideradas heréticas para a Igreja eram aquelas que adotavam a igualdade entre homens e mulheres. Algumas delas chegavam a possibilitar a existência de mulheres no cargo de padres, como foi o caso dos Lollards e dos Cathars, no sul da França. Na Itália, ao longo do século XIII uma

⁷³ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 40.

seita chegou a acreditar que sua salvação somente seria possível através da mulher e sua líder Guglielma de Milão pretendia que sua discípula chamada Maifreda se tornasse Papisa e indicasse mulheres como cardeais. Nos Países Baixos, os seguidores de Bloemardine pretendiam fundar um clero composto somente por mulheres.

Essas linhas sem dúvida eram consideradas heréticas, mas algumas mulheres visionárias tinham noção de que poderiam despertar a ira da Igreja sem participar de nenhuma dessas seitas, por isso elas sempre tinham em mente que deveriam ressaltar que era Deus quem falava através delas, aquilo que elas produziam não era próprio, era uma ordem divina, essa era a estratégia para que pudessem divulgar a produção. Assim, suas chances de defesa eram maiores. Tanto que o exemplo dado por LeGates de uma visionária que falou em nome próprio e não em nome de Deus foi Marguerite Porète, considerada herege, morreu queimada na fogueira em 1310⁷⁴ apesar do conteúdo de sua produção não ter nada de especial em relação às demais que sobreviviam e continuavam pregando na medida em que as autoridades da Igreja estavam dispostas a tolerá-las tanto no que diz respeito ao que falavam quanto às suas formas de vida e de comportamento.

A camponesa Joana d’Arc (1412-1431) é um bom exemplo para retratar até onde as autoridades estavam dispostas a tolerar comportamentos não convencionais. Aos treze anos ela começou a ouvir vozes que diziam que sua missão era guiar um exército e lutar pela França contra as invasões inglesas. Ao contrário da maioria das mulheres que seguiam esse caminho, ela não tinha origem nobre, e quando sua fase de vitórias sucessivas teve fim, certamente foi muito mais fácil a camada nobre virar as costas para ela e a Igreja condená-la como herege por negar a sua autoridade e reforçar que suas visões não decorriam de forças consideradas malignas ou não eram ilusões e sim enviadas por Deus. Joana d’Arc falava em nome de Deus, mas ela não tinha qualquer ligação com o clero nem qualquer tipo de orientação, não tinha um responsável por suas confissões, como muitas vezes as místicas tinham. Sem esse respaldo ela foi acusada de insubordinação às autoridades religiosas, aos pais, às normas de

⁷⁴ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 45.

conduta do comportamento feminino, já que se vestia como homem e vivia entre soldados.

Esses exemplos históricos aqui apresentados não podem ainda ser chamados de feminismo, pelo menos não como os séculos XIX e XX, pois falta uma maior organização e um reconhecimento da condição de opressão da mulher na época, que surge de forma mais nítida posteriormente. É claro que algumas delas apresentavam essa noção em seus discursos, porém, não era a regra. Certamente um fator que também contribuiu para obscurecer tal condição foi sem dúvida o controle exercido por muitos que faziam parte da Igreja. Se por um lado era uma grande oportunidade de se levar uma vida diferente da que se tinha no casamento, por outro lado, talvez as concessões fossem também grandes, não é por acaso que a maioria delas se apóia na virgindade ou se impõem jejuns e castigos corporais. Era uma estratégia para que conseguissem o que queriam, mas era também a afirmação dos modelos de mulher estabelecidos ao longo da Idade Média.

O que não se pode deixar de lado é o fato de haver nesse meio confuso já o que para Negri pode ser configurado como resistência a uma condição, no caso o casamento, a qual elas tinham certeza não querer fazer parte. De certa forma, esse tipo de percepção é bastante interessante, especialmente em uma época em que o mundo como era conhecido era diretamente ordenado e desenhado por Deus. Durante a Idade Média fazer oposição a algo tão arraigado socialmente quanto o casamento, sem dúvida pode ser considerado um grande feito, principalmente após observar que a brecha achada por essas mulheres foi na Igreja, com o suporte teórico do Cristianismo. Por esse motivo, é compreensível que elas buscassem apoio na pureza sexual para fugir do casamento, que Hildegard, por exemplo, vislumbra uma relação de complemento necessária na natureza do homem e da mulher, que se reflete na reprodução⁷⁵. O importante é ressaltar que as ações dessas mulheres não foram impossibilitadas, ao contrário, elas se apropriaram da religião para ter alguma espécie de autonomia e por mais contraditório que possa parecer, conseguiram se beneficiar dos modelos femininos instituídos na época. Por mais adversas que fossem as condições, elas buscaram formas de emancipação, de liberação.

⁷⁵ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 42.

3.2

Da Renascença às revoluções americana e francesa: os esforços da modernidade para impedir os processos liberatórios das mulheres

A modernidade tem início com a descoberta do plano de imanência, conforme exposto anteriormente, e a secularização do mundo decorre da implementação dessa perspectiva. Se agora não há uma ordem divina previamente estabelecida e fixa, se as leis não vêm mais do plano divino e sim de assembléias, o momento é mais propício para a contestação, ao contrário das condições da Idade Média, pois tudo passa a ser fundado nos conflitos políticos e tal fato possibilita a propositura de outras formas de configuração do sensível, bem como permite e absorve todo conflito existente para redesenhar o real, pois essa é a atividade própria da política, essa é a esfera de ação das assembléias. Porém, já foi verificado no capítulo anterior que a renascença foi um movimento cujo objetivo era a retomada do projeto transcendental e a retirada da potência de criação da multidão, em uma tentativa de inibir os processos liberatórios iniciados em tal período. A transcendência instaurada pelo Renascimento exerceu pressão sobre diversos processos constituintes, aqui será analisada a incidência desse esforço no que diz respeito às mulheres.

As condições a princípio são favoráveis às transformações. Nesse período, por exemplo, a educação que era valorizada se fundava não em um ensino formal nas universidades e sim em uma educação humanista pela filosofia e pela história⁷⁶. Sendo assim, a forma mais apropriada de aprender era com tutores ou em pequenos grupos de discussão, pequenas academias. Por isso, o acesso à educação da mulher estava disponível, desde que a família tivesse condições de promovê-lo. Quando as famílias tinham condições e desejavam, as mulheres de classes sociais mais elevadas conseguiam vivenciar o valor dado pelos humanistas à educação. Além disso, serviam como uma espécie de adorno em suas famílias, mostrando que eles se preocupavam com educação, com cultura. Até esse ponto a educação da mulher era muito bem vista e algumas chegaram a frequentar universidades e ter reconhecimento social pela cultura. As pioneiras nesse tipo de educação e reconhecimento foram as aristocratas italianas dos séculos XV e XVI,

⁷⁶ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 57.

estimuladas a estudar junto com seus irmãos e tutores. É o caso de Cassandra Fedele (1465-1558), nascida em Veneza, que aos doze anos era fluente em latim e grego e foi mandada para a tutoria de Gasparino Borro, com quem aprendeu filosofia, ciências e literatura. Ela trocava cartas com humanistas, foi convidada por Isabella de Castela para fazer parte de sua corte, mas não foi em virtude da guerra entre Itália e França. O auge do seu reconhecimento pela sua escrita e oratória foi entre os vinte e dois anos e os trinta e três, já que casou aos trinta e quatro e reduziu consideravelmente sua produção⁷⁷.

Assim como ela, outras tiveram o privilégio de terem acesso a uma educação e conseguiram não só notoriedade e respeito, como também admiração por isso. Além de escreverem poesia, elas também patrocinavam escritores, como as italianas marquesa Vittoria Colonna (1490-1547) e Veronica Gambara (1485-1550). A escrita tinha uma vantagem prática para as mulheres, pois teoricamente era compatível com as demais atividades delas, era uma atividade que poderia ser realizada dentro de casa. É importante observar que a educação foi chamada aqui de privilégio, isso porque para as nobres era mais defensável a educação até certo ponto, elas precisariam disso caso tivessem que assumir algumas responsabilidades decorrentes do cargo, mas para as demais mulheres não se reconhecia uma necessidade. Aliás, a própria educação das nobres era vista como perigosa, ora fantástica, ora como algo monstruoso. As nobres poderiam ter acesso, pois precisavam muitas vezes se portar como homem em situações de liderança, especialmente aquelas que assumiriam um governo, exemplo da Rainha Elizabeth.

O período era de grande turbulência política em razão das disputas religiosas e os Estados, as monarquias eram uma tentativa de se estabelecer uma ordem. Junto com as monarquias vinham também autoridade, hierarquia e patriarcado. Ao mesmo tempo, foi uma época que, por mais paradoxal que possa parecer, surgiram rainhas com muito poder, como Maria I (1516-1558), conhecida como sanguinária, Elizabeth I, Maria de Médici (1573-1642), Christina da Suécia (1626-1689) e Catharina a Grande (1729-1796). Porém, as rainhas não indicavam mulheres para cargos em seus governos e quase sempre associavam seu comportamento ao de um homem, mantendo um desprezo em relação à condição

⁷⁷ HARAGUCHI, J., *Fedele, Cassandra (1465?-1558)*. Universidade de Chicago. Disponível em

de mulher, como mostra a história. Elizabeth I (1533-1603) conseguiu utilizar um artifício tradicional, a virgindade, para a diplomacia, pois estabelecia diversas alianças com base em propostas de casamento. Elizabeth dizia ter um corpo fraco de mulher, porém o estômago de um homem no que se referia ao governo, o que contribuía para ressaltar uma suposta fragilidade natural da mulher, sendo o caso dela uma exceção. Maria de Médici também era ambígua em relação ao tratamento da mulher, ela estimulava modelos de mulheres retratadas como heroínas, mas ao mesmo tempo se utilizava do modelo de Virgem Maria para ela própria. Christina da Suécia foi criada pelo pai como um menino e, apesar de ter se recusado ao casamento por achar que ficaria em uma posição de subordinação, não escondia sua grande insatisfação com o fato de ser mulher.

Nesse sentido, já se percebe a necessária ligação entre o feminismo e as questões também de classe, em alguns momentos pesando uma unificação dos movimentos e em outros momentos a defesa de se pensar somente o problema do sexo. A questão social também apareceu no tópico anterior, no exemplo de Joana d’Arc, camponesa, muito mais facilmente perseguida por seu misticismo do que outras vindas de famílias nobres. A educação para a nobreza tem um sentido de coroação da aristocracia, mas para as mulheres em geral pode ser muito subversiva. Apesar da modernidade, as normas para o comportamento da mulher ainda eram aquelas da castidade e da manutenção do silêncio. Por isso, o discurso em público da mulher era visto como uma forma de transgressão dos papéis, pois a saída em público afastava as mulheres da casa, artistas eram confundidas com prostitutas, já que a noção de mulher pública era completamente distinta da noção de homem público, ou cidadão.

Cassandra Fidele chegou a ser considerada um ser exótico, pois havia nascido com corpo de mulher e alma de homem. É claro que nas condições dela isso pôde ser considerado uma excentricidade, um milagre por ser um homem em um corpo de mulher. Há exemplos de mulheres populares que se dedicaram à poesia e foram perseguidas. Veronica Franco (1546-1591) foi uma prostituta em Veneza que freqüentava também os salões de leitura, espaços onde homens e mulheres eram estimulados a debater. Por já ser considerada uma mulher pública, ela também não tinha motivos para manter o silêncio que se esperava de uma

mulher. Isso facilitava para perseguições sociais. Apesar de possuir importantes protetores, ela chegou a ser interrogada pela Inquisição. Ela valorizava o prazer sexual, porém também tinha a preocupação de mostrar que prostitutas também podiam ser inteligentes e possuir moral. Em alguns de seus escritos ela já concebia as mulheres como um grupo e lutou para a construção de um lar para mulheres pobres e mães solteiras, conquistado em 1570⁷⁸.

Aphra Behn (1640-1689) foi outra escritora considerada como uma aberração por seus contemporâneos. Assim como Veronica Franco, ela não vinha de uma classe alta. Teve sucesso em suas peças de teatro e conseguiu viver bem delas, mas tecia críticas árdidas a pilares da sociedade, pois defendia que as mulheres tinham o mesmo direito à liberdade sexual dos homens e ainda criticava os estereótipos sociais, especialmente aqueles que diziam respeito ao sexo. Além disso, os casamentos arranjados também faziam parte do grupo de alvos preferidos da autora em suas obras.

Os salões, criados na França no século XVI para abarcar os intelectuais isolados na época, foram os únicos lugares até o início do século XIX que se mantiveram constantemente abertos para dar suporte às mulheres que conseguiram ter acesso à educação, como espaços leigos, em que as críticas sociais eram permitidas. Por esse motivo, uma cultura feminina conseguiu ser criada nesses locais de escape das mulheres em que elas poderiam desrespeitar o silêncio, falando e escrevendo. O estilo mais desenvolvido pelas mulheres ao longo do século XVII, decorrente dos salões, foi o romance, com ênfase nas relações humanas e nos diálogos, muitos dos temas eram associados às mulheres, como o casamento, separação e relacionamentos com os filhos, mas sempre com um olhar crítico em relação a eles. Uma peculiaridade decorrente desse formato de trabalho é o fato delas terem conseguido questionar a própria concepção de autoria desses romances, pois as produções aconteciam no interior dos salões em meio aos debates, ou seja, eram conjuntas. Geralmente, quem assinava as obras ali produzidas era aquela ou aquele que tinha mediado as reuniões.

Obviamente, o acesso à educação que algumas tiveram não criou automaticamente um grupo de feministas e a tendência é imaginar que elas poderiam ter feito mais do que fizeram, ter experimentado mais desafios e um

⁷⁸ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 72.

pensamento mais crítico. Muitas tinham um comportamento mais subversivo, mas a produção nem sempre refletia isso. Porém, como bem observa LeGates, o renascimento não foi um período próprio para o pensamento crítico⁷⁹, como já visto no capítulo anterior, a renascença é um esforço do projeto da transcendência em sentido contrário aos processos de liberação. Por isso as dificuldades eram inúmeras. Mesmo com essas dificuldades, algumas mulheres conseguiram viver do que escreviam, como Christine de Pizan, Madeleine Neveu e Catherine des Roches, mas a maioria não escrevia profissionalmente. De qualquer forma, as suas ações merecem um olhar mais cuidadoso no intuito de respeitá-las devido às circunstâncias de sua época, pois souberam enfrentar o monopólio masculino da educação. Elas tinham que lutar por aceitação, portanto o estilo de vida, de estudo, de produção poderia ser definido também como uma espécie de luta por autonomia, mas era difícil haver também uma consciência formada para se chamar feminismo. Sem dúvida questões apareciam sobre a condição da mulher.

Nesse período, mais precisamente, do final da Idade Média até o fim do século XVII aconteceu a chamada *Querelle des Femmes*, que foi um intenso debate na literatura sobre as condições das mulheres, suas virtudes e seus vícios, e que permitiu a aparição de muitas contradições existentes sobre o tema. Cada época também deixou a sua marca, pois na Idade Média os exemplos de vida eram religiosos, com a Modernidade há uma ênfase em temas diferentes e a partir de uma perspectiva que não era a cristã, como o casamento, e até mesmo discussões sobre o Estado apareciam. A *Querelle des Femmes* atingiu diversos países, como Inglaterra, França e Espanha. Pode-se dizer que este foi um ensaio para balizar o início do feminismo, de suas correntes e de um esforço em sentido contrário à possibilidade aberta para as lutas das mulheres.

Porém, um problema desse debate está relacionado à utilização de sua estrutura para que os estudantes universitários exercitassem habilidades de metodologia e retórica desde a Idade Média, mas especialmente no século XVIII. Por esse motivo, muitas críticas às mulheres podem ter sido escritas pelos mesmos autores que defenderam a igualdade entre os sexos, em textos com as mesmas características e estilos de escrita, porém em sentidos contrários, podendo ser em algumas circunstâncias mais um exercício do que efetivamente um debate entre

⁷⁹ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 68.

divergentes sobre o tema. O cuidado para analisar as discussões da *Querelle* deve ser redobrado para diferenciar o que faz parte da *Querelle* e o que foi realizado com o fim de praticar método e retórica.

Os historiadores atribuem à Christine de Pizan o início da *Querelle*, com sua obra “A Cidade das Damas”, em 1404. No início de seu livro principal, ela declara sua insatisfação por ter nascido mulher, por Deus ter dado esse castigo, de nascer em um corpo feminino⁸⁰. Logo depois ela cria três personagens, a Razão, a Retidão e a Justiça. A Razão contribui para que Christine desconfie de tudo o que os filósofos já sentenciaram até então sobre a inferioridade da mulher, e com a contribuição cristã, ela conclui que se Deus é perfeito, ele não pode criar seres imperfeitos, inferiores e assim ela atinge uma igualdade primeira entre homem e mulher, a mulher não pode ser um homem imperfeito, incompleto, ela é igual, caso contrário, Deus não seria perfeito.

A Virgem Maria para ela redimiu os pecados de Eva e é o ícone de sua cidade, motivo pelo qual os homens deveriam venerar as mulheres, pois havia uma ligação direta entre elas e o plano divino. Em sua obra a autora reconhecia a violência física e moral sofrida pela maior parte das mulheres e o fato das mulheres em sua maioria não terem acesso à educação da mesma forma que os homens por serem obrigadas a ficar em casa. Incluía em sua cidade mulheres de todas as camadas sociais. Apesar de todo esse reconhecimento de questões relevantes para as mulheres, LeGates ressalta que as virtudes mais admiradas por Christine de Pizan nas mulheres eram a humildade, passividade e capacidade de obedecer, portanto, com maridos violentos, as mulheres deveriam ser pacientes e submissas para que suas almas tenham mérito⁸¹.

Os argumentos de defesa das mulheres geralmente as colocavam em um patamar superior em vez de se promover uma defesa da igualdade. Por mais que no início da Modernidade a descoberta do plano de imanência tivesse alterado a forma de justificação do poder, na medida em que as leis passavam a ser produzidas nas assembléias, nota-se que o trabalho do poder constituído foi intenso, pois a estrutura hierárquica conseguiu ser mantida nesses debates. Esse tipo de defesa de uma superioridade feminina tem sentido em uma sociedade que

⁸⁰ Cf. ZUBER-KLAPISCH, C., Introduction, In DUBY, G.; PERROT, M., *Histoire des femmes en occident – Le Moyen Age*, p. 11.

⁸¹ Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 108.

não se pensa em termos igualitários e sim em superior e inferior. A discussão é para inverter a relação dentro dessas circunstâncias, portanto, é compreensível que nesse momento a disputa seja para definir e comprovar quem é superior.

Na *Querelle* alguns autores reconhecem o peso da cultura para estabelecer a inferioridade feminina. Nesse sentido, Henricus Cornelius Agrippa em sua Declaração da Nobreza e da da Proeminência do Sexo Feminino, de 1529, apesar de insistir na superioridade natural da mulher, identifica a subordinação feminina como uma questão cultural⁸². Essa segunda parte de suas considerações irá inspirar outras produções nesse mesmo sentido. Mais tarde, porém, Agrippa renega sua obra dizendo que preferia se dedicar a coisas mais sérias e importantes do que as discussões provocadas na *Querelle*.

Apesar das dificuldades no debate, da ambivalência das considerações acerca das virtudes das mulheres em relação aos homens, pois sabe-se que esse discurso justifica uma maior cobrança moral no comportamento da mulher do que do comportamento do homem, foi um momento em que a maioria daqueles que defendiam as mulheres tinham em mente que homens e mulheres eram diferentes em virtude das convenções sociais. Quando alguém dizia que as mulheres pretendiam virar na verdade homens em razão de serem imperfeitas, prontamente já se respondia em sentido contrário que elas não queriam virar homens em busca de uma perfeição, e sim o que elas desejavam a mesma liberdade da qual eles dispunham, como foi a defesa de Baldesar Castiglione (1528). A educação feminina acabou se transformando também em outro assunto constantemente defendido nesses ciclos para que elas pudessem ser intelectualmente iguais. Algumas autoras chegavam a entender que se submetidos aos mesmos processos de educação as meninas se destacariam mais do que os meninos, como Lucrezia Marinelli afirmava em 1601⁸³. LeGates observa que François Poullain de la Barre (1647-1723) vai ainda mais longe, dizendo que a inferioridade feminina nada tinha de racional, decorrendo somente de um preconceito, pois a mente não possuía um sexo e no império da razão em que viviam não havia mais espaço para esse tipo de pensamento. O autor admitia, portanto, que as mulheres se dedicassem a qualquer área do saber, como matemática, teologia, direito,

⁸² Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 111.

⁸³ Ibid., p. 112 et. seq.

medicina e política. Porém, a autora ressalta que o interesse de Poullain era mais em exercitar o método cartesiano do que se envolver com a questão da mulher.⁸⁴

Havia também quem preferisse colocar mais força no argumento da diferença entre homem e mulher, em vez de defender uma igualdade primária entre os dois, se transformando em diferença no interior da sociedade. Esses argumentos de certa forma já adiantam as correntes feministas do século XIX, que trabalham com concepções como a do feminismo fundado na maternidade e do feminismo cultural. Essas correntes se fundamentam em uma maior capacidade inata da mulher para o pacifismo e para a solidariedade⁸⁵. Por isso, elas se mostram mais afinadas com a defesa de um modelo hierárquico e dualista, porém, invertendo a ordem e colocando o feminino em um patamar especial em relação ao masculino.

A *Querelle des Femmes* se tratava muitas vezes mais de um exercício de retórica do que uma discussão sobre direitos. Muitos textos podem ter sido produzidos pelas mesmas pessoas, mas em sentidos opostos com o fundamento de treinar metologia e dialética. Porém, o esforço daqueles que participaram e contribuíram para o debate com mais compromisso deve ser considerado, afinal ali estavam presentes os temas que dariam origem a diversas correntes do feminismo que se consolidaram no século XIX, quando o termo feminismo foi cunhado e o movimento ganhou expressão e foi consolidado em suas diversas vertentes. Por esse motivo, pode-se dizer que muito se deve aos debates da *Querelle des Femmes*, que continuará até o fim do século XVII.

O contratualismo é comumente interpretado como um marco para que se pudesse começar a pensar propriamente em feminismo, já que se atribui a esse

⁸⁴ Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 122.

⁸⁵ A influência dessa perspectiva no feminismo do século XX é duramente criticada por Elisabeth Badinter. Primeiro por significar, em última instância que a mulher é de fato superior ao homem moralmente, o que aumena as expectativas sociais em relação ao seu comportamento, fazendo com que os erros das mulheres sejam mais graves do que o dos homens. Em segundo lugar, por que são posições excludentes na medida em que aquelas que não querem passar pela experiência da maternidade ou não podem por qualquer problema estarem fora do alvo do feminismo. Por último a autora desmistifica esse pacifismo com exemplos não somente de mulheres que participaram de processos revolucionários, como também, mulheres que colaboraram com regimes como o nazismo, atuando fortemente em campos de concentração feminino e em perseguições como as de Ruanda. Cf. BADINTER, E., *Rumo Equivocado: o feminismo e alguns destinos*, p. 76. Outros exemplos bem claros de que a mulher não é naturalmente pacífica são os comportamentos das rainhas aqui mencionadas, como Maria I da Inglaterra, responsável por grande perseguição aos protestantes e Elisabeth I que sabia jogar politicamente com o fato de ser conhecida como a rainha virgem.

momento de produção política a noção de que a sociedade civil é construída coletivamente, e para LeGates, Locke foi o autor que mais contribuiu para essa visão⁸⁶. Sendo assim, esse seria o período mais favorável às críticas sociais. Porém, como já visto, a descoberta da potência criativa da humanidade ocorre no início da Modernidade, que para Negri e Hardt ocorre entre os anos de 1200 a 1600, com o plano de imanência. Assim, o contratualismo seria na verdade um mecanismo de controle social, já dentro da atuação do poder constituído.

As contradições dentro do contratualismo e os motivos pelos quais ele não funcionou para o feminismo serão mostradas a partir das considerações de Carole Pateman mais à frente. Porém, muitas feministas se animaram com as idéias contratualistas e decidiram utilizá-las, especialmente inspiradas em Locke e, mais tarde, traçando toda uma corrente a partir de Rousseau, tentando reverter uma tradição que não lhes era favorável. Apesar das condições desfavoráveis, muito do que foi pensado nessa época ajudou também a configurar o feminismo do século XIX. O final do século XVII e início do século XVIII apresentam um outro rumo para as mulheres, especialmente para as inglesas, que são diferenciadas como as primeiras feministas por apresentarem uma noção de mulher como uma coletividade, um grupo submetido a um aparato de dominação comum. Nesse sentido, aparecem na *Querelle* mais conselhos nos romances escritos às mulheres para evitar o casamento. Ao longo do século XVII, tanto na Inglaterra quanto na França, com reflexos na Espanha⁸⁷ o casamento era muito criticado na poesia e no romance produzidos por mulheres como um mecanismo de política sexual e certeza de concentração econômica nas classes mais altas, ao mesmo tempo em que a amizade entre as mulheres era fortemente celebrada. No campo da amizade entre mulheres, é importante ressaltar que a princípio elas não tinham problemas em exaltar toda a admiração e encanto que muitas diziam ter por outras mulheres,

⁸⁶ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 121.

⁸⁷ Maria de Zayas incorporou em sua produção as questões feministas suscitadas na *Querelle* e fez do problema entre os sexos o seu grande tema, argumentando também em sentido contrário ao casamento e estimulando as mulheres a assumir o controle de seus destinos., apesar de em sua obra a visão ainda ser mais no sentido de tecer uma solução individual para o problema do que uma solução para as mulheres enquanto grupo. Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 128. Se ao longo da Idade Média a questão se dava mais pelo exemplo individual de resistência a uma estrutura de poder e ao casamento que limitavam as perspectivas das mulheres e os modelos serviam de inspiração para outras, agora há nitidamente um posicionamento contrário a essas estruturas e um reconhecimento de determinadas condições comuns às mulheres da época, ainda que as soluções sejam restritas principalmente à esfera individual.

como fizeram Katherine Philips (1631-1664) e Sarah Robinson Scott em 1762, que propôs uma comunidade de mulheres em seu romance, também aberta aos pobres. Geralmente o problema aparecia quando elas desafiavam os limites estabelecidos entre os sexos, reproduzindo o comportamento masculino, como coloca LeGates⁸⁸. Bathsua Makin (1600-1675) foi uma das que se destacou escrevendo para as mulheres especialmente e defendendo o acesso delas à educação.

O século XVIII foi especialmente interessante para a produção francesa sobre o tema. As desigualdades entre os sexos eram facilmente apontadas por escritoras como Marie Jeanne Riccoboni (1713-1792). A princípio, a proposta pode parecer com a da Idade Média, pois a tendência era sempre o apelo ao celibato, porém a escolha por uma vida sem casamento tinha um fundamento mais claro para essas mulheres, pois o abuso do poder que os homens tendiam a apresentar na família era amplamente noticiado por elas. Os romances têm um papel fundamental nessa estrutura, pois são uma espécie de termômetro do crescimento de uma consciência feminista; em outras palavras, da percepção de uma estrutura de poder que incidia nessas mulheres pelo fato de serem mulheres, estipulando regras e padrões para seus corpos, comportamentos e vidas que as colocavam em grau de inferioridade em relação aos homens. Ao mesmo tempo, surgia também a idéia de que o casamento deveria ser realizado para a satisfação do casal e não como um compromisso com os interesses estipulados pelas famílias. Todo esse movimento chamado de tomada de consciência que ganhou muita força no século XVIII foi fundamental para a estruturação dos diversos processos constituintes que compõem a primeira e segunda ondas do feminismo.

É nesse momento que o *Journal des Dames*, criado em 1759 para ser uma fonte de entretenimento para as mulheres, já que elas eram consideradas ociosas e sem inteligência, passa para as mãos de Madame de Beaumer em 1761 e vira um instrumento e um ícone para o feminismo, apesar de sua curta duração, pois foi censurado em 1762. Além da peculiar relação com o feminismo, o jornal se posicionava pela tolerância religiosa e pela justiça social. Durante esse curto espaço de tempo, o jornal estimulou o exercício da crítica pelas mulheres, bem como o estudo e a discussão pública. Ele também apresentava constantemente

⁸⁸ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 130.

exemplos de histórias de vida, como a da rainha Christina da Suécia e as experiências de mulheres vindas de classes de trabalhadores e que conseguiam se destacar em profissões que não eram convencionais nem ao seu sexo nem à sua posição social. Porém, em 1763, quando o jornal é retomado por outras mulheres, elas percebem que o feminismo ainda não tinha nem um suporte teórico bem fundado e que o alcance dele não era grande. Nesse momento, os salões, fundados geralmente por mulheres, começavam a ter sua importância questionada e suas mazelas eram comumente atribuídas à presença de mulheres, consideradas levianas, fúteis e grandes responsáveis pela corrupção na sociedade pelos próprios intelectuais aos quais elas abriam espaço e davam apoio financeiro. A última diretora do jornal foi Madame de Montanclos, em 1774, muito favorável ao pensamento de Rousseau.

Esse argumento inicia um processo em que alguns pensadores irão trabalhar com a educação não no sentido que determinadas feministas já haviam defendido, mas precisamente na reforma da mulher. O que ganhou maior notoriedade foi sem dúvida Rousseau, com os modelos de Emílio e Sofia, de 1762. Sofia é um modelo para a educação da mulher, criada para ser esposa, enquanto Emílio cresce para se tornar o paradigma de cidadão. Apesar dessa disparidade na educação dos dois, é surpreendente o fato de uma boa parte do feminismo, em especial no século XIX, se fundar no pensamento de Rousseau. Obviamente tal fato ocorreu porque muitas se apropriaram da mulher no papel natural de mãe e de esposa e da nobreza da mulher enaltecidos por ele, especialmente as que deram origem no século XIX ao chamado feminismo maternal, cujos problemas serão examinados adiante, atribuindo às mulheres uma suposta função de polícia, pois elas deveriam ser responsáveis pela observância da moral na sociedade, criando seus filhos de forma virtuosa, para que fossem bons cidadãos. O principal problema é a defesa e a valorização do papel mais doméstico da mulher, estando mais de acordo com a tradição e com o poder constituído do que propriamente com o reconhecimento de uma condição de subordinação da mulher e de uma luta por liberação.

Porém, na época Mary Wollstonecraft foi uma das poucas a se opor ao pensamento de Rousseau, considerando-o um inimigo. Ela partia de um ponto comum a ele: a superficialidade das mulheres das mais altas camadas da sociedade. Apesar dessa concordância inicial, os rumos eram completamente distintos, pois se as mulheres eram superficiais, isso se devia à criação delas. Por

uma questão de manutenção do poder, os homens as estimulavam a cultivar hábitos superficiais. Assim, as mulheres não poderiam ser responsabilizadas pelo quadro degradante da sociedade. Na verdade, para Wollstonecraft o problema era justamente a concentração de poder nas mãos dos homens. É importante ressaltar que, apesar das dificuldades teóricas e do grande esforço no sentido de trazer a mulher para o espaço interno, ao longo das revoluções americana e francesa, havia mulheres que não só participaram e apoiaram os processos revolucionários como também souberam se apropriar do tempo para apontar as peculiaridades dos mecanismos de poder aos quais estavam submetidas, como uma forma de poder constituinte.

A revolução americana não será profundamente analisada aqui, sendo somente alvo da investigação as especificidades em relação à atuação das mulheres ao longo do processo revolucionário. Tal atuação tem início em 1774 com a intensificação das condições que precederam a guerra. Nesse ano, um grupo de cinquenta e uma mulheres assinaram uma petição na Carolina do Norte em um ato pela responsabilidade pública. O ato em si foi de pequeno porte, mas essa foi uma primeira manifestação das mulheres americanas, que até então nem as das camadas mais elevadas tinham a tradição das francesas de opinar e se envolver com política. Nessa época há uma transformação significativa, pois se antes elas entendiam que esses assuntos deveriam ficar a cargo dos homens, agora elas acompanhavam os jornais, boicotavam produtos importados, assediavam vizinhos com ligações políticas com a Inglaterra e que detinham o monopólio de alguns produtos. Iniciada a guerra, algumas atuaram como espiãs, mensageiras e até mesmo como soldados, outras se organizavam e iam de porta em porta arrecadando dinheiro e mantimentos para as tropas, como foi o caso do movimento realizado pelas mulheres na Filadélfia, em 1780, que inspirou mulheres em outros estados. As mulheres negras também se apropriaram desse momento de tensão e muitas fugiram das fazendas nas quais eram mantidas como escravas.

A participação das mulheres na revolução americana foi considerável, porém os homens geralmente ridicularizavam as atividades as quais elas se dedicavam. Um exemplo de personagens bastante conhecidos na história é dado por LeGates, ao examinar a relação de John Adams e sua mulher Abigail Adams. As manifestações que demonstravam o interesse que Abigail tinha por política

ficaram restritas à esfera privada, na troca de cartas do casal. Em 1776 ela pede em uma das cartas que seu marido não esqueça das mulheres no ordenamento jurídico da nova República, afirmando que todos os homens seriam tiranos se pudessem e que portanto os maridos não deveriam ter todo o poder em suas mãos, caso contrário, as mulheres poderiam iniciar rebeliões, uma vez que elas não se submeteriam a nenhuma lei que não as representasse. A resposta de John Adams a essas reivindicações foi que diante delas ele nada poderia fazer, a não ser rir⁸⁹.

O estado de Nova Jersey chegou a reconhecer o direito de voto às mulheres e aos negros durante um tempo, já que a constituição do estado falava em todos os habitantes livres. Em 1790 ainda houve uma inclusão do termo “ele ou ela” por uma lei eleitoral. Porém, houve um retrocesso em 1807, que restringiu o voto aos homens brancos. As mulheres chegaram a votar em outros lugares em função das suas posses, propriedades, como na França, na Inglaterra e em Quebec, por exemplo. No século XIX, porém, as legislações adotaram um outro vocabulário e se antes havia uma indiferença em relação à questão sexual, pesando mais a propriedade, nesse momento as leis explicitam a discriminação a partir do sexo. Em relação ao problema da escravidão, a revolução americana não foi suficiente para por fim, ou melhor, na concepção negriana, uma das consequências da retomada do poder constituído e interrupção do poder constituinte foi a manutenção da escravidão. Apesar das dificuldades, Elizabeth Freeman ficou conhecida por ter lido a Declaração de Independência na casa de seu senhor e a partir desse episódio decidiu pleitear sua liberdade no judiciário, em Massachusetts, o que resultou no fim da escravidão no estado em 1781.

O processo revolucionário americano ainda trouxe esperança às mulheres no que se refere à possibilidade de modificação das condições da vida privada. A guerra fez com que os homens se afastassem de casa e de suas atividades rotineiras, deixando todas essas responsabilidades nas mãos das esposas. Muitas pretendiam que o retorno de seus maridos não implicasse na perda dessas conquistas, o que as levaram a defender uma divisão igual do comando dessas responsabilidades, já que elas tinham um grande receio que a volta dos maridos após um período de guerra os levassem a agir na família como verdadeiros comandantes. A revolução americana conseguiu ser uma grande oportunidade

⁸⁹ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 137 et. seq.

para as mulheres na medida em que elas começaram a se politizar. Porém, o momento posterior ao processo revolucionário implicou em grande queda econômica, já que uma nova estrutura, a partir da industrialização, começou a se formar. Por trás disso, estava também uma retomada de legislações mais conservadoras, que retiravam das mulheres a possibilidade de exercer algumas atividades que anteriormente eram realizadas por elas. Em alguns lugares as viúvas perderam o direito até mesmo à parte da herança de seus maridos que lhes cabiam.

A estratégia no momento posterior à revolução americana era apelar ao argumento de Rousseau acerca da valorização do papel da mulher dentro de casa. Para isso, foi necessário apresentar às mulheres uma importância política na dedicação exclusiva à vida privada e à maternidade, qual seja, a de criar os cidadãos exemplares. Certamente esse discurso atendia aos interesses masculinos, pois com o retorno aos seus lares, os homens se preocuparam em ter seus antigos papéis de volta e não compartilhá-los com as mulheres. Ao mesmo tempo, era necessário reeducá-las para esse papel doméstico. A América Republicana ainda discutiu sobre que tipo de educação as mulheres deveriam ter, se seria simplesmente uma educação para a vida privada ou se elas deveriam ser educadas para a vida pública, sem confinamento, com o objetivo de estimular o lado racional delas⁹⁰. A discussão foi sobre a educação das mulheres, porém, restrita às brancas. As mulheres negras do sul não teriam essa possibilidade de expandir sua educação, especialmente por ser do interesse de seus donos a manutenção de sua ignorância. A questão das mulheres ficou pendente na revolução americana, bem como a racial. Nas palavras de Antonio Negri:

A fronteira da liberdade, a possibilidade coletiva da potência, o senso de apropriação como expressão da singularidade e forma do trabalho vivo – estes são os conteúdos irresistíveis do poder constituinte americano. As perversões, as traições sofridas, o bloqueio constitucional, as interpretações desviantes não o suprimem, só o renovam. Nos Estados Unidos, a ruptura radical – que depois se torna inercial – entre o espírito constituinte e a constituição é assinalada por um fato originário: a manutenção da escravidão e, de modo mais geral, a questão dos “afro-americanos”. Esta ruptura cromática é também uma ruptura conceitual: ruptura da universalidade do conceito de liberdade e de igualdade. Não por acaso, toda grande crise constitucional americana é marcada pela retomada do espírito constituinte por

⁹⁰ Essa defesa de uma educação para as mulheres que as preparasse para a vida pública foi fundado em Judith Sargent Murray, que escreveu um artigo cujo título era “Sobre a igualdade dos sexos”, em 1779. Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 139.

parte do povo afro-americano – da Guerra de Secessão até os anos sessenta do século XX. Atravessando e desafiando a Constituição e as máquinas políticas, o princípio constituinte revive sempre, manifesta-se como escândalo da liberdade e, ao mesmo tempo, como única solução para sua crise⁹¹.

Sem dúvida, o princípio constituinte da revolução americana foi retomado pelo movimento negro. Porém, é necessário reconhecer a luta das mulheres nesse processo, uma vez que assim como a condição dos afro-americanos, a condição das mulheres também ficou comprometida após a revolução americana, apesar dos ideais que serviram de fundamento para ela, escancarando a incoerência do final do processo revolucionário. Por esse motivo, a segunda onda do feminismo, que também tem como um dos principais marcos os Estados Unidos na década de sessenta do século XX, é um resgate de um dos problemas adiados no final da revolução americana, quando o poder constituinte foi aprisionado pelo poder constituído, momento que teve como ápice a elaboração da Constituição americana.

A revolução francesa também contou com a atuação das mulheres para seu desenvolvimento, não só no que diz respeito à relação delas com os demais grupos que atuaram nesse processo constituinte, como também em sua articulação como propriamente um grupo de mulheres, que se apropriaram daquele momento histórico e dos ideais de liberdade e igualdade que nortearam a revolução para reivindicar os mesmos direitos pelos quais seus companheiros homens revolucionários estavam lutando. Elas de fato perceberam que poderiam utilizar os fundamentos revolucionários a seu favor.

A revolução francesa teve como objetivo colocar um ponto final no antigo regime, cuja estrutura era fundada na monarquia absoluta, em uma Igreja oficial e na categoria da aristocracia com determinados privilégios. A Declaração de Independência norte-americana de 1776 ressaltando a igualdade estabelecida entre todos os homens serviu como inspiração para esse feito, refletindo-se especialmente na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. No primeiro momento, a convocação dos Estados-Gerais estimulou uma série de petições tanto de homens quanto de mulheres para que seus interesses fossem observados. Havia ainda alguma esperança de que os direitos considerados naturais dos homens passassem também a incidir sobre as mulheres. Essa foi a

91 NEGRI, A., *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p. 276.

proposta de Etta Palm d'Aelders, que afirmou ser o homem sempre dotado de determinados privilégios, enquanto que praticamente metade da humanidade tinha sido esquecida.

A Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão deixou desamparadas ou sem representatividade no chamado povo francês algumas categorias, sendo elas: a classe trabalhadora de homens, os negros e as mulheres. As duas primeiras categorias chegaram a ser debatidas, mas as mulheres foram desconsideradas pelos delegados. A escravidão chegou a ser abolida em 1794, assim como foi estabelecido o voto masculino universal, sendo ambas as conquistas cassadas por Napoleão. Porém, a própria revolução reiterou a inferioridade das mulheres nos campos jurídico e político, já que aquelas que falavam em nome da igualdade de sexo geralmente eram ridicularizadas. Para Carole Pateman, cuja teoria será examinada mais adiante, o patriarcado estava muito enraizado na sociedade, pois apesar do grande potencial da revolução francesa, decorrente sem dúvida de seus ideais, não houve de fato uma transformação na condição das mulheres.

Apesar das limitações sofridas pelo poder constituinte na revolução francesa, alguns feministas conseguiram ter destaque e expor as suas reivindicações. Foi o caso do marquês de Condorcet (1743-1794), aristocrata e matemático, que havia freqüentado os salões e por isso tinha contato com mulheres intelectuais. Ele e sua mulher chegaram a fundar um salão. Condorcet não apreciava as idéias de Rousseau e entendia que as mulheres deveriam ter os mesmos direitos dos homens, pois possuíam as mesmas capacidades. Ele foi quem sugeriu durante a reunião dos Estados-Gerais que o direito ao voto fosse ampliado às mulheres no mesmo molde dos homens, ou seja, levando em consideração a propriedade. Posteriormente chegou a pedir pelo sufrágio universal, ressaltando a tirania do ato de negar às mulheres o direito ao voto. Defendeu a igualdade à educação em 1791, na Assembléia, e além de ser contrário à escravidão e prever a possibilidade de divórcio, ele ainda lutou pela legalização da condição dos homossexuais e pelo controle de natalidade. Por esses motivos, ele foi condenado, mas conseguiu viver escondido durante um tempo vestido de mulher, até ser preso e morrer em 1794.

As idéias de Condorcet chegaram a tomar uma dimensão relevante em panfletos na época, tanto em relação aos homens quanto às mulheres, porém, as feministas que conseguiram maior destaque foram as mulheres. Uma delas foi

Marie Gouzes, conhecida como Olympe de Gouges (1748-1793), autora da Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), em resposta à Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que desconsiderava por completo a questão da mulher. A Declaração da autora tinha por base um modelo de contrato que deveria substituir o contrato de casamento. Obviamente, a Declaração tinha problemas e um deles dizia respeito justamente à adoção da forma do contrato, cujas principais questões serão colocadas adiante. Porém, já se pode observar que o apelo à natureza é ambíguo, na medida em que ele serve aparentemente para defender a igualdade, na verdade se presta à manutenção da estrutura do poder constituído. A Declaração de Olympe de Gouges em seu primeiro artigo diz que homens e mulheres nascem livres e iguais, sendo a possibilidade de diferença na sociedade somente justificada a partir da utilidade geral. Apesar do esforço feito pela autora, percebe-se que a redação gera possibilidade de interpretação contrária aos avanços em relação aos direitos das mulheres⁹².

Outros grandes nomes do feminismo que começava a surgir na época eram Etta Palm d'Aelders e Théroigne de Méricourt. A primeira fez um discurso na Assembléia em prol do fim da discriminação com base no sexo, tendo como alvo uma lei sobre adultério que trazia tratamento desigual em relação aos sexos. Além disso, foi a fundadora de um clube de mulheres em Paris que apoiava a revolução e tinha como principal meta uma legislação sobre o divórcio que tratasse da mesma forma mulheres e homens. A segunda defendeu a criação de um exército armado de mulheres para dar suporte à República fundada em 1792, solicitando a todas as mulheres que refletissem sobre seus papéis naquela sociedade e sobre quais seriam seus papéis a partir daí. Essas mulheres citadas como exemplo de atuação durante a revolução francesa possuem em comum histórias de vida nada convencionais para a época.

Marie Gouzes era filha bastarda de um aristocrata. Foi obrigada a se casar por uma mera conveniência durante pouco tempo. Logo depois, jurou não se casar mais, se transformou em atriz e escreveu peças. Palm d'Aelders foi baronesa nos Países Baixos e por um tempo espiã. Théroigne de Méricourt foi amante de um

⁹² Os demais artigos da Declaração consagram a igualdade de direitos no que diz respeito à liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão (art. 2º), atrela a soberania à representação de homens e mulheres (art. 3º) e prevê que as leis devem ser geradas a partir da vontade tanto de homens quanto de mulheres, diretamente ou através de seus representantes (art. 4º).

militar e fez carreira como cantora. Porém, ela se sentiu traída pelos homens que fizeram parte de sua vida, considerando tal fato fruto da tirania que os homens exerciam sobre as mulheres. Neste momento já havia um reconhecimento de opressão às mulheres como grupo. O amor à revolução era grande em todas elas, antes mesmo do feminismo. Porém, sofreram por serem mulheres o que demonstrava a incompatibilidade dos ideais da revolução com as condições reais das mulheres. Havia muitas dificuldades de romper com a segregação mesmo no interior do processo revolucionário e entre os homens revolucionários. Se suas vidas tiveram em comum o não convencional, o destino delas também foi igualmente trágico. Olympe de Gouges foi para a guilhotina por ter simpatia com a realeza, Palm d'Aelders foi mandada para a Holanda e Théroigne foi parar em um asilo para loucos.

É necessário também dar uma maior ênfase à já mencionada Mary Wollstonecraft, inglesa que foi para a França acompanhar de perto a revolução. Sua principal obra, *Em Defesa dos Direitos da Mulher*, de 1792, foi considerado um marco no feminismo no que diz respeito ao avanço das reivindicações desde Christine de Pizan. Wollstonecraft desejava que as mulheres fossem vistas não como heroínas capazes de grandes feitos morais ou como incapazes, mas simplesmente como igualmente dotadas de razão, se afastando claramente das idéias de Rousseau. Nesse sentido, as idéias defendidas em sua obra diziam respeito à igualdade civil entre homens e mulheres, à educação igualitária, à independência financeira e à representação política. Porém, mesmo ela fazia a ressalva de que não pretendia estimulá-las a deixar suas famílias, afirmando que a independência feminina faria com que as mulheres se tornassem melhores mães e esposas. Talvez isso fosse uma estratégia de aceitação, talvez fosse um simples recuo em sua teoria.

O feminismo da época não foi composto somente por esses grandes nomes que conseguiram vencer as dificuldades e se perpetuar na história. A radicalização do processo revolucionário francês permitiu que a classe de trabalhadoras se envolvesse, lutando também por avanços no direito e na participação das mulheres, reivindicando para elas as conquistas dos homens. A radicalização da revolução para as mulheres significou uma radicalização na igualdade. Elas começaram a participar de comícios políticos nos poucos lugares e clubes que viabilizavam encontros mistos. Fundaram grupos separatistas como a Sociedade

Parisiense de Mulheres Republicanas, que mais tarde ficou conhecido como o primeiro grande grupo de mulheres com interesses políticos comuns no ocidente. O principal objetivo dizia respeito à conquista da participação feminina na esfera pública, desconsiderando as obrigações tão enraizadas na sociedade da esfera privada. Para conseguir tais conquistas, elas consideravam essencial a presença das mulheres em atividades militares. Por esse motivo, trezentas mulheres assinaram uma petição para a Assembléia para fundar uma guarda nacional, incluindo também o direito ao voto feminino como uma reivindicação. Essas demandas desconstituíam completamente a teoria republicana de Rousseau, importante fonte inspiradora da revolução, que pretendia moralizar a sociedade e tinha como um dos pilares a diferença entre os sexos.

As mulheres que se dedicavam à revolução somente eram aceitas se mantivessem um certo discurso, se elas afirmassem que sua participação tinha como objetivo o bem-estar da família. A marcha das mulheres trabalhadoras até Versailles foi em certa medida celebrada pelos homens. Porém, as armas que carregavam com elas, como pistolas, espadas e lanças, causaram desconforto nos homens da época, que passaram a acreditar que as mulheres se transformavam em homens para a luta pela revolução. É interessante ressaltar que a própria Olympe de Gouges criticava o comportamento dessas mulheres e as acusava de negligenciar a própria casa e seus afazeres domésticos. Certamente, sua Declaração estava contaminada por esse tipo de pensamento, não sendo fruto do acaso o sentido ambíguo do primeiro artigo. Se o seu nome entrou para a história do feminismo, sem dúvida as ações dessas mulheres das camadas populares produziram um grande impacto social, uma vez que desconsiderava o papel tradicional da mulher. Algumas ainda tentavam se justificar, como Pauline Léon, que encaminhou uma petição à Assembléia requerendo o direito ao armamento das mulheres, ressaltando sua devoção à casa, mas ainda assim, a Convenção Nacional não aceitava com tranquilidade tal pleito.

A partir desse momento, tem início um intenso esforço em sentido contrário à luta dessas mulheres. O poder constituído começa a tentar controlar de todas as formas os esboços de avanço do poder constituinte, causando reflexo no feminismo que surgia. O ano de 1793 foi significativo, pois em abril foi decidido que elas não poderiam mais fazer parte do exército. Em outubro do mesmo ano foi retirado delas o direito à petição e à assembléia. A Convenção Nacional apelou

para a concepção de natureza, entendendo que a natureza da mulher não tinha compatibilidade com qualquer tipo de ativismo político. O argumento da natureza mais uma vez ganhou força para justificar uma imposição social e política. Resta saber como o poder constituído poderia explicar o avanço dessas mulheres até esse momento, já que elas eram tão incompatíveis naturalmente à revolução. As proibições ficaram cada vez mais intensas, até o momento em que elas não mais podiam se reunir em público em um número maior do que cinco.

Os últimos golpes que fizeram com que a condição da mulher fosse pior nesse momento do que no início da revolução se sustentaram com base no código civil de Napoleão, de 1804. O divórcio foi excluído do ordenamento, assim como as alterações na lei sobre adultério. As penas previstas para o adultério da mulher iam da prisão até mesmo à pena de morte aplicada por seu marido. O homem era punido de forma mais branda, como trazer a amante para a casa da família. A parte do código que dizia respeito ao casamento somente foi alterada de forma substancial em 1939 e as sombras da desigualdade ainda estiveram presentes até 1975. Além disso, se pelo menos antes as mulheres na França podiam votar, ainda que esse direito político fosse restrito à propriedade e à classe social, agora todas se encontravam em um patamar inferior ao dos homens, sendo diferenciadas a partir do sexo. Essa foi a identidade utilizada pelo poder constituído para afastar os direitos delas. LeGates afirma que elas tiveram que esperar cerca de cento e cinquenta anos para conseguir reconquistar o direito ao voto⁹³. O importante é que esse momento histórico contribuiu para que outras lutas feministas se estruturassem ao longo do século XIX.

3.3

As incoerências do contratualismo como suporte para a teoria feminista

Assim como Antonio Negri e Michael Hardt, Carole Pateman vê diversos problemas nas teorias contratualistas, indicando que elas são mais preocupadas com a manutenção do poder constituído do que com a ruptura. Por esse motivo, muito do feminismo que se apoiou no contrato social não conseguiu efetivamente

⁹³LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 145.

transformar a condição da mulher. Nesse sentido, a principal preocupação da autora é fazer um exame da adoção dos argumentos do contratualismo para as lutas feministas e das incoerências que isso pode gerar, partindo do fato de que as teorias contratualistas tornaram a despertar um grande interesse na década de 70 do século XX na política. O contratualismo é uma teoria política que pretende demonstrar como as instituições devem ser compreendidas, além da preocupação com o acordo original no surgimento do Estado. Porém, de acordo com Pateman, uma outra perspectiva do contrato social é sempre mitigada nas análises, a do contrato sexual. Assim surge o contrato sexual, como uma dimensão da teoria contratualista que ficou mitigada⁹⁴. O que se entende ser o contrato social é uma mera parte do ato de criação da política na modernidade pelos contratualistas dos séculos XVII e XVIII.

A tese da autora é que o contrato social pressupõe o contrato sexual, bem como as liberdades civis pressupõem o direito patriarcal. Isso porque os teóricos clássicos deixaram diversos problemas sobre a incorporação das mulheres no contrato social e suas obrigações e além disso apesar de terem colocado um fim no direito paterno, reforçaram um outro lado do patriarcado. Considerando que o contratualismo é uma das teorias políticas que exerceu maior influência na modernidade, na pretensão de enfrentar o poder constituinte, esse fato toma grandes proporções quando o tema diz respeito à luta pelas conquistas de direitos das mulheres, bem como o silêncio da maioria dos estudiosos do contratualismo a respeito do contrato sexual.

O contrato sexual também trata do surgimento e do exercício legítimo dos direitos políticos para essa modernidade, porém, os direitos políticos necessitam do suporte do direito patriarcal, do domínio do homem sobre a mulher. Essa perspectiva geralmente ausente nas análises do contrato social mostra como uma forma moderna de patriarcado foi implementada e fundamentada. O contrato social é apresentado como uma história sobre a liberdade, a conquista da liberdade pela sociedade civil, mas na verdade foi uma forma eficaz de manutenção das estruturas do poder como eram conhecidas. Se o contrato social foi criado sob um discurso de se defender a liberdade, o contrato sexual tratou de uma espécie de sujeição. O contrato original constitui simultaneamente a liberdade e a dominação.

⁹⁴ PATEMAN, C. *The Sexual Contract*, p. X.

A liberdade civil não é universal, ela é um atributo masculino que depende essencialmente do direito patriarcal.

A palavra “patriarcado” é comumente interpretada em sua literalidade, como direito paterno. Pateman constata que esse é um motivo que facilita o esquecimento do contrato sexual, pois o contrato social, na maioria dos autores, encerra o direito do pai. Porém, o fato é que os direitos políticos se originam no direito sexual, ou direito conjugal. O direito paterno é somente uma das diferentes expressões do patriarcado. É importante observar que o poder de um homem na condição de pai só é exercido após o poder de um homem sobre uma mulher. Apesar disso, a principal tendência na interpretação do contratualismo na história moderna era no sentido de declarar o patriarcado extinto.

A análise dos contratualistas permite entender melhor a problemática. O silêncio de Locke sobre a participação das mulheres no contrato social foi entendido como sendo uma forma dele se precaver em seu ciclo de leitores do que uma afinidade dele com o patriarcado⁹⁵. Seu individualismo seria genuinamente universal, com a possibilidade do ingresso das mulheres no contrato. Também entende-se que sua argumentação não diz respeito às mulheres e sim à separação que ele faz entre a família e a política. O que Pateman observa é que esses aspectos não podem ser desconsiderados na obra dele. A separação entre as duas esferas somente se torna clara se considerarmos justamente o contrato sexual. Algumas feministas leram as obras de Locke e sustentaram que a sociedade moderna era pós-patriarcal⁹⁶.

Zillah Eisenstein foi quem compreendeu Locke como um patriarcal anti-patriarcado⁹⁷. O modelo baseado em pai e filho foi substituído pela igualdade liberal, mas esta não chegou às mulheres. O poder conjugal não é paternal e sim um direito sexual. É um poder exercido pelo homem na condição de homem e não de pai. O problema é que o patriarcado é normalmente entendido como o direito do pai, concepção tradicional do séc. XVII. Nesse momento, a família fornecia o modelo para todas as relações de poder e autoridade e a obediência dos súditos ao

⁹⁵ Essa é uma conclusão de Pateman ao analisar as considerações feitas por Melissa Butler à obra de Locke. Tal autora não foi crítica em relação a esse silêncio de Locke sobre a participação da mulher no contrato social e na esfera pública, bem como sua subordinação na esfera privada. PATEMAN, C., *The Sexual Contract*, p. 21.

⁹⁶ Ibid., p. 22.

⁹⁷ Ibid, p. 22.

Estado partia dessa analogia. Muitos entenderam que esse tipo de poder teve seu fim com Locke. Há ainda uma segunda concepção chamada de clássica e colocada pela autora como marco, Sr. Robert Filmer, opositor de Locke⁹⁸. Nela se entendia que os poderes paternal e político não eram simplesmente análogos, e sim idênticos. Filhos estão sujeitos aos seus pais, portanto, em sujeição política. Essa foi a concepção combatida por Locke no fim do século XVII. A concepção moderna diz respeito a um patriarcado fraternal, contratual e estruturante também da sociedade civil capitalista.

A interpretação do patriarcado como direito paternal traz consequências paradoxais e torna obscura a origem da família na relação entre homem e mulher. Ambos ingressam num contrato de casamento e são marido e esposa antes de serem pais, é isso que deixa de ser considerado quando se faz referência ao patriarcado somente no que tange o momento do direito paterno. Os contratualistas fazem grandes oposições ao paternalismo. Se a relação entre o pai amoroso e filho é o paradigma de relação entre os cidadãos e o Estado, então, assim como um pai preocupado com seu filho impede que ele atue de forma que possa se prejudicar, o Estado pode proteger seus cidadãos pelo paternalismo legal. No contratualismo, o pai foi morto pelos filhos e o direito patriarcal do pai se transformou no governo civil. Os filhos alienaram esse poder político para o Estado. Se a liberdade de contratar for restringida, o Estado está agindo como um pai e a liberdade é comprometida. O anti-paternalismo dos contratualistas que substitui o patriarcado pessoal pelas relações impessoais é, por isso, confundido com um anti-patriarcado. A transição entre a concepção antiga e a moderna ainda apresenta a história da potência criativa masculina de uma nova vida política. As mulheres são consideradas supérfluas tanto na procriação quanto na política. Na sociedade civil qualquer homem pode gerar vida política e direitos políticos. A criatividade política pertence à masculinidade e não à paternidade.

A sociedade civil patriarcal é composta de duas esferas: uma pública outra privada, mas a última não seria politicamente importante. Tem-se a impressão de que o contrato sexual e o social são distintos e que o sexual constitui a esfera privada, não tendo relevância na pública. Porém, Pateman afirma que o contrato sexual alcança sim a esfera pública através da prostituição, por exemplo. Por esse

⁹⁸ LOCKE, John. Os princípios e fundações falsas de Sir. Robert Filmer. In *Dois Tratados sobre*

motivo, essas duas esferas do contratualismo não podem ser pensadas de forma separada. A conexão existente entre patriarcado e contrato foi pouco explorada, apesar de na sociedade civil moderna instituições importantes serem constituídas pelo contrato. A preocupação é com o contrato como um princípio de associação social e como um meio importante de constituir relações sociais, como entre marido e mulher ou capitalista e trabalhador. O seu objeto é uma propriedade especial, a que indivíduos têm sobre si mesmos. Essa é uma concepção forte na teoria política de Locke. Nesse sentido expõe Philippe Raynaud:

A propriedade comum primitiva dos bens implica, portanto, que a única propriedade privada original seja a que o indivíduo tem de sua própria pessoa; o indivíduo só se torna proprietário dos bens materiais na medida em que transforma a natureza, segundo o desígnio de Deus. Parece, portanto, que, logicamente, a propriedade dos bens esteja subordinada à propriedade no sentido mais amplo, isto é, à conservação da vida, e da liberdade. Mais ainda, é com a única condição de admitir o caráter derivado da propriedade dos bens que se pode compreender por que o conceito de propriedade inclui a vida, a liberdade e os bens: a propriedade é o conjunto daquilo que se pode legitimamente retirar de um indivíduo sem seu consentimento⁹⁹.

O ingresso no contrato social é um ato racional. O problema é que há diferenças sexuais na comunidade e para os escritores clássicos, com exceção de Hobbes, essa diferença enseja a diferença na racionalidade. Os autores constroem uma concepção de masculino e feminino patriarcal. Só aqueles associados ao masculino têm atributos e capacidade necessários à realização do contrato e são considerados indivíduos. A diferença sexual resulta na diferença política, distingue quem será livre de quem se sujeitará. As mulheres não são parte do contrato original em que os homens transformam suas liberdades naturais em liberdades civis. Elas são objeto. Pelo contrato social os homens também transformam seu direito natural sobre as mulheres no direito patriarcal civil.

Uma questão importante que se pode colocar diz respeito à capacidade da mulher para realizar o contrato de casamento. Na sociedade civil, a mulher não só pode como deve se casar. O problema é fundamentar tal entendimento, pois se a mulher não tem capacidade para contratar, não pode ingressar no contrato civil. É incoerência interna à teoria contratualista ela realizar o contrato de casamento. As

o Governo.

⁹⁹ RAYNAUD, P. John Locke, In CHÂTELET, François. *Dicionário de Obras Políticas*, p. 683.

posições que as partes ocupam no contrato são distintas. A teoria clássica contratualista dirige seus esforços para criar relação de dominação e sujeição. Capitalistas exploram trabalhadores e maridos exploram mulheres, pois ambos são subordinados na relação contratual. Rousseau, único que não possibilita a escravidão e qualquer contrato que dê origem a ela, também se apóia no contrato sexual, com especial atenção para a educação recomendada a Sofia, que virá a ser esposa de Emílio. As diferenças entre os autores ficam menos importantes diante da concordância em relação ao patriarcado.

As mulheres não são parte no contrato original, mas o objetivo do contrato sexual é não deixá-las no estado de natureza. Elas são incorporadas numa esfera ambígua que faz e não faz parte da sociedade civil. A esfera privada é parte da sociedade civil, mas é distinta da esfera civil. A privada (feminina) e a pública (masculina) são opostos, mas ganham significado um a partir do outro assim como a liberdade civil da vida pública, quando contraposta à sujeição natural da esfera privada. Nos textos do contratualismo clássico, com a aparente exceção de Hobbes, pode parecer que não há necessidade de se criar a esfera privada, pois ela já existia no estado de natureza. As relações sexuais, o casamento e a família faziam parte da sociedade pré-contratual. Porém, a importância do contrato sexual é por ele não estar associado somente à esfera privada.

A princípio a idéia vinda de Locke de cada homem ter a propriedade de si parece libertadora. Essa concepção foi adotada por muitas feministas na luta para reformar as leis do casamento e na demanda pelo aborto, pois a mulher também teria a propriedade sobre ela mesma. O problema dessa posição é que a doutrina contratualista se fundamenta no indivíduo e se o feminismo se preocupa com o indivíduo, ele se funde ao contratualismo, reafirmando uma construção patriarcal da condição da mulher. Para tal teoria política, há contratos em toda a vida social e não se pode impor limites a ele. Até mesmo o contrato de escravidão é válido, afinal, o indivíduo livre pode decidir contratar virar escravo. Por isso, o feminismo não deveria buscar apoio na teoria contratual.

Contar a história do contrato sexual é demonstrar como a diferença sexual concebe uma diferença política importante na sociedade civil. De acordo com Pateman, o patriarcado não é um problema puramente da esfera privada, que pode ser superado se as leis e a política tratarem a mulher da mesma forma que o homem. O patriarcado moderno não é a mera sujeição da mulher na família, e por

isso ele tem implicações na esfera pública, como é o caso da prostituição, aparato que, segundo a autora, ainda é fundamental no mundo dos negócios e até mesmo na diplomacia. Os contratualistas defendem a prostituição como um contrato de prestação de serviços qualquer, ressaltando que ele está disponível tanto para homens quanto para mulheres. Porém, o fato é que a autora constata que a maioria dos clientes são homens, ainda que o serviço seja prestado por um homem e, na época da divulgação de sua pesquisa, a maior parcela de clientes era casada¹⁰⁰. Entre todas as questões que podem ser suscitadas a partir dessa comparação entre a quantidade de homens e mulheres que fazem uso desse tipo de serviço, uma interessante apontada pela autora é a noção de disponibilidade do corpo da mulher, fundada no contrato sexual, muito mais forte do que a disponibilidade do corpo do homem. Sendo assim, este é um problema que esbarra também na disponibilidade do corpo do trabalhador pelo capitalista, porém, há a peculiaridade desse ramo concentrar um maior número de mulheres, deixando claro que não é somente algo que decorre do capitalismo, mas sim de uma estrutura de dominação diferente, que sabe se apropriar de um dos aparatos capitalistas.

A história do contrato sexual trata de relações heterossexuais. Por isso, há críticas que entendem que falar nas categorias homem e mulher reforça a idéia de que mulher é uma categoria natural, inata e biológica. Pateman responde que falar sobre a mulher não é igual a falar sobre mulheres. A mulher sim é uma categoria da imaginação patriarcal e o contratualismo clássico tinha essa influência em seu imaginário quando concebeu o contrato sexual. Assim foi construído o significado de masculino e feminino na sociedade moderna, segundo o argumento desenvolvido pela autora. É importante ressaltar novamente a aproximação da teoria dela com o pensamento exposto no capítulo anterior de Negri e Hardt, pois todos atribuem ao contratualismo a fundação das identidades na modernidade, estas muito criticadas por Judith Butler, como um instrumento de exclusão, sendo esse um dos grandes motivos pelos quais os movimentos de minorias deveriam se afastar do discurso identitário como estratégia de luta.

Elizabeth Badinter analisa os reflexos do contrato no feminismo. No início da década de 90 do séc. XX, houve um movimento nos EUA, precisamente em

¹⁰⁰PATEMAN, C., *The sexual contract*, p. 190. Essa pesquisa foi levantada pela autora nos

Ohio, no sentido de publicar um regulamento do ato sexual, que deveria ser resultado de um acordo detalhado entre as partes, preferencialmente por escrito. Tal fato foi uma exigência em nível radical da teoria do consentimento e mostra a que ponto o contratualismo no feminismo pode chegar. Uma grande defensora dessa teoria é Loïs Pineau entendendo que as mulheres eram capazes para consentir verbalmente e de forma explícita, sem gestos subentendidos. Há grandes desvantagens nesta teoria, pois ela ignora completamente a espontaneidade das relações e os desejos inconscientes¹⁰¹. Além disso, desconsidera que, em um patriarcado, a mulher tem uma obrigação moral de realizar um jogo de palavras, primeiro negando o consentimento à relação para depois ceder, o que não significa que ela não queira se envolver.

A reivindicação do contrato social era a igualdade e a liberdade, consideradas como inerentes a qualquer indivíduo. Essa teoria é uma estratégia que preserva a sujeição ao apresentá-la como liberdade, no exemplo de Locke ao permitir que o indivíduo se tornasse escravo. Por isso, era considerada a doutrina emancipatória por excelência, prometendo a liberdade universal para a modernidade. A partir daí só haveria uma forma de se justificar a sujeição: pela concordância entre as partes. A subordinação poderia existir desde que voluntária. Conservadores da época ficaram preocupados, não viam motivos para alguém querer se submeter ao poder alheio. Eles esqueceram que os contratualistas não pretendiam estimular a insubordinação e sim justificar a sujeição civil moderna.

Ressalta Pateman que há uma importante consideração que deve ser feita sobre o indivíduo e nunca é mencionada: os indivíduos são todos do sexo masculino. Com o intuito de que seus indivíduos tenham reconhecimento, os contratualistas escondem características sociais no estado de natureza, ou seja, o modelo de associação política e Estado que o teórico quer justificar influencia nas escolhas das características naturais que ele fornecerá aos indivíduos. A maioria dos contratualistas defendia que as capacidades e atributos eram diferenciados sexualmente. Os contratualistas contemporâneos fazem o mesmo, porém, não se percebe porque o feminino é subsumido na categoria aparentemente universal e sexualmente neutra de indivíduo. Rawls, em *Uma Teoria da Justiça*, reproduz esse

Estados Unidos, na década de 1980 e identificou que três-quartos dos clientes são casados.

¹⁰¹ BADINTER, E., *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*, pp. 123 e 124.

mecanismo. A autora argumenta que Rawls considera sua posição original um aparelho representativo, mas a representação não é sequer exigida porque as partes não podem ser diferenciadas umas das outras, uma pode representar todas as demais, pois o véu da ignorância estaria presente. De fato, um único indivíduo já basta, pois ele é assexuado. Porém, Rawls introduz seres masculinos e femininos ao longo de seu argumento, antes dele postular a ignorância dos fatos, as partes são vistas como chefes de famílias, possuem descendência. Chefes de família ou maridos que representam suas esposas. Uma peculiaridade de Rawls em relação aos contratualistas clássicos é que sua posição original é abstrata, enquanto os demais apresentam um estado de natureza com vida¹⁰².

Em uma análise sobre Hobbes, a autora observa que ele entende que qualquer relação contratual, incluindo a sexual, é uma relação política, ao contrário de outras teorias políticas na modernidade. Além disso, no estado de natureza não há um mestre natural, nem mesmo na relação homem-mulher. As capacidades e atributos individuais são distribuídos independentemente do sexo. Todos os indivíduos estão isolados em estado de guerra. As relações sexuais ocorreriam em duas hipóteses: por um acordo entre as partes (contrato) ou pela força que o homem pode vir a exercer sobre a mulher, sempre lembrando que ela pode impedi-lo. Parece não haver dominação entre adultos no estado de natureza hobbesiano, pois ambos são fortes para se defender. Ninguém precisaria contratar com outro para obter proteção. Mas isso não é tão claro. Hobbes é um exemplo de autor com um forte cunho patriarcal fundado no acordo entre as partes. Antes do surgimento da sociedade civil poderia não existir o casamento como contrato, mas existiam famílias, na medida em que elas se tornavam núcleos fortes para se defender. Hobbes faz uma analogia entre as famílias e os reinos.

No estado de natureza indivíduos livres e iguais podem se tornar subordinados pelo contrato ou pela conquista. Não há esposas, pois o casamento só aparece na sociedade civil. Nela, a sujeição da mulher em relação ao homem é assegurada pelo contrato de casamento e não pela força, como no estado de natureza. Os homens não têm essa necessidade quando a própria lei civil assegura o direito político patriarcal pelo casamento. Uma especificidade de Hobbes é que esse contrato social deve ser feito no momento em que todas as mulheres no

¹⁰² PATEMAN, C., *The Sexual Contract*, p. 43.

estado de natureza foram conquistadas por homens, em que não há mais mulher livre e igual que possa se recusar a se subordinar a um homem.

No caso de Locke, ele assume que o casamento e a família existem antes do contrato social, tanto que o Estado surge com uma função negativa somente com o dever de garantir que não haja violações aos direitos individuais, por isso Locke é considerado também um fundamento para o liberalismo. As mulheres são excluídas do status de indivíduos no estado de natureza, pois os atributos são sexualmente diferenciados. Somente homens são livres e iguais. Mulheres são naturalmente subordinadas aos homens e a ordem natural é refletida na relação conjugal. Apesar disso, à primeira vista, Locke parece ser anti-patriarcal, por prever, por exemplo, a possibilidade do divórcio. A esposa tem liberdade em muitos casos de deixar o marido, e isso demonstraria que o marido não tem poder absoluto sobre ela. Pateman observa adequadamente que a questão não é se ele tem poder absoluto e sim se ele tem qualquer poder sobre ela. Quando Locke discute com Filmer no primeiro tratado sobre Adão e Eva, ele diz que Adão não tem o poder de um monarca sobre ela, mas que a obediência que Eva deve em relação a ele é a que toda mulher tem em relação ao marido¹⁰³.

Rousseau entende que a ordem civil depende do poder do marido sobre a mulher, que decorre da natureza, dos diferentes atributos dos sexos. Nesse sentido, Rousseau tem muito a dizer sobre a natureza da mulher, daquilo que a exclui da vida civil. Basta analisar a educação de Emílio e Sofia. A vida social decorre da família patriarcal. O desenvolvimento da linguagem, razão e relacionamentos sociais é ao mesmo tempo o desenvolvimento da diferença sexual. As mulheres devem ser subordinadas aos homens justamente por causa dessa diferença. Elas possuem um desejo ilimitado, impossível de ser controlado por si mesmas. Portanto elas não desenvolvem a moralidade exigida para a sociedade civil. Homens têm paixões, mas conseguem usar a razão. O corpo da mulher é tão subversivo e tão contrário à vida política que Rousseau entende que Emílio deve aprender sobre cidadania antes de casar com Sofia e conhecer os prazeres de ser um marido. Só assim, ele poderá vencer a batalha dos sexos e se transformar no senhor de Sofia. Se ela não está disposta a fazer o necessário para manter seu marido no comando da relação conjugal, a sociedade civil corre perigo. Isso

¹⁰³ LOCKE, J. Livro I In *Dois Tratados sobre o Governo*, p. 250.

implica em duas questões: primeiro, ele reconhece que as esferas pública e privada não são separadas, pois com uma ação de Sofia dentro de casa a sociedade civil, esfera pública, corre perigo; segundo, um paradoxo, pois se a mulher é apresentada como fraca moralmente, já não se deveria colocar a moral e a honra da família em seus atos, muito capazes de violar os costumes. Na verdade, o que se pode constatar é justamente o contrário, que a honra da família está associada à honra da mulher.

No geral, os autores excluem as mulheres de participação no contrato social a partir da condição do estado de natureza. Porém, é contraditório a mulher não ter capacidade para o contrato social e ainda assim ser capaz para casar. Se as mulheres são subjugadas por homens pela força física, se não têm capacidade de indivíduos, também não possuem capacidade para o contrato original. Ainda assim, os contratualistas insistem que as mulheres devem realizar o contrato de casamento. Eles, ao mesmo tempo, negam e pressupõem que a mulher pode contratar. Um aspecto interessante sobre o casamento é que ele continua com um status natural mesmo depois da sociedade civil, em que o contrato deveria criar relações civis e não naturais. O que é peculiar ao contrato de casamento é que quem ingressa é um indivíduo e um subordinado entendido como natural e não dois indivíduos.

Pateman identifica um ponto em comum entre feministas e socialistas na concepção do contrato, pois ambos ressaltam que, se dois indivíduos fazem um contrato, isso pressupõe que a troca deve ser igual. Este seria um argumento que, de acordo com essas correntes do feminismo e do socialismo, seria forte na defesa de uma igualdade entre as partes no contrato. Se uma das partes está em uma posição inferior, então ela não tem escolha a não ser concordar com algo muito desvantajoso oferecido pelo superior. Entretanto, essas críticas consideram a troca em si. Porém, aqui a propriedade tem um sentido peculiar, pois diz respeito à pessoa, troca de obediência por proteção. A teoria contratualista é, acima de tudo, uma forma de constituir relações de subordinação e não de liberar corpos. A parte que garante a proteção tem o direito de determinar como a outra parte irá atuar ou cumprir sua prestação na troca.

A teoria contratualista se diz ser o meio de assegurar a liberdade individual. A escravidão é a antítese da liberdade. Por qual motivo os contratualistas do passado consideravam o contrato de escravidão, ou algo muito próximo disso,

entre os contratos legítimos? A maior parte das pessoas não conseguiria compreender uma situação em que alguém realizasse um contrato para se tornar escravo e sim a escravidão forçada, como por exemplo, o transporte de africanos involuntariamente para a América do Sul. Prova da completa ausência de qualquer contrato de escravidão foi a resistência dos escravos à obediência, que os levava, inclusive a criar os quilombos. Um escravo é diferente de outro trabalhador porque ele é propriedade do senhor, deixando de ser uma pessoa para ser uma coisa, pois o dono não possui somente o labor e sim o escravo inteiro. Pateman observa que historicamente, escravos são gerados em guerras e conquistas, não em contratos. A presunção de que o indivíduo tem a propriedade sobre sua pessoa permite dissolver a oposição existente entre liberdade e escravidão. A escravidão civil passa a ser um contrato legítimo.

Dois dos pilares da modernidade que chamam maior atenção são a liberdade e a igualdade. A fraternidade é esquecida. Porém, assim como o contrato social, o patriarcado moderno é fraternal, cabendo lembrar que os pais tiveram seus poderes políticos tolhidos. Os participantes no contrato original devem ser capazes de criar e exercer os direitos políticos, o que não podem mais fazer como pais. Os homens que farão o contrato estão agindo como irmãos, como parentes frateros. Fraternidade é comumente entendida como solidariedade, humanidade, denota um aspecto universal, mas de fato, assegura o patriarcado como ligação entre irmãos. A crítica feita por Pateman a esse apelo à fraternidade afeta Simone de Beauvoir, por deixar de perceber o teor da palavra fraternidade.

Não há como dizer melhor. É dentro de um mundo dado que cabe ao homem fazer triunfar o reino da liberdade; para alcançar essa suprema vitória é, entre outras coisas, necessário que, para além de suas diferenciações naturais, homens e mulheres afirmem sem equívoco sua fraternidade¹⁰⁴.

Pateman discute a virada entre as concepções de patriarcado, a concepção como um poder decorrente somente de um homem na condição de pai, mais antiga, e a concepção como um poder que primeiro é exercido na condição do homem como marido. Ela analisa a fundo o debate entre Filmer e Locke, tido como aquele que pregou o fim do poder parental para o início da sociedade civil.

¹⁰⁴ BEAUVOIR, S., *O Segundo Sexo – a experiência vivida*, p. 500.

Mesmo em Filmer, ela identifica que o patriarcado vai além do direito do pai sobre o filho. Quando ele usa o exemplo de Adão e Eva, ele deixa claro que o poder que ele exerce sobre ela é o de marido; se ele é pai, ela é mãe e para que isso aconteça é necessário que o direito conjugal esteja presente. A peculiaridade de Filmer é que Adão também é pai dela, por isso os direitos políticos podem todos se originar no pai. O patriarcado moderno é contado a partir da morte dele.

Em Locke, o pai até se transforma em um monarca, mas a partir do consentimento de seus filhos e não por virtude da paternidade. Ele nada menciona sobre a mãe nessa transformação do pai, mas há uma mãe, caso contrário não haveria filhos. Porém, ele diz que a primeira sociedade é formada por um homem e uma mulher e não entre pai e filho. Locke concorda com Filmer quanto à sujeição da mulher ao homem, logo o homem de Locke exerceu seu direito conjugal sobre a mulher antes de se tornar um pai. Ele argumenta que, em razão do pai monarca não agradar os filhos, eles cometem um parricídio para ganhar a liberdade natural. Após tal episódio, fazem o contrato original criando a sociedade civil e separando as esferas pública e privada, excluindo o caráter político da última.

Na análise da fraternidade, algumas questões devem ser suscitadas. Nas considerações de Pateman, as principais discussões sobre a história do contratualismo desconsideram o aspecto político da diferença sexual insituída e que a estrutura da sociedade civil é um reflexo da divisão entre os sexos, dos papéis pré-estabelecidos do masculino e do feminino. Rousseau e Freud foram grandes responsáveis por revelar o que significa ser mulher, justificando o motivo pelo qual o homem deve possuir direitos sexuais. O corpo da mulher e suas paixões representam a natureza e para que a ordem social seja criada e mantida, esse corpo deve ser controlado. A mulher fica restrita ao interior da família e sua interação com a sociedade deve ser realizada pela razão masculina.

A teoria freudiana da fundação da sociedade civil contribui para iluminar as dimensões do patriarcado: o direito paterno e o direito conjugal. Os fundamentos da fraternidade são diferentes do paternalismo. Os filhos cometem o parricídio para ter a liberdade política e o acesso às mulheres, pois descobrem que juntos são mais fortes do que um indivíduo. Após o assassinato do pai percebem que para a manutenção da fraternidade, ela precisa ser regulada. Freud e Filmer têm um ponto em comum e criticável pela autora. Ambos iniciam suas histórias com um

homem que já é um pai. Como dito, um pai não se torna pai sem que uma mulher se torne mãe. Isso não é possível sem o exercício do direito sexual do homem. Esse direito sexual precede o direito paterno. A origem dos direitos políticos é um estupro anterior ao parricídio. Pateman diz que se o parricídio é seguido de um processo revolucionário, o estupro implica em submissão.

No intuito de se manter a fraternidade após o parricídio, os irmãos se comprometem a não tentar assumir o lugar do pai, nem no que tange às leis patriarcais, nem quanto ao monopólio das mulheres do grupo. Isso não significa o fim dos direitos patriarcais. Apenas denota que os irmãos fizeram o contrato sexual para dar uma ordem necessária ao acesso às mulheres, e para assegurar o direito sexual masculino por lei. O contrato de casamento é um excelente instituto para demonstrar como os direitos patriarcais políticos são constantemente renovados e reafirmados por contratos reais. O contrato sexual foi feito uma vez, mas ganha fôlego e é reproduzido a cada contrato de casamento. É o momento em que cada homem irá receber de forma individualizada os direitos patriarcais. A mulher passa a ser esposa e seu marido passa a ter direito tanto ao acesso sexual sobre ela, como a seu trabalho como dona de casa. As relações conjugais fazem parte da divisão sexual do trabalho e de todo o aparato de sujeição da mulher, que vai da esfera privada à esfera pública.

3.4

O surgimento da primeira onda de feminismo

O início do século XIX foi marcado pela formação de um feminismo mais radical, tanto no movimento quanto na teoria. A partir de 1820, os temas suscitados pelas teóricas e pelo movimento diziam respeito a assuntos mais controversos e mais complexos, porém, deixando claro que o problema da subordinação da mulher tangenciava outros mecanismos de dominação, que também deveriam ser enfrentados pelo feminismo, como a prostituição, o capitalismo, a guerra e a escravidão. A interdição da fala das mulheres em público não as impedia de tomar a palavra e enfrentar a possibilidade de repressão decorrente de seus atos. A luta pela possibilidade do divórcio, conquistado durante um período da revolução francesa, porém depois cassado, continuou sendo objeto do feminismo, bem como o desafio a algumas convenções. Muitas mulheres se

recusavam a obedecer seus maridos e não adotavam o sobrenome deles após o casamento. Outras preferiam ter seus filhos e criá-los de forma independente, traçando o caminho das mães solteiras como uma opção. Até mesmo a defesa de uma igualdade completa nas vestimentas de homens e mulheres foi proposta, bem como a divisão dos trabalhos na casa e nos cuidados com os filhos¹⁰⁵.

A questão da roupa é particularmente interessante. Michelle Perrot faz um exame da mulher popular como a mulher rebelde, produtora da história, em outras palavras, como poder constituinte. A história, em regra, é contada do ponto de vista masculino, o que dá maior destaque ao discurso oficial, do papel restrito e fixo da mulher em sua casa, desconsiderando as formas de resistência e os conflitos na sociedade. O fato é que as mulheres da classe popular atuaram de forma intensa. A roupa tem um grau de importância por simbolizar a maior liberdade de circulação das mulheres populares se comparada com o grau de formalidade e todas as amarras impostas às burguesas. É possível aproximar as posições de Perrot e LeGates, a primeira ressaltando a importância da movimentação mais livre das mulheres populares em função de suas roupas e a segunda dando ênfase às reivindicações por vestimentas semelhantes entre homens e mulheres para ressaltar a igualdade e para liberar o corpo da mulher. Há nestes dois posicionamentos algo em comum: ambas fazem referência pela roupa às performances, ao comportamento, questões que serão desenvolvidas no capítulo seguinte. Neste sentido, diz Perrot:

O que impressiona de imediato é a espantosa fluidez das mulheres do povo nessas cidades ainda pouco compartimentadas. “A mulher como deve ser”, descrita por Balzac, espectador fascinado e nostálgico do quadriculado que a conveniência burguesa converteu em cidade, possui uma postura afetada e um itinerário preestabelecido. Ela cobre seu corpo segundo um código estrito que a cinge, espartilha-a, vela-a, enluva-a, da cabeça aos pés. E é longa a lista dos lugares onde uma “mulher honesta” não poderia se mostrar sem se degradar. A suspeita persegue-a em seus movimentos; a vizinhança, espiã de sua reputação, até seus escravos a espreitam; ela é escrava mesmo em sua casa, que lhe designa o salão. Sua liberdade, ela tenta reconquistar na sombra e dentro de um código de sinais sofisticados – cartas com a ponta dobrada, mensagens levadas, lenços caídos, lâmpadas acesas – que se chama de astúcia feminina. É certamente a mais prisioneira das mulheres. A mulher do povo tem uma maior independência nos gestos. Seu corpo se mantém livre, sem espartilho; suas saias largas prestam-se à fraude: antigamente as mulheres fingiam estar grávidas para passar com o sal na frente dos coletores de gabela, como a seguir fazem com as alfândegas e as

¹⁰⁵ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 153.

fronteiras. (...) A dona-de-casa anda com a cabeça descoberta (as regateiras da praça lançam às clientes rabugentas demais: “não é porque você tem um chapéu”, distintivo da burguesia), indiferente à moda e seus mandamentos que tiranizam as mulheres da “classe ociosa”, quase nem se preocupando com um asseio que fica particularmente difícil com os problemas de se conseguir água. Ela tem gesto e revide rápidos. É uma mulher explosiva, cujas reações são temidas pelas autoridades¹⁰⁶.

É significativo o fato de grande parte das manifestações populares da época partirem justamente dessas mulheres. Um dos exemplos era a mobilização em razão do elevado preço da comida. Quando havia a alta nos preços por motivos diversos de um problema da natureza, elas estavam dispostas a sair às ruas e se necessário até mesmo roubar dos fornecedores para revender os alimentos por conta própria e a preços mais baixos. Fiscalizavam de forma assídua os preços. Isso porque no início do século XIX elas conseguiam fazer com que os patrões de seus maridos pagassem os salários diretamente a elas, para evitar que o dinheiro fosse todo gasto em bebida. Elas tinham o acesso ao dinheiro e designavam uma pequena parcela a seus maridos destinada à bebida. A mulher burguesa, ao contrário, recebia do marido uma quantia para o pagamento das contas, o controle direto do dinheiro era dele. A mulher popular ainda lutava também por moradia, não só para a sua família, como também para seus vizinhos. O dia do pagamento do aluguel era sempre conturbado e não era raro elas darem cobertura aos que não podiam pagar e precisavam fugir no meio da noite.

Um outro espaço em que essas mulheres atuavam era o lavadouro, espaço completamente destinado a elas e que ainda assim, elas conseguiram se apropriar e dar um tom subversivo a ele. Neste local elas não estavam sujeitas às normas reguladoras do corpo que incidiam sobre os homens nas fábricas a partir da revolução industrial. Era um espaço em que elas se apoiavam mutuamente em que não havia qualquer hierarquia e sim uma rede horizontal de solidariedade e constituição de afetos¹⁰⁷, pois lá uma mulher abandonada por seu marido ou que

¹⁰⁶ PERROT, M., *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, p. 200 et. seq.

¹⁰⁷ É interessante observar aqui pontos de convergência com o pensamento de Negri e de Hardt, tratado na capítulo anterior em relação ao trabalho imaterial que vai servir de paradigma de trabalho na era do Império, no lugar da estrutura de fábrica. Como afirmaram os dois autores, o trabalho imaterial era um trabalho tipicamente atribuído às mulheres e pode-se verificar neste exemplo dos lavadouros quais eram as implicações desta relação horizontal. Não foi por outro motivo que os lavadouros foram alvo de esforços concentrados de regulamentação com a obsessiva campanha de higiene como discurso oficial, cujo objetivo era impor a lógica da revolução industrial, da fábrica às mulheres.

sofresse qualquer violência encontrava o apoio efetivo das demais. Algumas crianças órfãs que ali apareciam encontravam uma mãe disposta a criá-las. Tudo isso estava distante do poder. Elas não tinham qualquer restrição em relação ao vocabulário que utilizavam e tinham uma liberdade de locomoção muito grande em função de não haver sobre elas a vigília que pesava sobre as burguesas, bem como não haver um horário para exercer o seus trabalhos. Em determinados momentos do dia as ruas eram completamente tomadas por elas.

A forma original em que elas se estruturavam nos lavadouros incomodava. As que faziam da atividade uma profissão eram as que mais causavam tumulto, sempre dispostas a iniciar uma greve de forma articulada. Elas conseguiram fundar uma associação no ano de 1848, em Paris e receberam na profissão muitas mulheres vindas de presídios, a maioria prostituta e também alguns militares simpáticos às idéias da revolução francesa que estavam presos em Saint-Germain-en-Laye. Foi assim que a subversão surgida nesses lavadouros começou a incomodar o poder. Inicia-se nessa fase uma batalha pela higiene nos lavadouros, que tinha como objetivo tentar regulamentar de qualquer forma aquelas mulheres que causavam distúrbios à ordem social. Em 1880 o lavadouro era um local em que a atividade era completamente dividida, hierarquizada e ordenada. Nas palavras de Perrot, era preciso “lavar cientificamente”¹⁰⁸ para controlar as mulheres da classe popular.

Examinadas de perto as peculiaridades das mulheres populares e das mulheres burguesas, o momento é o da estruturação do feminismo. É na primeira metade do século XIX que se tem uma noção mais ampla de uma opressão do grupo denominado mulher. Como visto, existiam diferenças substanciais entre as burguesas e as populares, sendo estas mais livres em seus movimentos, gestos e palavras. Porém, se por um lado já colocavam em prática um comportamento mais livre, por outro lado, isso surgiu por força de necessidade de uma ruptura com as formas de violência que sofriam. Conquistaram o direito de controlar o dinheiro da família, por seus maridos gastarem todo o salário em bebida e não deixar o mínimo para a subsistência da família. Constituíram uma rede solidária nos lavadouros, que servia de apoio às mulheres abandonadas por seus maridos ou vítimas de violência. Havia uma questão de classe, sem dúvida, porém, o que terá

¹⁰⁸ PERROT, M., *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, p. 204.

mais peso na análise a ser feita a partir de agora para apresentar o nascimento do feminismo como chegou até os nossos dias é o sexo, a forma pela qual esta identidade forjada pelo poder e chamada de mulher se converteu em um (ou vários) grupo(s) de luta. As diferenças de classe, como será visto adiante, refletiu no feminismo. Porém, os movimentos que tratavam desta questão não foram receptivos ao problema da mulher, muitos defendiam que ele seria resolvido uma vez eliminada a diferença econômica, como simples consequência dela, mas não era tão simples.

O reconhecimento de uma dominação comum foi um grande passo para que os primeiros grupos começassem a se formar e ganhar força. Este foi o momento em que as ativistas nos Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra começaram a se apoiar, trocando correspondência e realizando visitas. O movimento ganha uma estrutura internacional de rede, apesar das mais diversas experiências locais. Aparece neste momento um intercâmbio entre mulheres socialistas, republicanas, as religiosas que viam em seu feminismo um chamado de Deus para o combate à intolerância religiosa, pensadoras, filantropas, sindicalistas e donas-de-casa. A diversidade de classe, raça e ideologia ainda não era um problema. Os Estados Unidos e a Inglaterra se destacaram como movimento organizado, tendo como principais nomes Fanny Wright e Emma Martin, respectivamente, e Flora Tristan na França.

O feminismo radical na época era atrelado às idéias de Robert Owen (1771-1858), Claude Henri (1760-1825) e Charles Fourier (1772-1837)¹⁰⁹. Um dos principais alvos de ataque era o casamento, com fundamento no próprio Owen, que identificava nesta instituição uma das fontes da desarmonia na sociedade. William Thompson (1775-1833) foi um dos grandes defensores dos direitos das mulheres em sua época, junto com Anna Wheeler (1785-1848). Eles atribuíram ao casamento as desgraças na humanidade. Na verdade, esta foi uma conclusão tirada a partir da experiência de Anna Wheeler, que casou com um alcóolatra aos quinze anos e teve seis filhos, tendo sobrevivido somente dois deles. Foi atribuído a Thompson a autoria de *Appeal of one Half the Human Race, Women, Against the Pretensions of the Other Half, Men, To Retain Them in Political, and Thence in Civil and Domestic Slavery*. Porém, foi Anna quem produziu o texto, mas não

¹⁰⁹ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 163.

quis assinar. As principais questões suscitadas eram a igualdade política entre homens e mulheres, bem como as mesmas oportunidades na educação e na economia e, por fim, a incidência dos mesmos valores morais em ambos.

Aqueles socialistas que aderiram às idéias de Owen defendiam uma igualdade plena na família e as atividades eram realizadas em seu interior, como por exemplo, concertos, diversas danças e chás, que eram organizados para substituir a ida dos homens aos chamados *pubs* e estimular a participação de mulheres nesses eventos, em que o apelo comum aos homens para o consumo de bebidas e para cortejo de alguma mulher era proibido. Apesar do conteúdo moral encontrado nessas regras, tanto que os movimentos evangélicos eram muito próximos¹¹⁰, este movimento foi importante para o feminismo, na medida em que conseguiu estruturar um suporte até mesmo na esfera internacional para as feministas, além de defender a possibilidade de fala da mulher na esfera pública. Foi por essa estrutura que Anna Wheeler conseguiu contatos com franceses socialistas traduzindo textos e estimulando mulheres intelectuais mais jovens tanto no aspecto emocional quanto no material. Sua rede de conhecidos fez com que as idéias produzidas pelo feminismo francês circulassem na Inglaterra e nos Estados Unidos.

O francês Charles Fourier também exerceu sua influência no feminismo com sua sociedade utópica, que previa não somente uma jornada de trabalho bem organizada, como também os momentos de lazer, de acordo com LeGates. O francês defendia a igualdade entre os sexos e a utilização dos mesmos tipos de roupa para meninos e meninas, com o objetivo de evitar qualquer estigma. Haveria alguma divisão do trabalho, cabendo aos meninos a limpeza mais difíceis, como a das latrinas e às meninas os cuidados com os filhos e com as casas, porém, afirmando que somente poucas delas estariam sujeitas a este sistema. Haveria uma representação mínima de cada um dos sexos em todas as funções, sendo todas viabilizadas para o exercício da mulher, mesmos os mais altos cargos. O autor ainda reconhecia que ambos, homens e mulheres, tinham as mesmas necessidades sexuais. Portanto, seu objetivo era promover não somente a satisfação material como também a sexual.

¹¹⁰ LeGates cita Emma Martin (1812-1851) como exemplo de mulher vinda do movimento Batista para em 1837 se tornar socialista, convencida dos argumentos de seus opositores. Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p.165.

Esta liberdade sexual não foi bem recebida mesmo pelas mulheres. Anna Wheeler foi uma das poucas que recebeu as novas idéias. A estrutura de Owen agradava mais, por prever o divórcio e a responsabilidade comum ao homem e à mulher na criação dos filhos sem considerar o sexo fora do casamento. Obviamente havia na época uma flexibilidade nas relações sexuais, especialmente na classe de trabalhadores, em que o sexo antes do casamento, uniões e divórcios feitos somente com base no consenso eram realizados de forma comum. Porém, a revolução industrial trouxe uma maior insegurança para os trabalhadores, especialmente para as mulheres solteiras, muitas vezes mães solteiras, que tinham dificuldade em conseguir se manter. Por este motivo, um discurso sobre segurança na família agradava mais do que a instabilidade nas relações. O casamento tinha um atrativo, quando fundado no respeito de um pelo outro, na fidelidade e na monogamia.

As teorias de Robert Owen e Charles Fourier foram experimentadas na prática com algumas comunidades fundadas nestes ideais entre 1820 e 1840, nos Estados Unidos, França e Inglaterra. As mulheres mais novas conseguiram usufruir de um regime mais livre no que diz respeito ao sexo, muitas, inclusive, usando também roupas como calças e túnicas, consideradas vestimentas tipicamente masculinas. O problema estava na condição das mulheres casadas, que poderiam perder um status garantido na sociedade com base no casamento e na maternidade. A igualdade nestas comunidades estavam restritas ao seguinte fato: as mulheres poderiam trabalhar nas indústrias em período integral, tanto quanto trabalham em suas casas. O significado disso era que o papel da mulher não estava restrito somente a servir sua família, agora ela poderia servir a todos os membros. Elas também ficaram excluídas das decisões sociais, ou por serem de fato restritas aos homens ou por não cumprirem requisitos necessários. Em razão destes e de outros problemas, estas comunidades não resistiram. Algumas ainda davam o direito ao voto às mulheres e pagavam por seus serviços prestados no lar, porém, elas recebiam a metade do que os homens nas fábricas. Na prática todas estas experiências mantiveram uma divisão sexual do trabalho.

A última vertente de socialismo utópico apresentado por LeGates com repercussão no feminismo foi o de Saint-Simon na França. Uma peculiaridade desta vertente era perceber as diferenças de sexo e a hierarquia religiosa como fundamentais para a manutenção da harmonia na sociedade. As mulheres eram

consideradas mais sentimentais do que os homens, noção já bastante familiar, por isso, elas poderiam ter um papel essencial para instaurar um mundo mais pacífico, em uma perspectiva romântica, derrubando o sistema da época, considerado por eles como um momento de violência intensa e muito individualismo. Homens e mulheres eram considerados duas metades complementares. A própria imagem de Deus era dual, relacionado com Pai e Mãe. A morte de Saint-Simon em 1825 possibilitou que Barthélemy Prosper Enfantin discutisse o papel social da mulher entre 1829 e 1831 e criticasse a diferença entre os sexos. Sua intensão era valorizar a materialidade, especialmente a sexualidade, mitigada nesta corrente em prol da espiritualidade. A mulher deveria ser vista não de uma forma meramente sexual que deveria ser controlada por ser perigosa, mas sim como uma afirmação de uma liberação sexual. Ele foi considerado por seus seguidores como um promíscuo e como alguém capaz de corromper a moral. Diante destas considerações, ele recuou em sua defesa, passando a defender a necessidade de se encontrar uma mulher messia para concluir a doutrina.

Além dessas correntes apresentadas que direcionaram o feminismo na época, algumas mulheres merecem ser citadas como exemplo de engajamento no feminismo. A primeira é a francesa Flora Tristan (1803-1844)¹¹¹, que foi obrigada a se casar aos dezoito anos com um homem que queria obrigá-la a se prostituir para pagar dívidas suas. Tristan deixou seu marido levando os dois filhos pequenos e grávida de uma terceira criança. Porém, ela somente conseguiu a guarda da menina, tomada dela por ele, quando comprovou que o pai abusava da filha. Sua separação somente foi legalizada quando ele tentou matá-la com um tiro. A bala ficou alojada em seu peito até a sua morte. Sua vida na França foi um constante desafio ao código civil de Napoleão. Esteve ainda no Peru e na Inglaterra. Na América Latina escreveu um livro sobre as dificuldades que uma mulher sozinha poderia ter para viajar, a partir de sua própria experiência. Seu tio, que vivia no Peru, mandou queimar o livro em praça pública e rompeu os laços com ela. Em seu período na Inglaterra, Tristan conseguiu visitar o parlamento travestida com uma roupa turca masculina. Neste país, ela constatou a pobreza trazida pelo processo de industrialização e a alienação comum a trabalhadores e mulheres e estimulou a união e a emancipação dos operários.

¹¹¹ KONDER, L., *Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista*.

A peculiaridade de Tristan estava no fato da emancipação dos trabalhadores estar atrelada necessariamente à emancipação da mulher. Para a autora, somente haveria alguma harmonia na sociedade com a possibilidade de divórcio e com a independência econômica das mulheres. A proposta de união entre os trabalhadores não ficou somente no discurso. Em 1843 ela inicia uma jornada pela França com o objetivo de associar trabalhadores, jornalistas, donos de fábricas e padres, não somente para promover a união entre eles, mas também para pleitear a abertura às mulheres. Obviamente houve resistência ao seu pensamento, uma vez que os operários preferiam pleitear maiores ganhos para eles próprios sustentarem suas famílias do que lutar pelo direito à emancipação econômica de suas mulheres. Seus discursos e sua personalidade foram muito marcantes na época, de acordo com o que foi descrito por seus contemporâneos. Quando morreu ela foi homenageada pelo movimento operário como autora da União dos Trabalhadores, mas seu feminismo foi deixado de lado.

Frances Wright (1795-1852), ou Fanny Wright, também foi uma mulher conhecida por sua oratória, por sua independência e suas viagens. Wright tem suas origens na Escócia, em uma família privilegiada, porém, desde cedo se interessou por lutar pela igualdade, percebendo as diferenças na sociedade. Sua inspiração decorria diretamente da revolução francesa e, a partir dos ideais revolucionários, ela decidiu ir para os Estados Unidos, aparentemente uma promessa de liberdade em que se poderia inaugurar uma ordem nova. Porém, suas concepções entrariam em choque com o lado conservador e religioso americano. O ambiente estabelecido pelos evangélicos não era receptivo ao feminismo. Nesta viagem Fanny Wright descobriu a desigualdade de sexos, os horrores da escravidão e a segregação social, questões nitidamente opostas ao republicanismo.

Wright chegou a fundar uma comunidade inspirada nas estabelecidas a partir das idéias de Owen. As mulheres não poderiam abrir mão de seus direitos e sua independência e os homens não teriam sobre elas qualquer tipo de direito. A comunidade foi fundada em 1825, com o nome de Nashoba, porém, não conseguiu durar muito tempo, pois além da falta de recursos, seus membros foram acusados de comportamento sexual inapropriado, quando foi descoberta a existência de um casal de um branco com uma negra. O casamento entre membros de raças diferentes não era possível na época. Fanny Wright era defensora dessa possibilidade, o que a fez ser criticada por James Madison. Combatendo a moral

sexual da época, ela começa a fazer discursos publicamente em sentido contrário às amarras formais do casamento. Ela compartilhava o amor à educação de Mary Wollstonecraft para a autonomia das mulheres, apostava na igualdade social de Robert Owen, o que a fez se aproximar do movimento dos trabalhadores, e era considerada tão arrogante quanto Flora Tristan.

Porém, Wright muda completamente quando descobre que está grávida. Ela se isolou e casou com o pai de sua filha em 1831, apesar de não conseguir ter com ele uma relação satisfatória. Não conseguiu sucesso ao tentar retornar à vida pública. Mesmo quando foi viver na França não entrou em contato com o feminismo francês entre 1830 e 1840, apesar de compartilhar de idéias semelhantes. Apesar disso, Fanny Wright era admirada pelas líderes do movimento pelo sufrágio feminino nos Estados Unidos, Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony. Em contrapartida, sua filha abraçou o cristianismo e foi contra todas as idéias da mãe. Pensava que o feminismo era terrível por tentar tirar as mulheres de suas casas e de suas famílias, negligenciando suas responsabilidades no que se refere à criação das gerações posteriores.

Existia nessa época, portanto, uma possibilidade mais subversiva, conforme visto nos exemplos anteriores, em que os fundamentos da sociedade eram abalados, pois começava no feminismo, não só com a crítica do papel da mulher, mas também invadia instituições como o casamento, a escravidão e a desigualdade social. Todo um aparato de controle, de dominação era posto em xeque com a crítica produzidas por essas feministas, apontando, mais uma vez, que os movimentos, as linhas de fuga se cruzam em pontos comuns e se o poder constituinte deixa de lado alguns de seus braços, ele deixa de ser constituinte, passa a ser constituído, pois é justamente nesse momento que os esforços em sentido contrário à revolução, a pressão para impedir o processo de liberação começam a aparecer. Esses momentos ficaram claros tanto na revolução americana quanto na francesa. De qualquer forma, o importante agora é ressaltar que nessa época, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, o feminismo conhecido como reformista é o que consegue maior adesão e não o revolucionário.

A religião novamente consegue afetar o feminismo, porém, se no início da Idade Média ela servia de amparo por dar outras possibilidades além do casamento às mulheres e seus fundamentos eram utilizados para reivindicar a igualdade. Agora não se pode dizer o mesmo. O chamado de Deus para as

mulheres, brancas ou negras, casadas ou solteiras, era reestruturar moralmente a sociedade. O reformismo teve grande influência nos Estados Unidos, nas associações que ajudavam os doentes, os pobres, os escravos que fugiam e precisavam de apoio na transição para a liberdade e no feminismo não foi diferente. Tudo isso com o apoio da Igreja. Grupos como *Female Moral Reform Society* (FMRS) e o *Female Benevolent Reform Society* (FBRS) se dedicavam a resgatar prostitutas e criticavam a dependência econômica feminina, bem como o monopólio da maior parte das profissões pelos homens. Essas duas instituições mantinham escritórios que ajudavam na busca de emprego, creches, hospitais e reivindicavam faculdades com o apoio público para as mulheres, punição para os homens que cometessem abuso sexual, adultério e sedução, bem como reforma na lei para permitir que as mulheres casadas pudessem cuidar de sua propriedade.

É importante colocar que a maior parte das reformistas ignoravam as questões raciais, enquanto que para as negras, o feminismo, a raça e os problemas econômicos e sociais estavam intrinsecamente conectados. Maria W. Miller Stewart (1803-1879) era uma americana negra e livre que conseguiu projeção ao falar em público, defendendo que a república deveria se comprometer com a raça dela. As mulheres negras também organizaram instituições de assistência mútua, serviços comunitários e capacitação. Maria Stewart era sensível aos problemas da escravidão, mas o que mais chamava sua atenção era a condição social dos negros americanos libertos, não muito melhor do que a dos escravos. As negras estavam condenadas aos trabalhos domésticos, sem possibilidade de desenvolverem a capacidade intelectual. Em suas falas, Maria Stewart começa a defender uma união entre os negros, para construir a sua própria independência e reivindicar seus direitos. Aqui pode-se notar que a partir da arborescência instaurada no feminismo reformador americano, surge as bases para que a luta feminista seja dividida, ao contrário dos pontos em comum difundidos pelas revolucionárias. Stewart inicia uma discussão que será levada adiante pelo feminismo negro americano no final do século XIX.

A primeira organização feminista contrária à escravidão foi formada em 1825, na Inglaterra e em 1832, isso se repetiu nos Estados Unidos, tanto em Nova York quanto em Massachusetts. O interessante é que na maioria dos casos das organizações fundadas por mulheres brancas que combatiam a escravidão, as mulheres negras não eram bem recebidas nos grupos, sendo muitas vezes

preferível a participação de homens negros¹¹². Nos Estados Unidos essas organizações ganham dois apoios inesperados, vindo de duas irmãs de uma família tradicional, proprietária de escravos. Sarah (1792-1873) e Angelina (1805-1879) Grimké desde cedo questionavam a escravidão, causando turbulência na família. Sarah conseguiu escondida ensinar sua empregada a ler e também se incomodava com a estrutura patriarcal, que estimulava os estudos de seus irmãos, porém, desqualificava e não apoiava os dela. Primeiro Sarah viu como única saída, seguir uma vida religiosa. Foi para a Filadélfia se juntar a um grupo Quaker. A mais nova tentou transformar seus parentes e amigos, ao falhar, decidiu encontrar sua irmã no norte. Ambas conseguiram crescer no debate contrário à escravidão e suas falas atraíam tanta gente que passaram a ser em Igrejas e centros de convenção, apesar de eventualmente as irmãs serem associadas à perigosa Fanny Wright.

É importante constatar que na primeira metade do século XIX o feminismo era bastante diversificado, como visto, atrelado às mais diversas lutas. Na segunda metade do século XIX as organizações ficaram mais forte e ganharam uma certa estabilidade. É precisamente esse o marco da primeira onda de feminismo. O seu ápice é a luta pelo voto feminino, conseguido em geral durante ou após a Primeira Guerra Mundial. É um movimento que já surge composto de muitos, que tinham em comum o objetivo de liberar as capacidades das mulheres. Porém, em sua grande maioria, a participação era mais efetiva entre as mulheres brancas e de classe média, o que irá influenciar nos destinos do movimento. O momento era de industrialização e avanço do liberalismo, por esse motivo, alguns liberais como John Stuart Mill entendiam ser essencial para a evolução do sistema e liberação da sociedade a emancipação das mulheres¹¹³. Em conjunto com a industrialização e com a diversificação de classes, a pobreza, a tensão entre classes e raça sofreram um aumento. Essa era a conjuntura da época.

As principais questões da primeira onda de feminismo dizem respeito e dão mais importância à propriedade do que aos problemas econômicos e raciais da época. A atenção especial era voltada para a insatisfação com o controle das

¹¹² LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 182.

¹¹³ O autor escreveu uma obra intitulada *Subjection of Women* para discutir o problema. Quando se casou fez questão de deixar claro que era um casamento entre iguais, que de nenhuma forma teria qualquer direito a mais na relação do que sua mulher. Cf. PATEMAN, C., *The sexual contract*, p. 124.

propriedades da mulher pelo marido, mostrando que um alvo importante estava nas classes mais altas e não propriamente nos problemas das demais mulheres. Porém, também havia quem se preocupasse com a independência econômica da mulher casada e com a promoção de condições para que as mulheres solteiras conseguissem se sustentar. O impedimento à educação, a interdição de algumas profissões às mulheres e a representação delas na política feita através dos homens também foram objeto de crítica, o movimento pelo sufrágio teve especial importância.

No início da segunda metade do século XIX os Estados Unidos viram serem realizadas diversas convenções para promover a igualdade das mulheres. O Canadá e a Inglaterra experimentaram campanhas que faziam pressão por um ato da propriedade da mulher. Em 1856 foi encaminhada uma petição na Inglaterra pela reforma no ato da propriedade da mulher casada por Barbara Smith Bodichon e Bessie Raynon Parkes. A Suécia passou por isso em 1873. O casamento era atacado especialmente na classe média e alta, pois este era o tipo de mulher que dependia mais do marido. As de classes mais baixas precisavam trabalhar e, por mais que houvesse diferença entre seus salários e os de seus companheiros, elas tinham uma autonomia por ajudar a trazer o dinheiro e por muitas vezes controlá-lo, conforme colocado anteriormente. Além disso, o trabalho doméstico podia ser uma fonte de resistência, de imposição de freio diante da compulsão econômica do momento. As transformações no tratamento da propriedade ainda eram relevantes também para as lutas do sufrágio, uma vez que ambos estavam relacionados.

O tema casamento ainda rendeu outra discussão, pelo menos no feminismo cunhado pelas mulheres brancas, de classe média e alta, o debate sobre a maternidade voluntária e, a partir daí, o controle por parte delas também sobre o sexo. É importante ressaltar que muitas mulheres dentro do feminismo não recebiam muito bem as discussões sobre métodos artificiais contraceptivos, pois acreditavam que dessa forma o sexo seria nos termos dos homens, elas não teriam o controle do próprio corpo. Esse raciocínio, apesar de parecer contraditório dentro do feminismo, é de fácil compreensão na medida em que se leva em consideração a moral sexual da sociedade Vitoriana, que dava ao homem o papel de tomada de iniciativa, aquele que teria o prazer, e à mulher o papel de ser reservada e de se preocupar com a reprodução. Os homens, portanto, teriam acesso

ao prazer quando quisessem com a utilização dos métodos contraceptivos, desconsiderando a autonomia da mulher em relação ao seu corpo. Em momentos anteriores na história houve casos de defesa de uma libertação sexual para a mulher, conforme visto. Porém, não houve uma generalização dessa posição, partindo de um grupo, uma comunidade ou atrelado à teoria de um autor. Por esse motivo, na segunda metade do século XIX as feministas suspeitavam do controle artificial da concepção, com receio de que as mulheres se tornassem meros objetos sexuais desconsiderando a tomada do controle do corpo por parte das próprias mulheres, questão essa relevante, pois a violência doméstica e o estupro também já eram alvo de discussão e luta no feminismo.

No que se refere ao desemprego feminino, na Alemanha se inicia um movimento em 1865 para promover a educação e o acesso ao emprego para as mulheres e em 1870 é fundada na França por Léon Richer e Maria Deraismes a Sociedade para a Melhora da Condição da Mulher, que pleiteava não somente a educação, mas também o retorno do direito ao divórcio, excluído do ordenamento por Napoleão, e também o direito ao controle da propriedade por parte da mulher casada. Entre os anos de 1860 e 1870 a Rússia é atingida por uma série de movimentos em defesa do acesso à universidade por parte das mulheres, como um mecanismo de aumentar as possibilidades de emprego¹¹⁴. O emprego e a educação eram reivindicações tanto para as mulheres casadas, conquistando autonomia, quanto para as solteiras, que precisavam de fato encontrar formas para se sustentar. A saída das mulheres para o trabalho gerava uma série de conflitos. O socialismo ao longo das décadas de 1860 e 1870 chegou a defender a restrição a

¹¹⁴ A Faculdade de Oberlin, nos EUA, já permitia a presença de mulheres (1837), mas até 1859 elas não podiam aparecer na frente de um auditório misto ou ler seus trabalhos em voz alta. A Inglaterra viu surgir a Faculdade de Girton, em Cambridge, voltada para mulheres em 1874, fundada a partir das lutas de Emily Davies. A Universidade de Zurique foi a primeira na Europa a aceitar mulheres, em 1864. Nos EUA, ao longo da década de 1880, ainda surgiram Vassar, Smith e Wellesley, para dar uma formação acadêmica às mulheres. As escolas secundárias na França abriram para as mulheres em 1880, mas não as preparavam para ingressar na Universidade. Para isso, elas estudavam sozinhas. A Alemanha e a Áustria somente permitiram o acesso das mulheres às universidades após a virada do século XIX para o XX. Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 203 et. seq.. Por último, é interessante ressaltar a condição de Harvard. Fundada em 1646, Harvard somente aceitou mulheres em 1879 e para isso criou uma outra instituição chamada Annex, para que as alunas tivessem aula com os professores de Harvard distante dos homens. O diploma era diferente, considerado de segunda classe. Somente em 1943 houve uma turma que saiu do anexo para freqüentar o campus da Universidade e os diplomas somente recebeu o nome de Harvard em 1963. Porém, somente em 1999 os diplomas das mulheres que se formavam em Harvard pararam de vir com a diferenciação Harvard-Radcliffe,

mulher no trabalho fora de casa, pois a união familiar deveria ser preservada, com fundamento em um dos ramos do socialismo utópico¹¹⁵. A década de 1880 trouxe uma nova perspectiva de socialismo, com Karl Marx, que segundo LeGates, atribuiu o ingresso da mulher no mercado de trabalho ao desenvolvimento do capitalismo. Para a corrente feminista surgida a partir dessa perspectiva, as lutas das mulheres pela emancipação seriam esforços inúteis da burguesia, pois essa conquista estaria necessariamente atrelada à emancipação da classe operária.

A educação para mulheres era muito criticada, pois acreditava-se que o corpo feminino, com estrutura mais frágil, não havia sido feito para suportar esforços mentais. Os defensores da educação das mulheres começaram a incluir nos currículos a ginástica, com o objetivo de fortificar, evitar problemas nervosos e facilitar o aprendizado. A saúde física das mulheres era essencial para o bom desempenho na educação. Essa reforma curricular começa a produzir efeitos nas vestimentas, na moda burguesa, uma vez que como já dito, as mais populares tinham maior liberdade de movimento nesse aspecto. As feministas começam a reivindicar uma revolução nas roupas. Porém, a maioria cede às pressões sociais e da moda e não modifica definitivamente a forma de se vestir, mesmo porque, a maior parte das mulheres que começam a trabalhar, como as primeiras médicas, prefere seguir o conselho de seus superiores e familiares e se vestir de forma feminina.

O voto feminino foi um tema bem controverso ao longo da primeira onda do feminismo. Em um primeiro momento, esta foi uma reivindicação considerada muito radical pela maior parte das feministas. Como exemplo, em 1848 houve um encontro em Seneca Falls entre trezentas pessoas, incluindo Elizabeth Cady e Lucretia Mott, para definir os principais pleitos e o voto feminino foi o único tema que teve aprovação sem unanimidade no grupo em função de sua radicalidade. Havia o receio de que a defesa do voto das mulheres desmoralizasse o movimento por ser uma questão muito difícil de ser posta em discussão de forma séria na época. Uma década após esse encontro, as feministas se recusaram a discutir o

instituto que substituiu o Annex. O GLOBO, *Harvard, enorme desafio para uma feminista*, p. 28, 18 de fevereiro de 2007.

¹¹⁵ Essa foi a concepção de um grupo de socialistas alemães que emigrou para os Estados Unidos, defendendo a restauração da unidade familiar, pesquisada por Mari Jo Buhle em sua obra *Women and american socialism*, um dos objetos de análise de LeGates. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 212.

voto na Inglaterra pelo mesmo motivo: era uma reivindicação muito radical e poderia fazer suas lutas caírem em descrédito. O mesmo problema aconteceu na Alemanha e no Canadá, sendo que neste último país somente em 1883 houve força para estruturar um movimento em Toronto a favor do voto da mulher. A França viu essa questão ser rejeitada por dois congressos sobre direitos das mulheres, em 1878 e 1888, por ser perigosa em demasia.

As mulheres que lutavam por independência econômica e direito à educação eram consideradas moderadas na Europa, porém, as que defendiam o voto eram conhecidas como radicais nesse momento. O voto era polêmico porque nessa sociedade a conquista desse direito significava um acesso direto à condição de cidadã, ultrapassando a estrutura patriarcal de representação da mulher. Um dos argumentos dados por muitos envolvidos com política, não somente conservadores, mas também de esquerda, para desconsiderar a hipótese do voto das mulheres era o medo da Igreja ganhar força com o suporte delas. Léon Richer (1824-1912), um dos fundadores da Associação pelos Direitos das Mulheres, em 1870, pensava dessa forma, acreditando que ainda havia uma grande lacuna na educação das mulheres se comparadas à dos homens, o que viciaria o voto feminino. Hubertine Auclert (1848-1914), francesa que tinha afinidade com as idéias de Elizabeth Cady Stanton, foi quem não desistiu da bandeira do voto. Ela foi à Paris reivindicar a demanda, pois acreditava que não haveria república se as mulheres não tivessem direito ao voto. Atribuía o direito ao voto dos homens não a uma educação melhor, mas sim à questão do sexo. Foi por esse motivo que Hubertine Auclert ficou conhecida como a militante feminista mais importante na França do final do século XIX.

O lapso temporal entre as primeiras reivindicações a favor do voto das mulheres e a efetiva conquista foi significativo, exigindo muito das defensoras do sufrágio das mulheres, que em sua maioria era de mulheres vindas da classe média e classe alta. Porém, é importante esclarecer que as afro-americanas e afro-canadenses também viam no voto um papel fundamental, qual seja, a chance de melhorar suas condições de vida e de trabalho, garantir a educação e acabar com os abusos sexuais. Podem ser citados alguns exemplos que retratam tal afirmação. A primeira mobilização na defesa desse direito nos Estados Unidos foi em 1848, porém, somente em 1920 as americanas viram tal reivindicação ser atendida. As Inglesas esperaram de 1865 a 1918 para ter um sufrágio parcial, porém, o

completo somente se deu em 1928, cabendo ressaltar que o confronto entre as mulheres e as autoridades eram muitos, sendo o mais famoso o ocorrido em 1810, que ficou conhecido como Sexta-Feira Negra. A Suíça somente foi ter sua Federação pelo Voto Feminino em 1909 e as mulheres somente tiveram esse direito garantido em 1971. A França é um caso ainda mais interessante, pois as primeiras manifestações pelo voto feminino começaram em 1787 e a conquista somente foi obtida em 1944.

Nesse momento de primeira onda do feminismo pode-se fazer uma divisão entre duas grandes vertentes do movimento feminista: a corrente liberal, também identificada como a corrente que pregava uma igualdade de direitos, e a corrente maternal ou social, que partia mais da diferença entre os sexos para se fundamentar do que da igualdade. A primeira corrente se apegava à igualdade existente entre todos os seres humanos. Talvez generalizá-la e denominá-la como uma corrente liberal por defender a igualdade de direitos não seja tão adequado. Isso porque há realmente uma perspectiva que interpreta dessa forma os direitos reivindicados por essa corrente. Porém, como visto no capítulo anterior, existe outra concepção de igualdade trabalhada por Rancière que pode contribuir para o entendimento dessas propostas. Pode-se fazer incidir de forma análoga o exemplo levantado pelo autor na questão sobre os plebeus: se eles falam ou não. Da mesma forma em que a estrutura de poder defendia que eles não eram iguais e por isso não falavam, não eram dotados dessa capacidade, essa mesma estrutura deveria forjar uma explicação para convencer os plebeus de que não possuíam tal capacidade. Para isso, era necessária a utilização e o apelo justamente à capacidade de fala e de compreensão dos plebeus, realidade, ou sensível, em conflito com a polícia no sentido atribuído por Rancière. Sendo assim, o poder produziria uma contradição interna, pois para justificar a desigualdade, ele assumiria a igualdade, mostrando, dessa forma, a igualdade entre eles e os plebeus. Nesse sentido, pode-se identificar na corrente chamada liberal, que não seria absurdo partir da igualdade. Não se pretende negar as diferenças, mas sim expor que há uma igualdade e que a polícia, ou o poder constituído, ao longo das experiências aqui narradas, se esforçou para negá-la, justamente por assumir sua existência, criando todo o aparato para demonstrar/forjar o motivo pelo qual as mulheres não devem ser consideradas iguais, ou não devem possuir certos direitos, como a administração de suas propriedades ou o voto.

O feminismo maternal tinha como principal característica a defesa da diferença entre os sexos, fundada na experiência da maternidade, no instinto maternal supostamente inerente a todas, ressaltando o papel da mulher na família. A mulher teria uma moral única e um papel pacificador na sociedade, um discurso inspirado em Rousseau. Essa corrente ganhou muita força com o avanço da industrialização e todas as consequências nefastas delas. A intervenção feminina era considerada de grande importância para frear a competição. As liberais pretendiam introduzir a liberdade e a igualdade na esfera pública e na esfera privada, na família. As mulheres ligadas ao feminismo maternal tinham como objetivo estender toda a virtude da família promovida pelas mulheres para a sociedade como um todo.

Obviamente, a diferença é estática e pode ser muito significativa quando se olha exclusivamente para a teoria. O que se percebe na prática é que muitas vezes essas vertentes se esbarraram, tendo muitas sufragistas discursado sobre uma essência feminina. Por esse motivo, há realmente no feminismo uma ausência de clareza no plano teórico, o que gera também problemas de coerência na argumentação, que ora apelava para a igualdade, ora ressaltava as diferenças. Para evitar esse tipo de confusão, há a alternativa de chamar de feminismo apenas os movimentos que pretendiam alterar as estruturas sociais e familiares da época e a hierarquia entre os sexos, ressaltando que qualquer defesa de papéis sexuais previamente estabelecidos e compreendidos como invioláveis de serem alterados deveria ser analisada como algo que reafirma a hierarquia.

Apesar da necessidade de representação das mulheres por parte dos homens, tanto no que diz respeito às questões familiares quanto na esfera pública, o que as mulheres do feminismo maternal pretendiam era continuar mulheres, se comportando como tal, não queriam se transformar em homens e nem dar apoio à ideologia masculina que predominava na época. Elas não tinham como objetivo a expansão das categorias masculinas para que estas passassem a incluí-las. O que pretendiam era justamente criticar essas categorias. O feminismo maternal partia da experiência da maternidade, mas não se restringia à maternidade biológica. A noção era mais ampla, pois se falava em maternidade de toda uma sociedade. A pressão realizada por esse movimento nos Estados Unidos fez surgir algumas políticas interessantes e relevantes para a sociedade como o estabelecimento de jardins de infância, parques para as crianças, água potável, bibliotecas e hospitais,

que passaram a ser questões de políticas públicas. Mesmo o feminismo maternal, com todas as críticas a ele realizadas em razão especialmente de uma visão dual da sociedade em masculino e feminino atribuindo um papel previamente estabelecido a homens e mulheres, foi capaz de produzir as suas revoluções nos problemas sociais.

Apresentadas as conquistas que se fundamentaram no feminismo maternal, deve-se ainda ressaltar a sua importância como uma estratégia de aceitação adotada por essas mulheres. Sem dúvida, aos olhos da sociedade, seria mais fácil a sua aceitação se comparado ao feminismo liberal. O apoio era necessário para que houvesse a conquista de direitos, somente assim, o movimento conseguiria ter espaço para causar impacto, era essa a sua justificativa estratégica de existência. Outros fatores importantes fizeram esse segmento ganhar força. Um exemplo deles foi a queda na taxa de natalidade assustadora vivida na França no final do século XIX¹¹⁶. O feminismo maternal pretendia deixar de lado a figura da mulher que provoca rupturas no poder constituído, ou na polícia, imagem essa muito afirmada no ano de 1871, em Paris, especialmente por mulheres como Louise Michel e Paule Mink, participantes das barricadas dos trabalhadores ao lado de homens. A estratégia ainda tinha a função não só de ganhar o apoio social, como também de conseguir ampliar o número de mulheres atraídas para o feminismo, como as mais conservadoras, as católicas. O discurso era a ampliação dos direitos das crianças e das mulheres. No movimento negro ela forneceu argumentos para que as afro-descendentes conseguissem combater a crença de que elas seriam imorais e teriam uma sexualidade exacerbada.

O feminismo maternal tinha as suas propostas e, novamente, conseguiu transformações na sociedade, porém, ele caía no risco de limitar o movimento, na medida em que partia de um modelo de mulher, qual seja, o de uma mulher necessariamente mais virtuosa e que teria a função de expandir a sua honra por

¹¹⁶ A queda na taxa de natalidade nos países ocidentais hegemônicos no período da primeira onda de feminismo provocou susto na sociedade. Argumentos racistas começaram a ser utilizados, responsabilizando o feminismo por fazer com que a população branca recuasse, enquanto que a de negros não era reduzida. A “culpa” por tal fato era da emancipação feminina, ao menos da emancipação que acontecia entre as das classes mais elevadas. É interessante observar que nesse momento existiam mulheres nos Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, França e Alemanha que se posicionaram inteiramente a favor do controle de natalidade e do aborto. Em 1908 a Alemanha já discutiu a descriminalização do aborto, proposta feita pela Federação das Associações das Mulheres Alemãs. Elas somente perderam porque os conservadores conseguiram um apoio de

toda a sociedade. As implicações desse discurso podem ser devastadoras, pois gera uma elevada expectativa no comportamento da mulher, sendo qualquer deslize cometido por ela muito mais grave do que o ato em si. A sociedade acaba observando, fiscalizando e punindo mais o comportamento da mulher, com base na chamada moral Vitoriana. Sendo assim, apesar do feminismo maternal ter conquistado um público amplo, existiam outras formas de desafio aos valores sociais da época a partir de outros feminismos, especialmente no que diz respeito às feministas mais novas, que aderiram ao movimento a partir de 1890 e conseguiram frequentar uma universidade e conquistar a independência econômica. Estas tinham o objetivo de provocar abalos na estrutura da sociedade Vitoriana. Tal feito reforça a concepção de uma primeira onda mais radical na crítica ao casamento, à moral, à distribuição do trabalho fora e em casa, com a discussão sobre a profissionalização do trabalho doméstico e sua coletivização, sexualidade e religião. O número de mulheres que se mantinham solteiras para apostar na carreira crescia dentro dos movimentos. A recusa ao casamento era considerada uma greve silenciosa que enfrentava a hegemonia dos homens, bem como a estrutura necessariamente heterossexual na família.

A base teórica da discussão e da crítica acerca do modelo de família heterossexual surgiu no debate acadêmico nos Estados Unidos, a partir de pesquisas elaboradas pela psicologia e pela antropologia, que colocavam em xeque a noção de uma diferença sexual inerente à natureza humana, trabalhos desenvolvidos especialmente por Helen Bradford Thompson e Elsie Chews Parsons, que causavam distúrbios nas concepções morais da época sobre sexualidade e raça. As pesquisas tiveram, obviamente, recursos muito escassos e por isso o avanço nelas foi dificultado. Porém, certamente houve impactos sociais, tanto que para atender a determinados interesses do poder, os recursos acabaram sendo limitados.

Por fim, além do feminismo liberal e do feminismo maternal, também foi consolidado nesse momento o feminismo socialista. As teorias socialistas conseguiram conquistar a simpatia de muitas mulheres com a questão da luta de

classes e algumas chegaram a fundar ou se filiar a partidos socialistas¹¹⁷. Aqui não se pretende tratar do socialismo detalhadamente ou realizar uma abordagem dos autores e sim mostrar a participação delas e os motivos pelos quais a relação entre esses dois movimentos foi complicada. O feminismo e o socialismo pareciam ser dois movimentos intrinsecamente aliados. Os partidos de cunho socialista eram os únicos a defender a igualdade política e econômica das mulheres, já que o objetivo era a emancipação de todos os grupos oprimidos, a liberação das mulheres seria uma consequência do processo de liberação como um todo. Por esse motivo, muitos dentro do socialismo entendiam que não se deveria promover uma guerra dos sexos no interior do movimento, para evitar a desagregação e um desvio no processo revolucionário, dificultando as transformações. Além disso, conforme dito anteriormente, muitos viam o feminismo como um movimento tipicamente burguês, pois entendiam que as mulheres queriam ser incluídas na estrutura capitalista e não reivindicavam transformações sociais.

É importante ressaltar que os valores patriarcais estavam também enraizados na classe trabalhadora, apesar de ser em grau diferente, conforme analisado anteriormente, e no próprio socialismo, quando se observa o que acontecia nas famílias. A declaração da sufragista Hannah Mitchell após seu casamento é significativa, pois descobriu que apesar de socialista, seu marido ainda esperava dela jantares aos domingos e chás com tortas e bolos caseiros, assim como os seus companheiros reacionários tinham em suas casas¹¹⁸. Um exemplo desse comportamento é a casa dos Marx, que, nas palavras de Michelle Perrot, era

judia em sua estrutura muito patriarcal, vitoriana em seus costumes e atravessada por um grande projeto que faz sua unidade e solda seu destino. (...) Marx, - “o Mestre”, Mohr, Challey, Old Nick, etc., a abundância de apelidos sublinham sua presença – domina com sua estatura esta tribo sobre a qual ele reina, déspota afetuoso e tirânico. Suas filhas dedicam-lhe um verdadeiro culto. Vaidosas como colegiais, elas procuram seus nomes em suas cartas, fingindo ciúmes se ele menciona mais uma do que outra. Cúmplices, elas lhe fazem provocações sobre suas amizades mundanas ou femininas, preocupadas também em mostrar-se à altura dele, por suas leituras ou sua cultura política¹¹⁹.

¹¹⁷ São exemplos disso Sylvia Pankhurst na Inglaterra, Lily Brown na Alemanha e Madeleine Pelletier na França. Cf. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 270.

¹¹⁸ Ibid., p. 271.

¹¹⁹ PERROT, M., *As mulheres ou os silêncios da história*, p. 49. Nessa parte Perrot inicia uma análise das trocas de cartas entre as filhas de Karl Marx. Mostrando a estrutura de sua família, Perrot compara Marx a Freud quando o assunto é mulher, pois o autor impediu sua filha mais

Por esse motivo, as questões de exploração e dominação de classe e de sexo até poderiam ter semelhanças, mas o fim da primeira não necessariamente implicaria também no fim da segunda, sendo esta uma luta sem sentido, conforme muitos socialistas entendiam. Os homens até estimulavam a filiação das mulheres aos partidos socialistas, porém, na maioria dos casos por uma questão de solidariedade familiar, pois o grande inimigo a ser combatido era o capitalismo e não os homens, como eles diziam que pretendiam as feministas burguesas. O feminismo socialista acabava tendo que dar prioridade à questão da classe em função dos próprios socialistas. Um exemplo bem interessante que demonstra que a causa feminista ficava em segundo plano é o da autora e ativista Alexandra Kollontai¹²⁰. A autora propôs a fundação de um clube de mulheres em 1905 aos bolcheviques e conseguiu no comitê de São Petersburgo, a princípio, a garantia de da realização do encontro. Porém, ao chegar no local, ela recebeu um aviso de que o encontro de mulheres estava cancelado, sendo permitido somente a presença de homens naquele dia.

A cooperação entre os socialistas e as feministas somente conseguiu seguir em frente em lugares em que havia essa tradição na esquerda. Essa cooperação ocorria basicamente em defesa do voto feminino, em lugares como a Suíça e o Canadá¹²¹. Porém, na França as feministas socialistas ainda se encarregavam de arrecadar mulheres para o movimento, ressaltando no discurso a dupla dominação a qual a mulher estava submetida, mas ao mesmo tempo defendendo que as mulheres não deveriam deixar a luta de classes para se dedicar a uma mera emancipação dentro do terreno típico da burguesia, como foi o exemplo de Louise Saumoneau (1875-1950). Poucas eram as feministas socialistas que mantinham um interesse principal no feminismo. Madeleine Pelletier (1874-1939) ficou conhecida como uma das feministas mais radicais de sua época. Conseguiu ser a primeira mulher empregada pelo serviço de psiquiatria da França e uma das poucas em um cargo executivo no Partido Socialista francês. Ela comparou a sua baixa aceitação entre os socialistas com a baixa aceitação no meio médico,

nova, Eleanor de se casar com o homem que queria por ser pobre e aventureiro. Sua filha, então, cai em depressão, Marx a chama de histérica. Laura, a filha do meio, somente conseguiu autorização do pai para o casamento após o pai do noivo apresentar condições financeiras muito boas. Tal fato o próprio Marx narra a Engels em 23 de agosto de 1866. p. 53.

120 Autora de *Marxisme et révolution sexuelle*, um dos grandes nomes do feminismo socialista.

entendendo não haver diferença entre os dois grupos no que se refere às mulheres. Foi uma das poucas a declarar que as mulheres poderiam ser socialistas, monarquistas ou republicanas, mas acima de todas as convicções, deveriam ser feministas.

A primeira onda do feminismo se prendeu fortemente à luta pelo voto das mulheres e, pelos motivos e questões apresentadas anteriormente, não conseguiu conjugar forças nem com as lutas referentes à raça, nem com as referentes à classe, apesar de inúmeras mulheres serem alvo comum de todos esses mecanismos de dominação. Por esse motivo, a primeira onda de feminismo foi muito criticada, não sendo no geral revolucionário e sim carregando os preconceitos da época. Porém, na verdade, a primeira onda foi constituída de inúmeros movimentos, sendo dotada de grande complexidade, pois esses movimentos ora se aproximavam, ora se repeliam, de acordo com as condições peculiares de cada local.

3.5

O impacto da segunda onda do feminismo na década de 1960

A segunda onda de feminismo tem como marco importante o ano de 1968. Após a primeira onda, houve uma sensação de que o feminismo teria perdido o seu sentido, de que as questões já estariam superadas. Sendo assim, olhar para esse período de explosão do movimento feminista parece assustador, como se elas tivessem ficado tanto tempo em silêncio e nesse momento resolvessem retomar um processo revolucionário esquecido. De fato, na década de sessenta do século XX o feminismo ganha destaque na Europa e nos Estados Unidos, assim como também acontecia com o movimento negro desde da década de 50. Nessa época, ganha bastante espaço na mídia a luta das mulheres contra mecanismos de tortura aos quais as mulheres estavam submetidas como forma de controle de seus corpos, desde peças do vestuário tipicamente feminino, salto alto, passando por cílios postiços, penteados, até mesmo concurso de miss e revistas masculinas. Foi a primeira vez no intervalo de aproximadamente duas gerações que muitas mulheres começaram a se declarar como feministas.

¹²¹ LEGATES, Marlene, *In their time: a history of feminism in western society*, p. 273.

Sem dúvida, a grande maioria na época não tinha noção da dimensão dos esforços que suas antecessoras fizeram e todos os problemas enfrentados para driblar pelo menos alguns dos mecanismos de freios que o poder constituído colocava ao avanço dos direitos das mulheres. Por isso, o débito com o passado era muito maior do que se imaginava, como expõe LeGates¹²². A segunda onda de feminismo parece estar distante da primeira, mas na verdade as atividades continuaram nos períodos entre as Grandes Guerras Mundiais e no período entre a Segunda Guerra e a década de 1960.

Durante a Segunda Guerra, as mulheres estavam distantes de seus maridos, que se encontravam nas batalhas. As mulheres, ao contrário, estavam em suas casas. Muitas por necessidade financeira e até mesmo por um estímulo do Estado assumiram trabalhos e funções em seus países tradicionalmente masculinos, porém, foram postos que ficaram desocupados durante a guerra em função da ida dos homens ao campo de batalha. A ida das mulheres para a ocupação desses postos foi necessária, mas após a guerra muitas se recusaram a voltar para as suas casas e devolver seus trabalhos aos homens.

A Segunda Guerra foi diferente para a experiência da mulher, pois todos estavam mais submetidos às invasões e ocupações, homens e mulheres. Muitas, portanto, assumiam funções iguais às de homens durante a guerra e formavam um grande grupo na resistência ao avanço do Nazismo. Por esse motivo, pode-se dizer que a experiência delas ao longo da Segunda Guerra foi bastante diferente da Primeira. Porém, se havia algo semelhante era o tratamento dado às mulheres pela propaganda e pela literatura ao longo das duas guerras, com imagens que as colocavam como prostitutas portadoras de doenças ou espiãs que faziam uso da sedução para conseguir o que queriam. Em ambas as guerras as mulheres estiveram presentes no mercado de trabalho, mas ganhando menos do que os homens para exercer as mesmas funções e com expectativas de que ao término da disputa elas retornariam a seus lares, à maternidade e à família.

Na Inglaterra houve legislação prevendo que o trabalho das mulheres duraria apenas enquanto perdurasse a guerra. Nos Estados Unidos houve protestos no final da Segunda Guerra, pois as mulheres passaram a ser discriminadas em seus locais de trabalho, não somente por seus superiores mas também por colegas

¹²² LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 327.

homens, mas a experiência ao longo das guerras fez com que elas tentassem ultrapassar os obstáculos no pós-guerra. Um dos argumentos para manter os salários das mulheres em um patamar inferior era o fato do trabalho delas ser considerado mais leve do que o exercido por homens. Na Inglaterra a situação não era diferente, as mulheres ganhavam em média 52% do salário dos homens, com o objetivo de que elas preferissem ser mães ao trabalho fora de casa. Havia mais um agravante para aqueles que lutavam por transformações após o término da Segunda Guerra. O comunismo era um grande fantasma para o mundo ocidental. O clima da Guerra Fria fez com que se criasse um reforço em torno da importância da estabilidade familiar para o ocidente. Qualquer um que a partir daí tentasse criticar a estrutura familiar, a distribuição de funções dentro de um casamento, seria alvo fácil de perseguição. O Macartismo nos Estados Unidos acabou conseguindo por fim ao Congresso da Mulher Americana, uma coalisão entre mulheres de classes e raças diferentes fundada em 1946 e que em seu primeiro ano reuniu duzentos e cinquenta mil ativistas, entre eles a neta de Elisabeth Cady Stanton e a sobrinha neta de Susan B. Anthony. Elas reivindicavam a divisão do trabalho doméstico, creches públicas, legislação não-sexista e reconheciam a dupla dominação exercida sobre as mulheres negras. Apesar da grande quantidade de denúncias contra seus membros, muitas dessas mulheres iriam participar da retomada do feminismo na década de 1960.

Nos anos de 1950 e 1960 foi popularizada uma imagem da família perfeita, composta pelo pai, que era responsável por trazer a comida, a mãe, que cuidava da casa e duas até quatro crianças por casal, que usufruíam de uma estabilidade econômica e consumiam. Esse era o modelo de família¹²³. Cabe ressaltar que a imagem não faz jus aos grupos feministas ativos na época, como por exemplo o Partido Nacional da Mulher (*National Woman's Party*), fundado em 1913 e sempre ativo, que se empenhava na Emenda por Direitos Iguais, adotada pelo Congresso. O partido conseguiu levar ao Congresso ao longo da década de 1950 236 cartas de direitos das mulheres, apesar de ser formado basicamente por mulheres brancas de classe média e refletir essa ausência de reconhecimento das dificuldades sofridas pelas mulheres negras. A França ainda contava com a Liga dos Direitos das Mulheres, fundada em 1869, porém, era a única organização do

¹²³ LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 335.

país que se intitulava feminista, ainda assim com um receio de que isso aparentasse ser anti-feminino.

Um ativismo que já havia sido ensaiado em um momento anterior e que ganhava força em 1950 era em torno da sexualidade, do controle de natalidade e planejamento familiar por parte das mulheres. O esforço primário foi feito na França, por um grupo de protestantes chamadas *Jeunes Femmes*, que conseguiu levar a discussão para o espaço público. Também na França um outro grupo de mulheres, chamado de *Mouvement Democratique Féminin*, conseguiu colocar a necessidade de reforma no casamento em discussão a partir de 1961, ano de sua fundação. A discussão aberta em relação ao aborto começa nesse período não somente na França como também na Itália. Porém, essas eram questões que tangenciavam mais as mulheres heterossexuais, que ainda tratavam com uma maior naturalidade tanto o casamento como a maternidade. As homossexuais começaram a se destacar nos Estados Unidos. Os únicos lugares que aceitavam a presença de homossexuais homens e mulheres além de suas respectivas residências eram os bares, desde a década de 1930. Em 1950 se consolida essa cultura nos bares, com homens e mulheres reproduzindo o comportamento feminino ou masculino conforme a identificação com a cultura dominante. Obviamente transgredir os papéis convencionais é bastante significativo, o problema é reproduzir o mesmo comportamento e a mesma hierarquia de um relacionamento heterossexual. Na década de 50 do século XX em São Francisco nasce a primeira organização política estabelecida por lésbicas e dedicada à sua causa.

O grande marco teórico do feminismo em sua segunda onda foi Simone de Beauvoir (1908-1986). O seu trabalho intitulado *O Segundo Sexo*, de 1949, foi escrito de forma isolada, sem contato com outras feministas da época¹²⁴. Quando lançado, o livro sofreu duras críticas das feministas por gerar interpretações

¹²⁴ Beauvoir não recorreu a outras mulheres feministas de sua época, sendo essa obra fruto de um esforço solitário. LeGates afirma que isso foi resultado de um fato, qual seja, ela foi aconselhada, ainda estudante a cultivar mais o seu lado homem. LEGATES, Marlene, *In their time: a history of feminism in western society*, p. 342. De qualquer forma, Beauvoir começa sua obra afirmando que o feminismo já tinha rendido muito e que o tema estaria acabado, mas ainda assim insistiam em retomar o assunto. A pergunta “o que é mulher?” ainda retornava e um dos aspectos mais relevantes era o fato dos homens não se preocuparem em definir o que é homem, em suas palavras “Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é natural”, ao contrário da mulher, que começa se apresentado como tal. A mulher é

contrárias ao corpo da mulher e causou grande controvérsia. Além disso, seu livro foi considerado indecente por outras camadas sociais, sendo incluído na lista de obras proibidas da Igreja Católica. A tradução para o inglês fez com que o livro ganhasse projeção nos Estados Unidos, em 1952, o que contribuiu para modificar a reação ao texto, que passou ser bem-sucedido¹²⁵. Desse momento em diante, muitas feministas das mais variadas áreas do saber reconheceram Simone de Beauvoir como um grande marco para todas as mulheres. A importância da obra de Beauvoir e a sua receptividade nos Estados Unidos podem também ter ligação com a resposta que ela dá ao livro de Ferdinand Lundberg e Marynia Farnham, chamado *Modern Woman: the lost sex*, de 1947, que chamava as mulheres que insistiam em seguir no feminismo de neuróticas, uma vez que a igualdade já havia sido conquistada. Se a igualdade já foi atingida, as mulheres não tinham mais motivos para seguir com o feminismo, insistir nisso era considerado uma doença para os autores.

O fato é que na década de 50 do século XX havia uma grande tensão entre um modelo muito bem retratado nos meios de comunicação da família feliz e um aumento nos casos de divórcio nos Estados Unidos. No início da década de 1960, a grande maioria das donas de casa americanas não gostariam que suas filhas tivessem o mesmo tipo de vida que elas levavam, assim como as jovens da época não queriam para elas o mesmo caminho trilhado por suas mães. Na França, em 1966, os resultados eram os mesmos dos obtidos nos Estados Unidos. O trabalho de Betty Friedan a partir de entrevistas realizadas com donas de casa de classe média nos subúrbios americanos foi considerado de grande importância na época para a constatação dessa infelicidade com o estilo de vida das mulheres, e, assim como *O Segundo Sexo*, de Beauvoir, ele teve uma grande projeção. Porém, sofreu críticas posteriores, por ignorar os problemas das mulheres das classes operárias e das negras americanas, que em sua maioria trabalhava fora. A sugestão de Friedan

uma concepção construída a partir do homem, ela é o outro. BEAUVOIR, S., *O Segundo Sexo: I fatos e mitos*, Introdução, p. 11.

¹²⁵ A projeção do livro nos Estados Unidos aconteceu, segundo LeGates, pela distância geográfica do país da Europa. A Europa Ocidental não recebeu bem a obra em virtude de um compromisso da autora com o socialismo existencialista em função de estar mais próxima geograficamente do Leste Europeu. LEGATES, M., *In their time: a history of feminism in western society*, p. 342. Porém, esse argumento é complicado na medida em que as perseguições a qualquer um que pudesse ter afinidade com o pensamento socialistas nos Estados Unidos foram duras e muito famosas por isso. Porém, é importante ressaltar que no feminismo americano ele foi melhor recebido e ganhou notoriedade, como um símbolo importante da segunda onda.

para as mulheres era o trabalho fora de casa em funções que iam além daquelas tradicionalmente associadas às mulheres, ou seja, professora e enfermeira, na defesa também da igualdade de salários.

Apresentado de forma rápida o panorama da época, resta agora examinar a partir de tal ponto quais foram os feminismos surgidos com as questões que apareceram nesse período. Duas grandes correntes podem ser identificadas: a do feminismo liberal e a do feminismo radical. A primeira corrente era muito semelhante à corrente liberal da primeira onda. O que ela pretendia era a igualdade de sexos, ressaltando o peso da discriminação produzida pela lei e pela economia. Além disso, também fiscalizava possíveis atitudes sexistas. O feminismo radical tinha como principal questão o combate à estrutura patriarcal, sendo essa a responsável pelo domínio masculino. A atuação dessa corrente estava mais voltada para a observação do comportamento na família e nas relações interpessoais do que para a fiscalização da esfera pública e das relações de trabalho.

A corrente pela igualdade de direitos decorre do funcionamento permanente de grupos organizados como o *National Woman's Party* e o *National Federation of Business and Professional Women's Clubs* desde o início do século XX nos Estados Unidos. As mulheres que faziam parte desses grupos pretendiam por fim à discriminação e aumentar as oportunidades de empregos para as mulheres. Para isso, elas constataram a necessidade de se criar uma comissão presidencial sobre as mulheres, conseguindo fazer com que o presidente da época John Kennedy cedesse às pressões. A Comissão Presidencial sobre o Status das Mulheres foi constituída em dezembro de 1961. O interessante é que essa comissão não negava o papel primordial da mulher dentro de casa em na criação dos filhos, sendo este último como um dado físico.

Apesar dessas posições complicadas adotadas pela comissão, seus relatórios apontavam de forma bem completa os tipos de discriminação sofridos pelas mulheres americanas tanto na esfera econômica quanto na política. Porém, a maior parte dos membros da comissão era contrária à Emenda da Igualdade de Direitos, pois havia um receio de que tal medida poderia provocar uma redução das leis que protegiam as mulheres no mercado de trabalho. Essa comissão teve seu valor comprovado com uma medida bastante relevante em 1963, a realização de comissões nas esferas dos estados compostas por advogadas, acadêmicas e

líderes de diversas organizações para recolher materiais sobre a discriminações. Essa foi uma movimentação importante para que se conseguisse incluir no *Civil Right Act* de 1964 a discriminação de ordem sexual, apesar das mais diversas reações em sentido contrário, que não depositavam confiança na efetivação da Emenda. Cabe ressaltar que Betty Friedan foi uma das mulheres que se encheram de coragem com a Comissão e com os movimentos pelos direitos civis e a experiência especialmente do movimento negro na área. Nessa época o movimento negro serviu como um bom exemplo para o feminismo no auxílio à fundação de estruturas e estratégias de lutas, com muitas feministas reconhecendo que elas precisavam de uma NAACP para mulheres. Foi nessa condição que surgiu em 1966 a *National Organization for Women*. O que a organização pretendia era incluir completamente as mulheres na sociedade americana, com todas as possíveis participações, direitos e responsabilidade daí decorrentes. O Canadá também viu esse mesmo esforço sendo feito com a junção de um grupo de mulheres anglofônicas com a *Fédération des Femmes du Québec* em 1966, para pressionar o governo a criar uma comissão voltada para as mulheres. Em 1970 essa comissão conseguiu elaborar 167 recomendações e formou a *National Action Committee on Status of Women* para que elas sempre fossem revistas e atualizadas. França, Inglaterra, Dinamarca, Holanda, entre outros países, também viram comissões e esforços no mesmo sentido crescendo. A diferença entre a primeira e a segunda onda de feminismo diz mais respeito ao grau de mudança na sociedade. Se ao longo da primeira onda a estrutura quase não foi alterada de fato, a segunda onda presenciou grandes transformações sociais e na família.

Paralelo a esses esforços, há também o crescimento do feminismo radical. O mundo observa um grande crescimento da violência contra as pessoas que lutavam por direitos civis, o muro de Berlin foi erguido, os Estados Unidos atacavam o Vietnã. Esses acontecimentos faziam com que os protestos ficassem ainda mais intensos. A crítica aos valores do capitalismo cresceu no meio dos estudantes, bem como à classe burguesa. O feminismo radical surge no meio desse turbilhão de idéias, com proposta de liberação no lugar de igualdade de direitos, ressaltando um aparato de opressão, mais do que uma mera discriminação. As fundadoras dessa corrente eram basicamente mulheres entre vinte e trinta anos, a maioria ou havia acabado de terminar a faculdade ou estava no fim de seus estudos universitários e são filhas de mães e pais comunistas ou

socialistas, já vivendo na estrutura dos movimentos por direitos civis. Muitas se juntam ao *Student Nonviolent Coordinating Committee* e à organização *Students for a Democratic Society*, a ausência de hierarquia dessas organizações era um forte apelo às mulheres.

Após o deslumbramento inicial com essas organizações, as mulheres começam a perceber que havia problemas de sexismo mesmo nesses locais. Elas estavam de fora da tomada das decisões importantes, as funções que exerciam eram de menor relevância e a expectativa em cima delas era que estivessem sempre sexualmente disponíveis, na medida em que eram feministas. As mulheres negras que faziam parte dessas organizações realizaram *sit-in* em protesto. Outras mulheres redigiram um documento ressaltando que a mulher tinha as mesmas condições nesses lugares do que os negros contratados por grandes empresas. As mulheres negras novamente sofriam uma dupla discriminação, porém, acabavam considerando o racismo mais importante do que o sexismo. A discriminação sexual era vista como algo em segundo plano. As mulheres acabaram saindo dessas organizações, agora praticamente voltadas para a luta do movimento negro. As mulheres brancas não eram mais bem aceitas. .

Apesar das dificuldades, as mulheres conseguiram incluir na pauta da reunião nacional da Nova Esquerda, em setembro de 1967, as questões que diziam respeito a elas. Porém, no momento da reunião, o problema da liberação da mulher foi deixado de lado por não ser tão relevante quanto os demais temas. Boa parte das mulheres se desligaram da esquerda depois desse episódio, porém, algumas ainda resistiram a abandonar os homens da esquerda. Porém, em janeiro, com a reação ao discurso de Marilyn Webb convocando os homens para lutarem com as mulheres pela liberação feminina o rompimento foi mais significativo. A feminista Shulamith Firestone escreveu para o jornal de esquerda *Guardian* que os homens da esquerda falharam no projeto revolucionário e na convocação de homens e mulheres para tal feito. Agora, as mulheres teriam coisas mais importantes a fazer do que se preocuparem em chamá-los para lutar juntos. Os movimentos a partir desse momento seriam distintos.

As mulheres que deixavam a Nova Esquerda se reuniram para percorrer os diversos estados norte-americanos, com o objetivo de agrupar e estabelecer uma rede entre as mulheres que estavam insatisfeitas com o estilo de vida imposto a elas. No final do ano de 1968 praticamente todos os estados dos Estados Unidos

tinham grupos organizados de mulheres para lutar por autonomia e liberação. Assim como a experiência americana, também na Europa houve essa intensificação do feminismo por mulheres vindas da Nova Esquerda, especialmente na França. Um grupo chamado *Féminin-Masculin-Avenir* foi formado em 1967 por duas ex-integrantes do *Mouvement Democratique Féminin*, Anne Zelensky e Jacqueline Feldman, que pretendiam algo mais radical do que a organização da qual faziam parte. A partir de maio de 1968 houve uma intensificação dos movimentos autônomos de lutas das mulheres. As francesas que deram origem ao feminismo radical também tinham educação superior, eram mais novas e tinham raízes na esquerda, assim como suas contemporâneas americanas. Também concluíram que a Nova Esquerda ficava mais na esfera da retórica ao defender uma maior participação democrática quando se tratava de liberação da mulher. O feminismo radical tinha como objetivo não somente a ruptura com os homens de esquerda, mas também com o marxismo, que tinha como principal questão os problemas de classe. Para o feminismo radical, o que deveria ser combatido era o patriarcado, considerado por elas o mais antigo mecanismo de dominação. O patriarcado e não o capitalismo seria a principal forma de opressão da mulher¹²⁶.

Uma questão que também apareceu ao longo da segunda onda do feminismo foi a da homossexualidade. Algumas feministas declararam na época que o problema das homossexuais não tinha relação com as causas feministas, uma vez que era uma opção que dizia respeito à sexualidade. Porém, outras entendiam que a condição das lésbicas poderia servir muito ao movimento feminista, uma vez que o tipo de relacionamento entre elas subvertia os papéis sexuais atribuídos convencionalmente pela sociedade a homens e mulheres, a ponto de em uma determinada época haver um discurso em defesa da adoção dessa opção sexual por parte das feministas para melhor combater o patriarcado, sendo o debate acerca da opção sexual um dos principais temas da metade da década de 70 do século XX, considerado o ápice da segunda onda do feminismo. Nesse mesmo período outra grande questão suscitada pelo feminismo foi a defesa do direito ao

¹²⁶ O patriarcado foi considerado por muitas feministas como o grande mecanismo de dominação, o mais antigo. No próximo capítulo será visto a partir da teoria de Judith Butler o motivo pelo qual não se pode dar grande importância para esse tipo de entendimento, uma vez que isso torna a luta impotente, ineficaz, como se a estrutura cunhada há muito tempo não pudesse ser transformada.

aborto em diversos países da Europa. A segunda onda ainda originou a luta pela previsão do crime de assédio sexual, que teve uma especial força nos Estados Unidos a partir de 1986¹²⁷. A segunda onda, portanto, foi diversificada e farta em suas reivindicações.

A primeira e a segunda onda foram os dois grandes picos do movimento feminista, apogeu de uma longa trajetória ao longo da história, conforme demonstrado, em que ora as mulheres criavam condições para promover um processo constituinte próprio, ainda que tímido, como no início da Idade Média, ora se apropriavam de condições favoráveis em revoluções em andamento, como nos casos da revolução americana e francesa. O objetivo nesse capítulo não foi fazer uma apresentação geral da história e sim mostrar como foi o mecanismo de criação ou apropriação de determinados momentos por parte das mulheres até que o feminismo fosse construído. Por esse motivo, não foram narrados detalhes da sociedade na Idade Média, do Renascimento, ou das obras contratualistas, bem como não foram analisadas profundamente as revoluções nos Estados Unidos e na França. O que interessou foi justamente a atuação das mulheres nesses momentos e as contradições produzidas muitas vezes pelos próprios ensaios de feminismo, que possibilitaram o freio imposto pelo poder constituído a esse braço do poder constituinte. O recurso a Deleuze e Guattari no início do capítulo foi para compreender o surgimento das mais diversas linhas do feminismo, identificando, inclusive, momentos de arborescência, ou seja, momentos em que são instaurados modelos ou uma identidade feminina, um plano ideal a servir de base para toda a existência de uma mulher. Esses momentos são geralmente propícios para o surgimento de linhas de fuga, o feminismo atrelado ao movimento negro, o feminismo na classe operária e o feminismo homossexual são linhas de fuga. O feminismo se tornava arborescência quando adotava um modelo de mulher.

¹²⁷ O reconhecimento do assédio sexual nos Estados Unidos teve influência direta da autora Andrea Dworkin e da jurista Catharine MacKinnon, que conseguiu fazer o assédio sexual ser considerado uma forma de discriminação sexual pela Suprema Corte Americana no ano de 1986. O movimento capitaneado por elas foi sem dúvida relevante, especialmente no que diz respeito às relações de trabalho e de ensino. Porém, ambas são muito criticadas, especialmente por autoras francesas, por terem se aproximado dos conservadores, com o apoio dos republicanos. Essa empreitada deu origem uma lei contrária à pornografia, conhecida como “lei MacKinnon-Dworkin”. O problema era que essa lei fundamentava a censura em livros, cinema e jornais, colocando em risco até mesmo trechos da literatura clássica nos Estados Unidos. A emenda sobre a liberdade de expressão conseguiu prevalecer. BADINTER, E., *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*, pp. 24, 25 e 26. No Brasil o crime foi incluído no art. 216-A do Código Penal, pela Lei 10.224/2001.

O próximo capítulo será dedicado à análise da teoria elaborada por Judith Butler e à aproximação dela com a de Antonio Negri e Michael Hardt. A partir das críticas de Butler ao feminismo, será possível compreender aquilo que possibilitou o poder constituído domar esse processo revolucionário, fazendo assim a conexão entre o problema analisado nesse capítulo com a proposta da autora. Além disso, esse estudo irá auxiliar no entendimento de um dos mecanismos de atuação da multidão, cunhado pela autora e aproveitado por Negri e Hardt, que assim como ela, são herdeiros do projeto da imanência.

4

Pelo retorno ao processo liberatório da mulher: a crítica de Judith Butler às estratégias de luta feminista e sua proposta para a retomada do poder constituinte

O capítulo que ora se inaugura terá como principal objeto de reflexão a construção teórica formulada por Judith Butler. Tal construção foi apresentada ao longo do capítulo inicial, em uma breve aproximação entre sua teoria e os recursos elaborados por Negri e Hardt que serviram de lente para a leitura do feminismo realizada no capítulo anterior. Porém, aquele não era ainda o momento de mergulhar nos atos performativos, tão densamente construídos pela autora a partir do exame e das críticas de algumas obras de pensadores como Foucault, Luce Irigaray, Julia Kristeva, Simone de Beauvoir, Freud, Lacan, entre outros¹²⁸. O objetivo do capítulo não será o de apresentar esses diálogos, somente se fazendo referência à perspectiva da autora sobre seus interlocutores quando necessário para melhor demonstrar a construção de sua teoria, mesmo porque, esses pensadores não foram objeto direto de análise ao longo da dissertação.

Até o presente momento, o trabalho versou sobre a exposição de construções teóricas no capítulo primeiro, como o poder constituinte, a multidão e a construção do plano de imanência na forma como Negri e Hardt herdaram e assumiram em suas obras, para que fosse elaborado um léxico a ser aplicado na análise das origens e desenvolvimento do(s) feminismo(s), ao longo do segundo capítulo. O capítulo anterior teve como abertura uma referência a Gilles Deleuze e Félix Guattari para que ficasse ainda mais nítida a diferença entre um projeto transcendental, na estrutura da arborescência, e um projeto da imanência, na estrutura rizomática, havendo inclusive a possibilidade dessas estruturas se abarcarem. As lutas do feminismo e entre os feminismos conseguem servir de

¹²⁸ Apesar de não ser objeto de análise específica da dissertação, é importante deixar claro que Judith Butler confronta as posições de Beauvoir e Irigaray sobre a condição da mulher. Beauvoir, ao longo do livro *O Segundo Sexo*, vai trabalhar com a concepção de Outro para caracterizar a condição da mulher. Já Irigaray entende que somente há um único sexo, o masculino, o sexo feminino não seria um sexo somente. Nesse sentido conferir: IRIGARAY, Luce. *Ce sexe qui n'en est pas un*. A produção do sexo na concepção de Foucault, tanto masculino quanto o feminino, a partir da regulação elaborada pelo poder, é relevante para o entendimento da obra da autora, uma vez que é a interpretação mais abordada por ela para fundar a sua teoria e a sua crítica acerca da formação do sujeito e do conceito de mulher.

exemplo, demonstrando como essas duas estruturas podem aparecer e serem interligadas. Além disso, foi interessante também para desfazer a mera contradição entre os diversos feminismos, na medida em que eles passam a ser percebidos como possíveis linhas de fuga, que podem surgir quando se instaura uma arborescência no movimento.

A partir de agora, o objetivo será o de analisar conceitos como *mulher*, *corpo* e *atos performativos* no interior do pensamento produzido por Butler, para que seja possível identificar na trajetória do movimento feminista já demonstrada o que pode ser considerado uma certa estagnação nas lutas feministas, ou, até mesmo, um “rumo equivocado”, nas palavras da francesa Elisabeth Badinter. O importante não é o mero apontamento de supostas falhas nas estratégias de lutas comumente adotadas não somente pelo feminismo, como também por outros movimentos de minorias, pois o recurso à Judith Butler obviamente vai além de suas críticas. Suas contribuições para o feminismo são propostas bastante interessantes para que a liberação da mulher seja retomada, sendo necessário até mesmo um reexame do próprio conceito de mulher para tal feito. A autora conseguiu projetar a sua teoria com a obra *Gender Trouble: feminism and subversion of identity*, em 1990, conforme já mencionado anteriormente. A discussão aqui apresentada se dará a partir desse marco, sendo também examinados outros escritos da autora que posteriormente visitaram novamente as idéias trabalhadas no livro e responderam a críticas realizadas aos atos performativos, para posteriormente realizar uma nova aproximação deles à multidão.

4.1

Os fundamentos da Teoria Queer: uma perspectiva inovadora sobre o feminismo

A estrutura da obra que funda a chamada Teoria *Queer* tem como pilares para as críticas elaboradas por ela alguns grandes temas: o problema do termo mulher e da utilização do sexo e do gênero como pontos centrais do feminismo e a estrutura heterossexual como paradigma do feminismo. O primeiro esforço será no sentido de expor cada um deles, para que no próximo momento sejam

apresentadas as possibilidades decorrentes dessas análises, a partir de outros trabalhos de Butler, que respondem a críticas tecidas a seu trabalho.

O primeiro alvo de Butler diz respeito à utilização da mulher como centro dos esforços do feminismo. A princípio, tal entendimento parece não fazer sentido, especialmente após realizar o trajeto do capítulo anterior e constatar que o termo “mulher” foi o que deu uma coesão ao movimento. Há ainda um problema profundo e conexo a esse colocado pela autora. A mulher foi considerada ao longo do desenvolvimento da teoria feminista o sujeito em busca da representação política, ressaltando que a autora entende ser contraditório o termo política com a representação¹²⁹. A pretensão ao defender a representação da mulher e sua constituição como sujeito político é a conquista de uma maior notoriedade e visibilidade. Porém, a possibilidade do sujeito protagonizar processos de liberação é colocada em xeque pela autora, afetando a representação que dele decorre.

A categoria denominada “mulher”, sujeito do feminismo, é produzida pela mesma estrutura da qual ela pretende se emancipar. A lei produz a noção de um sujeito anterior a ela, que tem como característica ser excludente, para ser representado no sistema jurídico e no sistema político e dar legitimidade a ela. Seguindo esse raciocínio típico do liberalismo e muito explorado nas teorias do contrato social, Butler¹³⁰ afirma que, se o feminismo trabalha com a concepção de um sujeito específico, a mulher, ele também trabalha com uma categoria excludente. A autora tece críticas ao conceito de sujeito, ressaltando que a crítica não serve para negá-lo ou demonstrar repúdio e sim para questionar o seu status como algo previamente estabelecido, como uma premissa¹³¹. A desconstrução do termo sujeito sugerida por Butler serve para abrir possibilidades de novos usos para o termo, usos subversivos. O sujeito é construído pelo poder a partir de diferenciações e exclusões realizadas por um aparato de repressão, o que não significa que ele seja determinado, uma vez que trata-se de um processo contínuo, sem que haja um fim. Por isso ele não pode ser um ponto de partida ou um

¹²⁹ O modelo da representação política é profundamente criticado por Antonio Negri, sendo considerado pelo autor um mecanismo de imposição severa de limites ao poder constituinte. Por esse motivo, a tradição de pensamento seguida por Negri considera como única forma de democracia a democracia absoluta, explicada de forma rápida em nota no primeiro capítulo. A crítica de Butler diz respeito à representação e também à própria concepção de sujeito, relacionado a essa representação.

¹³⁰ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 5.

produto, ele é sempre passível de ser trabalhado novamente. Eles não são um dado construído a priori. Nesse sentido, sempre há sujeitos politicamente insidiosos.

A utilização do termo “mulher” como sujeito do feminismo não gera menos controvérsia para a autora, na medida em que implica na presunção de uma identidade, cujo principal problema começou a ser apresentado no primeiro capítulo, a partir das considerações de Negri e de Hardt sobre a disputa ocorrida na modernidade. Categorizar alguém como mulher não é o suficiente, pois esse alguém vai muito além do gênero que lhe é previamente imputado. Primeiro pelo fato da abordagem acerca do próprio gênero e suas características variar no curso da história e de uma sociedade para outra, segundo por ser uma questão que se relaciona com outros temas, como raça, classe e opção sexual. Portanto, não faz sentido para a autora estabelecer uma fundamentação universal para o feminismo, ou para qualquer outro movimento de minorias. É inviável a defesa de uma identidade universal que ultrapasse as diversas barreiras culturais e faça frente a um único inimigo, configurado por uma forma de patriarcado igualmente universal, que sempre esteve presente.

Houve no decorrer do feminismo um empenho em traçar esse grande inimigo denominado patriarcado como ponto de partida para a luta das mulheres. O feminismo que seguiu por esse caminho foi acusado de fazer uso de mecanismos semelhantes aos do poder para colonizar regiões e culturas diferentes da Ocidental, contribuindo para o reforço da construção do Outro. A insistência em estabelecer um inimigo único implica na adoção da estratégia daquele que oprime, em vez de apresentar uma nova proposta. O problema dessa perspectiva é justamente abrir campo para esse tipo de crítica relativista. A universalização do patriarcado acaba reduzindo as distintas formas em que são estabelecidas a assimetria entre os gêneros nas culturas mais diversas, são configurações muito peculiares de dominação, e talvez não seja adequado equipará-las, como se todas fizessem parte da mesma estrutura de poder que recebe o nome de patriarcado.

Há também um outro problema instaurado, pois na medida em que se estabelece uma inevitabilidade do patriarcado ao longo da história como uma grande força que se opõe a essa identidade mulher, ele deixa de ser histórico e passa a ser um mecanismo de dominação inexorável, já que está presente há muito

¹³¹ BUTLER, J., *Contingent Foundations*, In BUTLER, J.; SCOTT, J. W. (ed.) *Feminists theorize*

tempo. Essa é uma forma de atribuir mais força e um maior grau de importância a ele¹³². Além disso, é necessário ter um cuidado ao se analisar teorias que defendem um matriarcado anterior ao patriarcado. Segundo Butler, o antes é sempre uma forma de se justificar interesses atuais ou futuros, com a estratégia de uma narrativa pré-histórica, seja ela feminista ou contrária ao feminismo. A partir do momento em que o feminismo recorre a uma feminilidade inata, genuína, ele deixa de dar um tratamento cultural às questões de gênero¹³³.

Como ressalta Butler, a doutrina do patriarcado universal foi deixada de lado, porém, o esforço de se forjar um conceito de mulher estável, que seja compartilhado de forma generalizada persistiu, fazendo com que a categoria mulher sofresse muitas resistências. Apesar de ter sido criada com o intuito de liberá-las, ela não consegue atingir seu objetivo. A identidade feminina compartilhada por todas as mulheres bem como a opressão masculina à qual todas estão submetidas esquece a importância de outras formas de dominação. Não se pode determinar um grau de importância ou uma fonte primária entre a opressão de sexo, classe, raça, opção sexual ou qualquer outra, na medida em que há interseção entre elas, tendo muitas aparecido ao longo do capítulo anterior. Por esse motivo, torna-se necessário realizar críticas às identidades em geral, que levam ao processo de naturalização e imobilizam os movimentos, para que o feminismo possa ressurgir fundado em pilares diferentes e se liberte da obrigação de construir uma única identidade, um modelo de mulher que exclua as demais.

Costuma-se entender que a unidade é necessária para haver ações políticas e, por isso, ela deveria ser estabelecida como um requisito prévio para as mobilizações. Deve-se pensar sobre que espécie de ação política exige tal unidade, uma vez que as divergências e as fragmentações fazem parte do processo de democratização. Sendo assim, as contradições deixam de ser um impedimento para as ações políticas. A própria preocupação com o diálogo deve ser repensada, pois ela também decorre de condições históricas. Esse reconhecimento implica em realizar considerações acerca da eficácia do diálogo, uma vez que enquanto uma

the political, p. 9.

¹³² Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 45.

¹³³ Ibid., p. 46. Pode-se reforçar essa consideração da autora acerca de uma narrativa pré-histórica retomando as críticas feitas ao contratualismo no capítulo anterior a partir da teoria de Carole Pateman, quando menciona que a estratégia contratualista, apesar de ter um discurso aparente de uma teoria da liberdade, na verdade serve para justificar a dominação existente na sociedade.

das partes pensa estar havendo uma conversa, a outra parte pode ter certeza dessa impossibilidade.

O tema foi abordado anteriormente ao se analisar a disputa que ocorre entre dois sensíveis, um em que os plebeus falam e outro em que não falam, trabalhada a partir de Rancière. Porém, coube lembrar o tema por ser considerado importante para a perspectiva de democracia da autora. O modelo cunhado a partir do diálogo corre o risco de cair na armadilha liberal, que entende que todos que falam têm exatamente o mesmo lugar no poder e partilham uma mesma concepção de consenso e de unidade. A autora coloca que há relações de poder por trás desse mecanismo impondo limites ao diálogo. O termo mulher não precisa ganhar uma unidade, uma identidade para que seja considerado completo. Ele não necessita ser preenchido, expressar uma raça, uma classe ou uma opção sexual. Ao contrário, quanto mais incompleto ele for, maior será a possibilidade dele ser aberto às mais variadas formas de contestação. A unidade e a identidade passam a ser indesejadas como pressuposto e forma específica para as ações políticas. As identidades passam a ser constituídas e dissolvidas segundo as necessidades de cada ação ou prática política que leva à sua formação. Elas em si mesmas são vazias de conteúdo.

A diferença realizada tradicionalmente entre sexo e gênero ainda reforça uma solidariedade e uma aparente identidade entre as mulheres. O sexo, nesse sentido, é compreendido como um fator biológico, enquanto que o gênero é construído pela cultura, é a cultura que o corpo sexuado toma para si. Essa teoria feminista sugere que há uma distância entre os corpos sexuados e a cultura que funda os gêneros. O sexo seria anterior à lei, decorrente da natureza e indeterminado tanto pela política quanto pela cultura, já o gênero seria a subordinação social instaurada sobre ele. Uma fêmea passaria a ser uma mulher, categoria subordinada pela cultura. Haveria, portanto, a possibilidade da construção de um homem não ocorrer somente em um corpo masculino, assim como a mulher não necessariamente ser interpretada por um corpo de uma fêmea? Dificilmente essa hipótese seria cogitada pelo poder, mostrando que o próprio sexo é fruto de uma construção cultural, que atribui características próprias e habilidades específicas a cada um. Uma outra questão que aparece nessa discussão diz respeito à forma como o sexo e o gênero são atribuídos, como a dualidade entre os sexos foi instaurada. A naturalidade do sexo, envolvendo anatomia,

hormônios e cromossomos tem uma história e Butler ressalta que ela foi construída por um discurso científico e atende a interesses sociais e políticos¹³⁴. A característica de imutabilidade do sexo em oposição ao gênero, tipicamente cultural, é colocada em xeque, passando a ser uma construção tão cultural como ele. Na verdade, a criação do gênero foi a forma pela qual o poder conseguiu naturalizar o sexo, o colocando em uma posição anterior à cultura.

A autora questiona, a partir da diferença entre sexo e gênero amplamente aceita no feminismo, se o gênero como resultado de uma construção cultural poderia ser constituído de outra forma, se seria viável uma ruptura, uma transformação ou se ele está atrelado a um determinismo social. A noção de que o gênero é construído pela cultura e imposto sobre um corpo passivo, que somente se diferencia pela anatomia, também torna o gênero algo inexorável, com uma diferença em relação ao sexo, pois no caso, o destino não é imposto pela biologia, e sim pela cultura. O corpo fica restrito à mera passividade, sendo o local onde a cultura atribui seus significados de acordo com aquilo considerado mais apropriado. A autora ressalta, no entanto, que o corpo em si é uma construção, não possuindo qualquer significado que seja anterior à atribuição do gênero¹³⁵. A idéia de que o sexo é anterior, inerente aos corpos, é fruto da construção do gênero, produzido pela cultura.

A identidade não é uma descrição da realidade, de uma condição específica, ela é uma imposição normativa, um mecanismo responsável por garantir a perpetuação do sexo e do gênero de uma forma bastante estável. As práticas que regulamentam o sexo ditam uma suposta verdade sobre ele e sobre o gênero para formar identidades que sejam coerentes. Nesse sentido, a fundação do desejo heterossexual exige uma relação de oposição, e discretamente assimétrica, entre o feminino e o masculino, criações culturais para atribuir determinadas características aos machos e às fêmeas como inatas. Esse modelo serve para medir quais identidades existem e quais não devem existir, impondo regras e significados para as formas de sexualidade. A heterossexualidade entendida como algo natural e compulsório no ser humano induz a uma sexualidade dual, na qual

¹³⁴ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 10.

¹³⁵ “Sometimes they forget that the body comes in genders”. Id., *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*, p. ix

masculino e feminino se diferenciam e se desejam, conectando os termos sexo, gênero e desejo.

Porém, as anomalias insistem em deixar claro que há limites na regulamentação, que a identidade estabelecida para a imposição do gênero não é suficiente para fazer com que haja uma obediência ampla às normas sobre gênero e sexualidade. As subversões produzidas por elas provocam uma desordem no gênero. As tentativas de se regulamentar o sexo a partir de um sistema baseado no dualismo se prestam a frear a subversão da multiplicidade na sexualidade, que afetam não somente o paradigma heterossexual, como o médico e o reprodutivo, uma combinação entre os ideais sociais hegemônicos e os impostos pela Igreja Católica.

É importante ressaltar que a identidade não somente garante a perpetuação, como também depende dessa estabilidade para continuar existindo, caso contrário sua estrutura é abalada. Tal hipótese acontece nos momentos em que alguns aparentam um determinado sexo, mas não se conformam às regras culturais atribuídas a eles. Os exemplos, nesse caso, são obviamente os homoafetivos e são também mulheres e homens heterossexuais que de qualquer forma questionem os papéis atribuídos a cada um deles de forma determinista pela identidade, pelos modelos masculino e feminino, como no caso das mulheres nos períodos das Grandes Guerras, que ingressaram no mercado de trabalho em virtude de uma necessidade social e que se recusaram a devolver seus postos aos homens no final das batalhas. Outra questão é a luta para que as atribuições com a família e com a casa sejam compartilhadas por ambos. Essas hipóteses, bem como outras trabalhadas pelo movimento feminista, são alguns exemplos de combate ao paradigma tradicional de família e, por consequência, à identidade, aos modelos de homem e mulher¹³⁶.

Sexo e gênero, assim como o sujeito, não existem em um formato prévio, não são um dado ao contrário do que se tenta estrategicamente com a criação da

¹³⁶ A autora recebeu muitas críticas após o lançamento da obra que deu origem à Teoria *Queer* em virtude de confusões em sua interpretação. Butler afirma que *Gender Trouble* decorreu mais de sua experiência como militante do que de sua experiência como acadêmica. A autora tinha como um dos principais alvos o modelo heterossexual que vigorava como paradigma do feminismo. Porém, sua construção teórica não abarca somente o comportamento homoafetivo como única fonte de subversão, ao contrário, seu esforço foi justamente mostrar que os homossexuais são também fonte de subversão. Em nenhum momento a autora afirma que a única saída para romper o modelo

identidade, eles são constituídos ininterruptamente com a performatividade sob a incidência dos processos regulatórios para impor a coerência estabelecida pela cultura no que diz respeito a sexo e gênero. O gênero é performativo, pois constrói a identidade que lhe é proposta. Essa construção permanente não é protagonizada por um sujeito preexistente, já que o próprio sujeito também não é nunca concluído. Como afirma Butler, “There is no gender identity behind the expressions of gender; that identity is performatively constituted by the very expressions that are said to be its results”¹³⁷. Se o gênero é algo construído de forma permanente pelo poder a partir de práticas regulatórias e de repetição que impõem uniformidade no comportamento, resta saber como seriam as repetições subversivas, que podem problematizar a identidade forjada para a regulamentação da sexualidade. Sem dúvida, as relações de poder estabelecidas pelas ciências biológicas, como ressalta a autora, são bastante fortes na definição e naturalização das identidades e diferenças e a ruptura desse aparato não será fácil¹³⁸.

Tornar-se parte de um gênero é um processo de naturalização, em que os prazeres do corpo são diferenciados de acordo com os significados impostos a partir dos paradigmas de gênero. Esses prazeres são atribuídos a corpos que já foram construídos de acordo com as especificidades do gênero. Algumas partes do corpo, para Butler, são válidas para o prazer, enquanto outras não, com fundamento nas regras estabelecidas pelas identidades heterossexuais. Os prazeres que sobreviverão ou que serão tomados como impossíveis serão selecionados a partir desse mecanismo de legitimação deles em relação ao corpo. O corpo é sempre alvo de construções do imaginário. Por esse motivo, a autora afirma que ele somente pode ser conhecido e compreendido levando em consideração a outra fantasia instaurada pela cultura, ou seja, aquela que se funda no “real”, lembrando que os limites do real se constituem a partir do paradigma da heterossexualidade. Há uma crença de que o desejo ocorre a partir da realidade de partes do corpo, de

dominante é se transformar em lésbica ou gay, como faz a teoria de Monique Wittig, criticada por Judith Butler. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 154.

¹³⁷ “Não existe identidade de gênero por trás das expressões de gênero; aquela identidade é constituída performativamente pelas expressões que são compreendidas como seus resultados. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 33.

¹³⁸ Foi visto ao longo do capítulo anterior um esforço na trajetória histórica para traçar um perfil de mulher voltado para a esfera doméstica, para os cuidados com a família, com os filhos e sua honra. A preocupação com a naturalização dessa perspectiva foi bastante forte. Porém, tanto não é um aspecto natural da mulher, que já no início da Idade Média havia resistência. Além disso, se fosse

uma suposta literalidade dos órgãos sexuais feminino e masculino, da inexorabilidade da anatomia, que dita a união e o desejo natural entre os sexos¹³⁹. A crítica elaborada por Butler a essa concepção anatômica do desejo constata um grande limite imposto ao prazer. A homossexualidade é interpretada como ilegítima.

Colocadas as principais questões em relação ao modelo de heterossexualidade e suas implicações na homossexualidade, cabe ainda fazer uma análise breve acerca da representação da maternidade, uma vez que no capítulo anterior o feminismo de origem maternal foi abordado como uma das principais correntes da primeira onda. Obviamente, é difícil e até mesmo impreciso realizar uma associação direta entre essa primeira onda e a teoria de Kristeva, especialmente após Butler esclarecer que essa autora parte de premissas da psicanálise, precisamente lacaniana, para realizar o seu percurso de uma possível subversão feminina da lei paterna. Porém, é o momento em que o corpo materno retorna ao centro do trabalho.

Butler aborda e critica a concepção acerca da maternidade e sua relevância para a mulher a partir da teoria de Kristeva, considerando que a última trabalha com uma concepção de corpo materno anterior ao discurso. O corpo materno para ela é um dado prévio no qual a cultura se fundamenta e elabora todos os significados a partir dele. Ele seria a própria causa do discurso, seu ponto de partida, em outras palavras, a origem implícita de toda a cultura. Porém, para Judith Butler essa anterioridade não é possível. Retomando o argumento de Foucault, Butler afirma que a defesa da anterioridade do corpo materno não passa de uma estratégia para que as relações de poder que produzem esse corpo se ampliem, forjando uma origem fora delas. Na verdade, na concepção de Butler, o corpo materno é uma consequência do sistema responsável pela regulamentação da sexualidade, que compreende o corpo da mulher como algo talhado para a maternidade, como sendo esta a sua essência, o seu destino e o seu maior desejo¹⁴⁰.

natural, não haveria necessidade da construção de todo um aparato de controle para garantir o desenvolvimento da mulher de acordo com o ideal identitário constituído pela cultura.

¹³⁹ Cf. BUTLER, Judith, *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 90.

¹⁴⁰ Ibid., p. 117 et. seq.

Não é tão simples defender essa compreensão acerca da maternidade e, nesse aspecto, as críticas de Butler são bastante pertinentes. Para chegar a essa conclusão, basta retornar ao capítulo anterior e perceber que a maternidade estava longe de ser a essência da mulher. Foi demonstrado que as mulheres que fugiam de suas famílias na Idade Média para os conventos, por exemplo, o faziam justamente por não estarem satisfeitas com a proposta da vida conjugal e familiar daquela época. Os conventos eram mais atrativos, especialmente no primeiro momento, em que os mosteiros eram mistos e muitos controlados por mulheres, que administravam cidades próximas a eles e que podiam pregar da mesma forma que os homens. Muitas deixavam até mesmo sua própria família, seus filhos para a dedicação à vida religiosa. Assim, foram demonstradas no capítulo, nas origens do(s) feminismo(s), grandes disputas sobre formas de vida alternativas às que insistiam em apresentar como padrão às mulheres de acordo com as especificidades de cada momento. Recuperando um argumento anterior, se fosse efetivamente parte de uma suposta essência feminina, não haveria necessidade de todo um aparato de poder, inclusive no que se refere às propostas posteriores de educação das mulheres, especialmente fundadas na teoria de Rousseau, com o objetivo de naturalizar determinados valores e reprimindo lutas contrárias a eles.

Foucault é sem dúvida uma das maiores influências no desenvolvimento do pensamento de Butler. Porém, a autora também realiza críticas em relação a Foucault, especialmente comparando a estrutura do primeiro volume da História da Sexualidade com o caso Herculine Barbin, que, para a autora, apresentam-se como textos contraditórios. A sexualidade em Foucault está tomada pelo poder. Sendo assim, não se pode conceber uma sexualidade anterior ou posterior à lei. Esse foi o raciocínio que estruturou as críticas elaboradas por Butler apresentadas até o momento.

A hermafrodita francesa Herculine foi classificada como pertencente ao sexo feminino ao nascer. Após consultar inúmeros médicos e conversar com padres sobre seu caso, ela foi autorizada a trocar a classificação de seu sexo por masculino, em um zelo para que o verdadeiro sexo acabasse prevalecendo na situação. Foucault questiona a suposta necessidade de se ter um sexo verdadeiro definido para Herculine. Butler aponta que, a princípio, Foucault parece compatibilizar sua análise do caso Herculine com as estruturas de poder que elaboram constantemente a sexualidade. Porém, ela pensa que a análise de

Foucault sobre Herculine desconsidera completamente as relações de poder que irão originar e condenar a sua sexualidade. Para Butler, ele dá um tom romântico ao mundo de Herculine, como se ela ou ele vivesse uma experiência de sexualidade livre da estratégia das identidades¹⁴¹.

Ao longo do livro *História da Sexualidade: a vontade de saber*, a construção do sexo é retratada como algo produzido com o intuito de regular e exercer um controle sobre a sexualidade. Além disso, ela atende a outro interesse, qual seja, o de unificar de forma artificial uma diversidade de funções sexuais que não possuem qualquer relação a priori. Por último, há um discurso em que o sexo é colocado em uma posição inicial, uma essência da qual derivam os diferentes desejos, as sensações e os prazeres, todos eles partindo de um sexo determinado. Os prazeres sexuais são, dessa forma, compreendidos de acordo com cada sexo. Objetivando combater a estratégia da utilização do sexo como essência, como causa da sexualidade, o autor aborda o sexo utilizando uma outra perspectiva, na qual ele é consequência e não origem. A sexualidade, na verdade, é para ele um sistema histórico de grande complexidade no que se refere ao envolvimento das estruturas de poder para sua elaboração e cuja função é estabelecer o sexo, ou seja, uma identidade, para que as relações de poder consigam se perpetuar. Na medida em que o sexo ganha um caráter de essência, ele passa a ser intangível, ficando fora do alcance das relações de poder e, por isso, distante das disputas que ocorrem entre essas forças. Por esse motivo, as análises que são feitas sobre a sexualidade acabam incidindo no sexo como sua origem e o sexo encerra a discussão, por ser a origem ou a causa da sexualidade.

To be sexed, for Foucault, is to be subjected to a set of social regulations, to have the law that directs those regulations reside both as the formative principal of one's sex, gender, pleasures, and desires and as the hermeneutic principle of self-interpretation. The category of sex is thus inevitably regulative, and any analysis which makes that category presuppositional uncritically extends and further legitimates that regulative strategy as a power/knowledge regime¹⁴².

¹⁴¹ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 120.

¹⁴² Ser sexuado, para Foucault, é estar sujeito a uma série de regulações sociais, ter a lei que conduz aquelas regulações consiste em ambos como o princípio formativo do sexo, gênero, prazeres, e desejos e como o princípio hermenêutico de auto-interpretação. A categoria do sexo é deste modo inevitavelmente regulativa, e qualquer análise que faça dessa categoria uma pressuposição sem crítica estende e promove a legitimação da estratégia regulativa do regime de poder/saber. Ibid., p. 122.

O caso de Herculine é percebido por Foucault de uma forma diferente, pois o autor irá se esforçar para demonstrar como um corpo hermafrodita, com o sexo indefinido, pode seguir em sentido contrário à regulação. A impossibilidade de se determinar um sexo específico implica em uma possibilidade de fazer desaparecer todos os significados que são atribuídos ao corpo a partir do modelo binário de identidade dos sexos. Os prazeres para Herculine não estariam restritos ao sexo, não decorreriam dele. Nesse sentido, pode ser vislumbrado em Foucault um processo de emancipação que, para Butler, não fica claro na História da Sexualidade. Sendo assim, ela reconhece nele um momento em que o sexo resulta em uma multiplicidade sexual primária.

A contradição apontada por Butler em Foucault é exposta através de Herculine, na medida em que a avaliação dele da história da hermafrodita traz um viés emancipatório, de liberdade sexual, que não parece ser possível, ou pelo menos facilmente detectado na História da Sexualidade. A narrativa da vida de Herculine deixa claro que ela passou por um grande período de insatisfação, o que é compreensível. Desde cedo ela se sentia diferente das demais meninas. Na publicação que Foucault faz sobre o caso com base nos boletins médicos não há qualquer dado que possibilite afirmar que Herculine fizesse referência expressa e direta à sua anatomia, apesar de ter dito aos médicos que tinha algo entre um pequeno pênis e um clitóris grande. Além disso, os médicos disseram não haver vagina e qualquer sinal de seios. Herculine se considerava um grande erro da natureza, se sentia sem um lugar na sociedade e, por isso, era muito solitária e com um desejo que considerava insaciável.

Todas essas condições pelas quais Herculine passa a levam a uma fúria muito grande em relação aos homens, apesar dela assumir essa identidade na sua relação com sua amante Sara, e em sua relação com o mundo, que irá culminar com seu suicídio. Por esse motivo, é muito difícil reconhecer em seu caso uma sexualidade exercida de forma plena, sem a interferência do poder, da identidade. Sua sexualidade não está fora da lei, ela simplesmente diz respeito a uma sexualidade ambivalente, segundo os parâmetros das normas.

Herculine narra desde suas relações com as meninas de seu colégio até seu envolvimento já na fase adulta com Sara. Em razão da culpa que sentiu e do seu estranhamento genital, ela procurou um médico e um padre para contar seu segredo e conversar sobre sua condição e sua forma de vida. Após essa confissão

ser feita, ela foi obrigada a deixar Sara. As autoridades concedem a ela uma transformação legal que a faz homem. Sendo assim, Herculine foi obrigada a utilizar roupas de homem e começou a ter as obrigações e também os direitos que aos homens eram concedidos pela sociedade. Pode-se alegar que antes de virar homem, Herculine conseguia viver livremente seus prazeres sem a regulamentação que decorre das categorias estabelecidas a partir do sexo.

Porém, essa perspectiva tão radicalmente subversiva da sexualidade de Herculine não parece ser a mais adequada para Butler. A questão pertinente, nesse sentido, é acerca das práticas sociais que levariam a esse tipo de sexualidade. Sendo assim, cabe uma reflexão sobre a capacidade produtiva do poder, os mecanismos pelos quais os sujeitos são produzidos e subjugados ao mesmo tempo e como se realizou a produção da sexualidade no caso específico de Herculine, como, por exemplo, as convenções sobre a homossexualidade feminina, que incidiram em sua vida. Herculine teve uma educação considerada muito adequada para uma jovem de sua época, leu romances clássicos e seus estudos religiosos fundados no Cristianismo também foram fortemente estimulados. Por esse motivo, Butler acredita ser bastante difícil considerar para ela uma sexualidade livre de qualquer investimento realizado pelas normas instituídas a partir do sexo, como se ela fosse dotada de uma sexualidade anterior à norma.

Há ainda um outro risco na análise do caso de Herculine, que diz respeito a uma interpretação fundada na fatalidade da biologia. Nessa hipótese, o interesse de Herculine em mulheres bem como a ausência de uma característica “típica” de mulher e uma manifestação ainda que imperfeita de uma característica masculina para esse contexto poderia indicar que, na verdade, os fatores genéticos, as manifestações biológicas e hormonais possuem uma grande relevância, definindo sim o sexo correspondente. Dessa forma, Herculine manifestaria o sexo masculino de forma predominante sobre o feminino, explicando o seu interesse por mulheres. Esse é um mecanismo de se justificar o modelo heterossexual de desejo e de relações sexuais. O que dificulta fazer a relação entre o seu sexo e o seu desejo é justamente o fato de ser hermafrodita. Por isso, ela associa seu corpo com as transgressões que ela comete no que se refere à sexualidade, em uma relação de causalidade entre o corpo e a sexualidade. A estrutura da essência não está, portanto, afastada, apesar de ser uma essência diferente da “natural”. Foucault

identifica no caso uma multiplicidade, ao invés da unidade instituída pelo sexo. Porém, as interdições as quais Herculine está submetida a levam ao suicídio.

A anatomia do corpo de Herculine não é algo fora das categorias de sexo, ao contrário, ela está inserida nessas categorias, mas causa confusão nelas pelas distribuições feitas entre os atributos masculinos e femininos. Ela pode ser interpretada de forma subversiva não por estar fora dos parâmetros masculino e feminino, e sim por demonstrar que o sexo não decorre de fatores estritamente biológicos aos quais os atributos correspondentes irão necessariamente aderir. A condição de Herculine coloca em xeque a própria separação entre a heterossexualidade e a homossexualidade, pois os parâmetros aos quais os dois são atribuídos, nesse caso, se confundem. Nesse sentido,

(...) the law is not simply a cultural imposition on an otherwise natural heterogeneity; the law requires conformity to its own notion of “nature” and gains its legitimacy through the binary and asymmetrical naturalization of bodies in which the Phallus, though clearly not identical with the penis, nevertheless deploys the penis as its naturalized instrument and sign.

Herculine’s pleasures and desires are in no way the bucolic innocence that thrives and proliferates prior to the imposition of a juridical law. Neither does s/he fully fall outside the signifying economy of masculinity. S/he is “outside” the law, but the law maintains this “outside” within itself. In effect, s/he embodies the law, not as an entitled subject, but as an enacted testimony to the law’s uncanny capacity to produce only those rebellions that it can guarantee will – out of fidelity – defeat themselves and those subjects who, utterly subjected, have no choice but to reiterate the law of their genesis¹⁴³.

Superada a discussão realizada por Butler a partir do confronto entre as duas obras de Foucault, ainda é necessário ingressar brevemente na discussão sobre sexo e gênero que a autora estabelece a partir das leituras de Simone de Beauvoir e Monique Wittig, pois muito do que ela pensa sobre o tema, ela herda desse embate entre as duas escritoras. Simone de Beauvoir cunhou uma frase

¹⁴³ A lei não é simplesmente uma imposição cultural sobre uma heterogeneidade natural diferente; a lei requer conformidade com sua própria noção de “natureza” e conquista sua legitimidade através da naturalização dos corpos binária e assimétrica no qual o Falo, ainda que claramente não idêntico ao pênis, entretanto o organiza como seu instrumento e sinal naturalizado.

Os prazeres e desejos de Herculine não são de forma alguma a inocência bucólica que floresce e prolifera de forma prévia à imposição de uma norma jurídica. Tampouco ela/e cai completamente fora da organização significante da masculinidade. Ela/e está “fora” da lei, mas a lei mantém esse “fora” em seu interior. Com efeito, ela/e incorpora a lei, não como um sujeito determinado, mas como uma testemunha decretada da capacidade nefasta da lei de produzir somente aquelas rebeliões que podem garantir o desejo – fora da fidelidade – derrotá-las a si próprias e aqueles sujeitos que, completamente subjugados, não possuem escolha a não ser reiterar a lei de suas gêneses. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 135.

constantemente utilizada por feministas das mais diversas correntes: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Butler afirma que Wittig se apropria dessa frase como ponto de partida para retomar a discussão sobre sexo e gênero e enfrentar a tão conhecida posição de Beauvoir.

A concepção de Beauvoir sobre a mulher foi amplamente divulgada e é praticamente impossível desconhecer que ela entende essa categoria como decorrente da cultura e variável conforme ela se transforma. Para ela, não se nasce com um gênero específico, ele é adquirido ao longo do desenvolvimento humano. Porém, o sexo seria de outra ordem, da ordem da natureza. Se o gênero é adquirido, quando se faz referência ao sexo, faz-se referência a algo que já é atribuído no momento do nascimento, deixando de passar propriamente pela esfera da cultura. Nessa concepção, o sexo é um atributo típico do ser humano e é imutável.

O peculiar de sua teoria diz respeito à ruptura entre sexo e gênero, uma vez que este não necessariamente irá refletir aquele. O gênero é a esfera que depende e decorre da cultura, sendo, portanto, passível de modificação. Conforme já mencionado anteriormente nesse capítulo, seguindo essa argumentação, seria perfeitamente possível defender que a separação entre sexo e gênero permitiria que um gênero não fosse atribuído de forma vinculante a um determinado sexo, ou seja, a mulher não deveria ser a construção cultural inevitável sobre o corpo da fêmea. Gênero e sexo não corresponderiam, não estariam atrelados. Os gêneros poderiam ser os mais diversos, não estando atrelados ao modelo instaurado pelo dualismo, já que, ao contrário dos sexos, que são fixos, eles estão em constante atividade, podendo superar os limites do sexo.

Quando Wittig retoma a famosa frase de Beauvoir, ela constrói um caminho próprio, pois não é de ordem natural. Trata-se da utilização política de uma categoria da natureza para que seja imposta uma sexualidade necessariamente reprodutiva. O único motivo pelo qual o poder divide os seres humanos em masculino e feminino é para instaurar a heterossexualidade como um padrão de relacionamento. Portanto, o sexo aqui é necessariamente já categorizado pelo gênero. Butler afirma que o sexo para Wittig é naturalizado, mas não é algo natural. O interesse de Wittig a partir desse momento passa a ser diferenciar a mulher da lésbica, pois somente se constata a existência da mulher levando em consideração o dualismo que a opõe ao homem, com o paradigma da

heterossexualidade. Já a lésbica não é definida por uma oposição, não depende do dualismo para existir, na medida em que repudia a heterossexualidade. Ela estaria além das categorias instauradas pelo sexo, uma vez que deixou claro a partir de sua rejeição que essas são categorias construídas culturalmente. A lésbica desestabilizaria as categorias de sexo e gênero.

É importante ressaltar que Wittig entende somente haver um único sexo, o feminino. O masculino não é um sexo, uma vez que ser sexuado para ela é ser particularizado e o masculino é uma pessoa universal¹⁴⁴. A categoria sexo é produzida de forma discursiva e imprime significados que irão oprimir mulheres, gays e lésbicas. A proposta de Wittig é reorganizar, sem fazer uso do recurso instaurado pelo sexo, as descrições dos corpos e das diversas sexualidades, o que levaria, por exemplo, ao abandono dos pronomes que diferenciam, distribuem o direito ao discurso e regulamentam as diferenças de sexo. O sexo é aquilo que dá uma unidade artificial em determinados atributos que não possuem uma continuidade entre eles, uma relação prévia. A unidade é artificial porque, na realidade, a sua organização implica necessariamente em uma fragmentação do corpo e uma redução dele a determinadas partes para que o controle seja mais eficaz, realizado cada vez mais de perto e com maior fiscalização.

A estrutura heterossexual para Wittig foi criada historicamente como se fosse compulsória e sua função é atribuir direitos, dar autoridade e capacidade discursiva aos homens e inviabilizá-los para as mulheres. Ela é reproduzida performaticamente por não só por uma série de atos, mas também pela linguagem ao longo do tempo que produzem a realidade e aos poucos vão se transformando em fatos, ganhando uma aparência de inexorabilidade. No campo lingüístico, para Wittig, há duas possibilidades, sendo a primeira no sentido de para afirmar a universalidade no sentido de incluir pessoas e a segunda para a instituição de um sistema hierárquico, em que há pessoas eleitas para falar, capazes de discursar e outras que são não possuem autoridade para tal feito. Essa repetição produzida pela coletividade de caracterizar as diferenças sexuais acaba fazendo com que elas

¹⁴⁴ É interessante observar aqui uma aproximação entre Beauvoir e Wittig, pelo menos no que diz respeito ao ponto de partida. Beauvoir tem como questão central na introdução de *O Segundo Sexo* a comparação entre a condição da mulher e do homem, na medida em que as mulheres sempre se colocam como mulheres e se preocupam com a discussão do que é ser mulher, assim como os negros ou os judeus, cada grupo em sua condição. Os homens, ao contrário, não têm essa

ganhem um aspecto naturalizado. Denominar o sexo é um mecanismo de dominação, uma performance institucionalizada que se presta a criar e regular a realidade. Somos, portanto, todos induzidos a nos mantermos coerentes com a suposta natureza, quando, na verdade mulher e homem não passam de construções políticas com o objetivo de escravizar. A partir do reconhecimento desse problema, caberia às mulheres lutar para chegar à posição também de falantes, deixando a condição de produzir somente ruídos, nas palavras de Rancière e assumindo os direitos decorrentes dessa luta.

A língua tem um grande peso para Wittig, pois os conceitos e categorias estabelecidos por ela podem produzir uma violência física sobre os corpos de forma bastante intensa com a finalidade de impor os seus significados. Esse é um mecanismo muito utilizado nas mais diversas formas de opressão. A assimetria produzida pela língua identifica a capacidade de fala ao sujeito universal masculino. O falante feminino está, no máximo, restrito a uma fala particular. Esse mecanismo não pode ser compreendido como decorrente de forma direta da natureza, pois o homem não nasce já destinado ao universal enquanto a mulher nasce para o particular, esse mecanismo da língua garante que o universal seja apropriado constantemente pelo homem. Nesse sentido, para que as mulheres superem tal conjuntura pelo discurso, elas devem agir de forma coletiva e fora dos moldes impostos pelo parâmetro instituído pelo sexo, que lhes transforma em sujeitos relativos, particulares. Butler aponta que essa concepção implica em uma abordagem da língua como algo também decorrente de uma unidade existente entre os falantes como seres anteriores ao sexo e à língua.

Além desse problema, Butler ainda identifica em Wittig uma forte tendência em universalizar a heterossexualidade como um mesmo mecanismo de dominação comum em todas as sociedades, crítica semelhante à realizada ao feminismo que universalizou o patriarcado no mesmo grau nas sociedades mais diversas. Wittig critica a heterossexualidade por universalizar seus parâmetros, porém, ela incide na mesma estrutura de dominação alvo de suas críticas. Essa estrutura de seu pensamento a faz concluir, por exemplo, que há somente uma saída para a feminista: transformar-se em lésbica. Da mesma forma que Beauvoir escreve que ninguém nasce mulher, e sim torna-se mulher, Wittig irá entender que é

preocupação de se colocar como homens, não ficam discutindo o que significa ser homem, porque

necessário romper com o paradigma heterossexual e, para isso, em vez de tornar-se mulher, a transformação realizada por qualquer uma deve ser no sentido da homossexualidade para que seja subversiva.

A única saída que a autora vislumbra para o movimento feminista tanto no aspecto social quanto no político é a homoafetividade, em um processo de “lesbianização” do mundo. Ela não está interessada em tratar dos direitos das mulheres e das lésbicas e sim em frear a heterossexualidade já globalizada, impondo suas novas categorias em todos os campos, inclusive no campo lingüístico. O problema apontado por Butler diz respeito à separação que essa teoria de Wittig cria dentro do feminismo, na medida em que exclui aquelas que são heterossexuais. Sendo a única forma de subverter a ordem heterossexual a transformação em lésbica, o que iria impedir que esta também se tornasse uma categoria tão compulsória quanto a estabelecida pela heterossexualidade? É nesse sentido que Butler afirma ser inviável essa conclusão de Wittig, pois seria também um mecanismo que promoveria a exclusão de um segmento social¹⁴⁵. Apesar da heterossexualidade ser tratada como presumida no que se refere às questões de relacionamento, isso não significa que todos aqueles que são heterossexuais são necessariamente determinados.

Wittig funda um novo dualismo ao colocar uma grande ênfase na separação entre heterossexuais e homossexuais. Além disso, podem existir questões nos relacionamentos homossexuais que são semelhantes aos heterossexuais. Não há diferença, por exemplo, se em um relacionamento homoafetivo uma lésbica reproduz o comportamento padrão de um homem em relação à sua parceira no que se refere à dominação de um gênero sobre o outro. Há, nesse caso, uma reprodução de um mecanismo de poder nesse relacionamento dos estabelecidos pela heterossexualidade.

É claro que nos relacionamentos homossexuais esses padrões não são necessários, ao contrário, em geral uma lésbica não deseja nem um corpo feminino fora de contexto nem uma identidade masculinizada, ainda que seja discreta, ela irá querer a desestabilização de ambos, nas palavras de Butler¹⁴⁶. Nesse sentido, elas podem até mesmo retomar o esquema das relações

é a partir desse paradigma universal que as outras categorias serão elaboradas.

¹⁴⁵ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 162.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 156.

heterossexuais, porém, ao mesmo tempo, deslocá-las, dando-lhes um outro sentido. Há também outros mecanismos de poder que constituem e destroem tanto os relacionamentos heterossexuais como os homossexuais. Obviamente, Wittig acerta ao perceber a violência imposta pelo modelo de relação heterossexual, bem como ao deixar claro que o sexo também é fruto de construção cultural, porém, ela não pode deixar de reconhecer outras estruturas de poder bastante fortes e, muito menos, afastar as mulheres heterossexuais do feminismo em virtude delas não seguirem a única saída prevista pela autora, ou seja, a transformação em lésbicas. Butler percebe que Wittig desconstrói o sexo e, por consequência, qualquer unidade que tenha sido estabelecida com base nele e identifica uma série de centros de poder sobre os corpos. Sendo assim, ela não poderia prever uma saída única para o feminismo, menos ainda algo que viesse a sugerir uma substituição de um paradigma heterossexual por um homossexual, pois se são modelos de relações, terão o mesmo papel de estabelecer e legitimá-las, desconsiderando outras possibilidades.

A sexualidade e o poder estão intrinsecamente relacionados, de acordo com a tradição de pensamento seguida por Butler. Por isso, a sexualidade mesmo da lésbica é tão construída por ele como as demais existentes. Dessa forma, não há como defender a possibilidade de um prazer sem qualquer limite dentro das relações homoafetivas. As normas também imperam nessas relações e não podem ser simplesmente negadas. Porém, elas podem ser transformadas em um lugar para as paródias que irão deslocar o aspecto natural e original do modelo de heterossexualidade instaurado. Por fim, cabe novamente uma comparação entre Beauvoir e Wittig acerca da concepção de cada uma sobre a natureza. Enquanto a primeira a considera uma materialidade, um fato concreto, a segunda a considera como uma criação cujo objetivo principal é manter o controle social¹⁴⁷.

Realizada a discussão sobre o conceito de mulher e a hegemonia do modelo heterossexual, o próximo passo será dedicado aos atos performativos, elaborados por Judith Butler e aproveitados por Negri e Hardt quando tratam do movimento da multidão. A primeira abordagem dos atos performativos será feita com o

¹⁴⁷ Wittig também trabalha com a heterossexualidade na perspectiva do contrato social, recurso utilizado por Carole Pateman para fundar a dominação do homem sobre a mulher na Modernidade. Obviamente a noção de contrato social explica uma forma de dominação diferente para cada autora, porém, é interessante ressaltar que ambas consideram essa estratégia como uma forma de justificar um mecanismo de dominação.

intuito de apresentar a construção da teoria, para, posteriormente, trazer as respostas de Butler às críticas feitas após ter sido considerada fundadora da chamada Teoria *Queer* com a obra que a deixou com grande visibilidade no feminismo e também no movimento homossexual. As performances irão ganhar um caráter subversivo a partir da análise de Butler, sendo possível retomar a conexão com o pensamento de Antonio Negri e Michael Hardt.

4.2

A apropriação dos atos performativos pela multidão: uma possibilidade subversiva

Uma das principais preocupações da autora diz respeito às diferenças instituídas entre sexo e gênero, para provocar uma generalização e uma existência prévia do corpo em relação à sexualidade, a partir do sexo. Em outras palavras, o tratamento passivo do corpo, como algo anterior ao discurso que irá receber as inscrições da cultura sobre ele. Essa é uma estrutura oriunda da doutrina Cristã e posteriormente do pensamento Cartesiano, com os dualismos cultura/natureza e mente/corpo, e uma perspectiva do corpo como algo insignificante, sem relevância ou ainda como algo profano e campo de uma suposta essência feminina, até o reforço ocorrido ao longo do século XIX com o surgimento da influência direta da biologia.

O próprio Foucault acaba recorrendo a esse mesmo mecanismo de interpretação do corpo como algo passivo, que será necessariamente subjugado, como o local em que a história irá inscrever seus valores e significados na medida em que são construídos e destruídos, em alguns momentos de sua obra, conforme ressalta Butler¹⁴⁸. Nesse sentido, ela também reconhece em Foucault uma abordagem do corpo como uma página em branco, a ser preenchida pela história e pela cultura. Apesar de Foucault estabelecer que esse corpo existente deve ser completamente destruído para que as inscrições sobre ele tenham um significado, para que os valores consigam prevalecer, há uma manutenção de um corpo definido ou limitado anterior aos significados que serão a ele atribuídos a partir de um movimento de fora para dentro.

¹⁴⁸ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 165.

A diferença entre o externo e o interno, bem como os limites e a escravidão aos quais o corpo é submetido são impostos através da estratégia da identidade. A identidade consiste nas repulsas que são provocadas a partir de criações hegemônicas sobre o sexo, a sexualidade, a raça, enfim, sobre os mais diversos agrupamentos forjados pelo poder, com o objetivo de excluir algumas categorias, criando, dessa forma, o Outro, ou os Outros, aqueles que estão fora, que não fazem parte da cultura hegemônica. A repulsa, portanto, consolida identidades, cria, exclui e regula para dominar e controlar, em um esforço para que as diferenças entre o externo e o interno sejam perpetuadas. Para que isso fosse passível de realização, seria necessário que os corpos fossem completamente impermeáveis, o que seria impossível de se conseguir. Nas palavras de Judith Butler, “this enclosure would invariably be exploded by precisely that excremental filth that it fears”¹⁴⁹. A estabilidade que torna viável a manutenção do interno e do externo é imposta pela cultura, que estabelece uma ordem e uma sanção para que ela não seja violada e para que a diferenciação seja mantida. O procedimento identitário reconhecido por autoras como Kristeva e Iris Young e abraçado por Butler é fundamental para compreender o motivo pelo qual a última tece críticas tão árdias aos movimentos minoritários que insistem em afirmar a identidade.

É interessante observar nesse momento uma conexão direta entre o pensamento de Negri e Hardt com a teoria de Butler e já mencionada ao longo do primeiro capítulo, uma vez que as estruturas de criação de identidade são bastante comuns. Negri e Hardt fazem a ressalva de que a identidade muitas vezes funciona como mecanismo de união interna de um Estado para lutar por liberação em relação a um opressor externo. Porém, internamente é muito comum haver um mecanismo violento de dominação, com um apelo também identitário, para que essa união seja conseguida. Essa observação é perfeitamente cabível em relação às lutas feministas. É muito comum que determinados Estados que precisem se livrar de dominação estrangeira promovam uma união interna a partir de uma oposição entre uma cultura hegemônica que tenta prevalecer sobre ele e a cultura local, em nome da diversidade. Luta bastante legítima nessa perspectiva. Porém, na medida em que as atenções se voltam para o interior desses Estados, o que se constata é

¹⁴⁹ Este fechamento seria invariavelmente demolido por precisamente aquela excrementosa sujeira

uma situação também de grande violência em relação a minorias que ali habitam, mulheres, homossexuais, políticas e religiosas e outros. Em nome da diversidade cultural e da soberania, para fazer frente a grupos opressores de fora, o grupo hegemônico interno se utiliza de um aparato de repressão bastante violento.

Retornando propriamente à identidade estabelecida pelo gênero, ela é formulada a partir da heterossexualidade estabelecida de forma compulsória, associando a sexualidade ao campo da reprodução, para que ganhe um caráter estável. Dessa forma, as categorias do sexo, do desejo e da sexualidade deveriam se manter em uma relação coerente, segundo os parâmetros estabelecidos pelo modelo. Porém, essa estabilidade não consegue se sustentar. Os corpos promovem a desordem nesse modelo criado para regulá-los, fazendo com que ele perca sua força normativa no campo da sexualidade. Os processos de identificação são forjados para que a coerência seja mantida, e para que ela consiga prosperar, fazendo uso de uma série de significações corporais, de atos e gestos que dão uma aparência de essência do corpo, de algo interno a ele, mas que estão de fato em sua superfície.

Os gestos sugerem uma identidade prévia, inata, porém, eles não fazem isso de forma clara e sim obscura. Esses são os atos performativos, isso significa que a essência ou a identidade que tanto pretendem manifestar na verdade são fruto de criação da cultura, que se utiliza do discurso e do sinais produzidos pelos corpos. Nesse sentido, Butler conclui que os corpos são performativos, eles são oriundos meramente dos atos que produzem suas realidades. A ordem e a organização criadas a partir do gênero que ganham uma aparência de inerentes ao ser humano são meras ilusões que servem para regular e controlar a sexualidade, em um esforço de se deslocar uma criação política para a noção de essência, de inexorabilidade do sexo. O gênero verdadeiro do qual alguém faz parte não passa de uma fantasia registrada sobre o corpo de forma superficial. Não há uma verdade sobre o gênero, ao mesmo tempo, ele também não pode ser considerado falso. Ele é simplesmente produto de um discurso de identidade instaurada pelo poder a partir de um determinado momento.

Butler ganhou notoriedade como fundadora da Teoria *Queer* ao defender que *drags*, transformistas e outros que adotem um comportamento estilizado do

sexo mexem justamente com a idéia de uma identidade de gênero estabelecida de forma prévia. Ela observa, entretanto, que esse tipo de comportamento não foi bem recepcionado no meio feminista, especialmente por dois motivos. O primeiro seria um entendimento acerca dos *drags* e dos transformistas como uma espécie de degradação da mulher e o segundo porque tais comportamentos seriam apenas uma apropriação dos estereótipos estabelecidos em relação aos papéis atribuídos a cada gênero a partir do modelo heterossexual¹⁵⁰. Tal crítica do feminismo vislumbrava especialmente atingir os casais de lésbicas que adotavam os padrões masculino e feminino, cada uma com um papel no relacionamento.

A autora responde a essas críticas reconhecendo uma maior complexidade nas noções de imitação e de originalidade estabelecidas como parâmetros pelo feminismo para desconsiderar a paródia das *drags*. O comportamento desses grupos, a princípio, segregados do feminismo expõe de forma bastante clara a possibilidade de se provocar uma ruptura entre a primeira identificação, ou seja, aquela estabelecida como originária a partir da relação entre sexo e gênero, e a experiência de gênero, pois esta pode ser reformulada, vivenciada de forma diferente. A paródia está justamente na cisão entre a anatomia da *drag* ou de quem realiza a performance e o gênero que está sendo exibido. A ruptura realizada passa pelas questões que relacionam o sexo ou anatomia, a identidade estabelecida pelo gênero que deveria ser apresentada e o gênero que é reproduzido de fato. A divergência é instaurada entre o sexo e o gênero e entre o gênero e a performance. Além disso, *drags* podem até mesmo criar uma figura unificada de mulher, porém, é sempre uma figura que irá desmascarar os processos de naturalização e de regulação desencadeados pelo gênero. *Drags* imitam o gênero e, ao fazerem essas imitações, revelam que o gênero em si é reproduzido, ou seja, é imitado.

Nesse sentido, a coerência entre sexo e gênero estabelecida pelo parâmetro da heterossexualidade e da reprodução é rompida e, em seu lugar, surge uma concepção desnaturalizada dos dois através das performances. Sendo assim, não é somente o modelo de relação heterossexual que está em xeque e sim todas as divisões sociais e de trabalho que decorrem dessa suposta relação complementar necessária imposta pelo modelo reprodutivo, que atribui papéis diferentes de acordo com o sexo. Esses papéis instituídos foram questionados das mais diversas

¹⁵⁰ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 174 et. seq.

formas ao longo da história do feminismo, conforme visto anteriormente, em um esforço do poder constituinte em persistir na liberação da mulher. Porém, não há dúvida em relação à radicalização que a Teoria *Queer* constata nas experiências *drags*, e também não é por outro motivo que ao longo do desenvolvimento do feminismo muitas mulheres sentiram a necessidade de se vestirem como homens para que a realização de seus projetos de vida fosse possível, utilizando a performance como uma linha de fuga.

O deslocamento propiciado por essas performances cria identidades mais fluidas, abertas e mais fáceis de abordar contextos diferentes. A paródia promovida por elas tem a função de desconstruir a noção essencialista de gênero. Obviamente, as performances partem dessas noções hegemônicas, mas permite a desnaturalização delas. As paródias as inserem em contextos variados, por isso as imitações promovem um processo de deslocamento do significado de origem. A partir desse mecanismo, cabe o reconhecimento de que a origem é um mito, não havendo tal conceito de uma identificação originária que irá determinar tudo, o gênero deve ser percebido como construção histórica da cultura acerca dos significados impostos a sujeitos a partir de uma série de imitações, de repetições responsáveis por causar a sensação de um gênero previamente estabelecido¹⁵¹.

Porém, a subversão não decorre diretamente da paródia. Por isso, é importante perceber o que faz de uma paródia uma repetição que contribui para causar distúrbios na concepção de gênero e o que faz uma repetição ser meramente a reprodução da cultura hegemônica. Esse aspecto irá variar de acordo com o contexto no qual a subversão e as confusões causadas por ela serão promovidas. Reconhecer quais performances irão transtornar o paradigma do gênero e sua naturalização e quais irão afirmar o masculino e o feminino contribuindo para sua estabilização pode ser complicado. Para Butler o corpo não é um ser constituído e sim uma superfície cujos limites e o grau de permeabilidade serão regulados pelo poder, segundo os significados impostos pelo gênero e a hierarquia por ele estabelecida e pela heterossexualidade. Não seria possível afirmar que um gênero constitui o interior dos corpos. Os gêneros dos corpos, de

¹⁵¹ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 176.

acordo com a autora, são tão numerosos quanto os mais variados estilos de carnes¹⁵².

O gênero é um ato, no sentido de ser necessário para que ele se estabeleça uma performance repetida diversas vezes. Por sua vez, as repetições são as mesmas vivências sociais com significados já estabelecidos. Elas promovem a legitimidade dele, fazendo com que ele ganhe um aspecto natural. Existem corpos que atuam publicamente estilizando o gênero e os significados que dele decorrem. Os atos que estilizam o gênero têm um caráter temporal e uma dimensão coletiva. A performance, nesses casos, se desenvolve com o objetivo de manter o dualismo no gênero, de forma estratégica, para que fique claro que ele não é um atributo dos sujeitos e sim os forma e consolida. Butler coloca ênfase no fato do gênero não ser uma identidade estável dos quais os atos irão decorrer de forma natural. Ao contrário, ele é construído historicamente a partir de uma série de atos. Dessa forma, ele irá produzir um determinado estilo no corpo.

A identidade de gênero é, portanto, estabelecida por uma série de atos estilizados, de repetições e de gestos ao longo do tempo e não por uma identidade originária. Esses mecanismos de atos e gestos fazem a aproximação com a suposta essência daquela identidade. Porém, há sempre o risco de ser percebida a contingência dessa identidade. É nesse momento que Butler vislumbra a saída para tal situação. As transformações que podem ocorrer nas relações de gênero devem se apropriar do momento em que é constatada a arbitrariedade e a atribuição aleatória desses atos. Assim, a repetição pode ser falha ou deformada a partir das paródias, mostrando a construção do gênero a partir do poder¹⁵³. A constatação de que o gênero é um ato performativo confirma a inexistência de uma identidade anterior que estabelece os atributos do gênero e seus atos de forma prévia. Perde-se, portanto, a possibilidade de se estabelecer como parâmetro um gênero que seja verdadeiro, válido e outro que não seja viável. As próprias idéias de que existem um sexo e uma masculinidade e feminilidade são também estratégias para se fundamentar a identidade e contribuir para a perpetuação das formas de dominação exercidas pelos modelos hegemônicos de masculinidade e de heterossexualidade.

¹⁵² Ibid., p. 177.

¹⁵³ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 179.

Existem diversas teorias feministas que trabalham com a concepção de identidade, conjugando problemas como os de classes sociais, raças, sexualidade e diversas outras. Butler ressalta que todas elas concluem o rol de interessados e afetados pela luta feminista sempre com um *etc*. Isso para a autora sugere algo de extrema relevância, que é a impossibilidade de se concluir uma lista desse porte. Os sujeitos dela estão sempre situados, porém, os adjetivos nunca são suficientes para categorizá-los de forma integral. Para a autora, essa impossibilidade é muito importante, pois expõe que o processo de significação não tem limites. Pelo *etc* há ainda um grande campo para que o feminismo amplie suas atuações políticas e seja sempre aberto a novas categorias excluídas.

Retornando, especificamente, às repetições subversivas, Butler retoma a divisão tradicional entre sexo e gênero, com o sexo na esfera do fato, realidade da qual não se consegue fugir, e com o gênero na esfera da cultura, de sua inscrição sobre o corpo. Não é importante para a autora levantar questões sobre o significado dessas inscrições. O tema relevante diz respeito aos aparatos utilizados pela cultura e quais são as perspectivas de intervenções na repetição que afirma o gênero para subvertê-la na medida em que se percebe que a faticidade do sexo é uma construção para que os corpos a tenha como um referencial instituído, apesar de tal ponto nunca ser atingido.

As superfícies do corpo sofrem uma atuação no sentido de naturalizá-las. Porém, essas mesmas superfícies podem ser o lugar adequado para que as performances que irão desnaturalizá-las sejam exercidas. As paródias podem ser um recurso subversivo, para que tudo aquilo considerado original e real passe a ser um efeito. Assim, as normas de gênero têm sua estrutura abalada. A consequência é a multiplicação de diversas categorias de gênero, bem como o distúrbio causado na identidade e a derrocada do gênero como essência, como algo localizado no interior do corpo. Há também uma subversão da abordagem naturalizada das relações heterossexuais, que possuem como sujeitos atores um homem e uma mulher.

O feminismo, assim como outros movimentos de minorias, parece ter quase sempre feito uso do apelo da identidade para as suas lutas, com a necessidade de se definir o seu sujeito, a mulher. Esse apelo ora reuniu ora causou diversas rupturas no movimento, fazendo surgir as mais diversas correntes que abarcavam outras identidades também forjadas pelo poder. O interessante na abordagem de

Butler é justamente o reconhecimento da autora em relação a ao recurso da identidade, pois ao mesmo tempo em que o feminismo entendeu ser fundamental para a sua luta política, esse foi um recurso que colocou limites a ele no que se refere aos avanços e possibilidades culturais aos quais ele deveria estar aberto e receptivo, fazendo com que a luta feminista ganhasse mais espaço, conseguisse se expandir.

Ele deixou de compreender, durante muito tempo, que o sexo deveria ser tratado como uma estrutura constitutiva de poder e não como um fundamento natural que serviria para a união de todas as mulheres. A autora observa que, na medida em que a identidade passa a ser considerada um efeito, e não mais a origem, uma possibilidade que estava fechada pelas teorias que consideram a identidade como algo fixo é agora aberta. A identidade deixa de ser uma completa fatalidade e pura arbitrariedade. A partir dessa desconstrução realizada pela autora, há a possibilidade de novas construções que irão atender melhor às necessidades do movimento feminista.

Por esse motivo, o feminismo não deve se preocupar em ficar fora das identidades forjadas pelo poder, já construídas. Isso iria fazer com que ele se perdesse, inclusive, de suas questões culturais locais que devem ser trabalhadas, fazendo com que um sujeito universal fosse também forjado, retornando, dessa forma, às estratégias de dominação que criticam muito bem. Sua principal preocupação, ressalte-se, bastante complexa, é procurar estratégias de repetições subversivas que são viabilizadas ou mesmo permitidas pelas incoerências internas da própria tentativa de estabilização ds identidades. Isso é o que a autora denomina como “immanent possibility of contesting them”¹⁵⁴. A desestabilização é um mecanismo característico da resistência, conforme interpretado por Antonio Negri¹⁵⁵.

Cabe ressaltar que a autora desconstrói termos, em especial mulher e identidade, porém, ela faz uma ressalva que aparece ao longo de todo o seu

¹⁵⁴ “Possibilidade imanente de contestá-las”. Por isso, houve a necessidade de abordar o plano de imanência no capítulo inaugural. Os principais autores aqui trabalhados produzem a partir desse pressuposto e a crítica específica de Butler aos modelos identitários seria inviável se ela não trabalhasse com o plano de imanência, bem como a explicação da origem dada por Negri e Hardt da identidade na Modernidade. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 188.

trabalho reiteradamente: desconstruir a identidade não é desconstruir a política e sim é colocar como política a utilização e articulação da identidade em vez de dar um aspecto natural a ela¹⁵⁶. A preocupação da autora é justamente mostrar a estratégia de naturalização por trás desse conceito. Há nessa discussão ainda um outro problema para o feminismo, pois a crítica que desestabiliza esses dois termos causa transtorno para ele, pois são conceitos que fundam o movimento. Ao mesmo tempo em que ele parte de um pressuposto presumido, fixado, o qual ele mesmo ajuda também a fixar, qual seja, a identidade “mulher”, ele pretende liberá-la, o que pode parecer uma situação paradoxal e uma forma deve ser encontrada para o retorno do processo liberatório.

A repetição dos atos performativos não é uma escolha, ela acontece em função da reprodução das identidades. Portanto, a questão não está no plano da possibilidade ou não de uma repetição e sim na forma pela qual essa repetição irá ocorrer para que as normas de gênero sofram um deslocamento, possibilitando que os gêneros sejam proliferados. Sendo assim, a principal questão do feminismo é saber se apropriar novamente desses momentos para que as barreiras instituídas pelo gênero, ou poder constituído, possam ser absorvidas pelos atos performativos subversivos, ou poder constituinte, e transformadas em processo de liberação da mulher, com toda a fluidez e amplitude que o termo “mulher” possa alcançar.

O feminismo, para Butler, é cunhado com o objetivo de provocar transformação social nas relações de gênero, ainda que o termo gênero não seja o mais adequado para ser utilizado após a exposição do desenvolvimento teórico da autora. As variações entre as teorias feministas se referem às diversas formas de transformação social que podem decorrer de cada uma delas, na medida em que uma considera relevante um determinado tipo de transformação, enquanto outra se

¹⁵⁵ Tema já abordado ao longo do primeiro capítulo, ao se realizar a análise da insurreição, da resistência e do poder constituinte a partir da perspectiva trabalhada no livro *Cinco lições sobre o Império*.

¹⁵⁶ Ao longo do trabalho foi citada a concepção de política de Rancière e a diferença que ele aponta entre política e polícia. O autor atribui a banalização do termo política a uma interpretação equivocada do conceito de poder de Foucault, que atrela o poder à política. Seu conceito de política foi apresentado no primeiro capítulo, bem como a diferença entre política e polícia. No caso de Butler, ela parece fazer tal confusão entre poder e política quando se adota a diferença observada por Rancière entre os termos. Por esse motivo, quando a autora fez uso da política em seu sentido amplo, no sentido de poder, a dissertação apresenta o termo poder, para se adequar à perspectiva de Rancière, adotada inicialmente. Porém, é importante fazer a ressalva da utilização desses termos ao longo desse capítulo, para evitar uma compreensão equivocada acerca da coerência do texto.

dedica a um rumo diferente para o feminismo. Na perspectiva da autora, a própria teoria feminista já pode ser considerada como uma transformação, apesar de não ser suficiente para que essas transformações se reflitam nos campos da política e do social. Nesse sentido, as intervenções, as ações dos movimentos são de grande importância. No momento dessas transformações sociais, a autora considera que todos nós somos filósofos¹⁵⁷.

As perguntas que devem pautar o feminismo para que ele consiga promover as transformações sociais são aquelas que refletem preocupações acerca da própria sobrevivência da mulher. Sendo assim, são questões que pensam sobre as formas de vida consideradas como vida pelo poder, e de quem é o privilégio de viver, bem como tudo aquilo que leva à definição de seu início e fim e quais são as estratégias para que uma vida seja jogada contra outra. Além disso, devem ser consideradas também as discussões sobre as condições e os significados nos quais elas devem surgir e quem deverá ser designado para cuidar delas assim que surgem, bem como quem deverá cuidar da vida da mãe e quais são os valores que irão tutelá-la. Essas últimas questões são ainda de maior relevância, uma vez que o feminismo maternal sempre tende a retornar. Por fim, a última questão trabalhada sobre o tema é no sentido de produzir uma reflexão sobre a morte daqueles que não se ajustam ao gênero ao qual deveriam pertencer, segundo as normas por ele estabelecidas. Estão incluídas nessa última questão as formas de contestação do modelo instituído pelo gênero e os papéis atribuídos a cada um a partir dele. Tudo isso significa que a proposta é pensar sobre como a vida é organizada pela cultura, como são estabelecidos os valores e as normas que regulam o corpo e como surgem novos valores e normas que podem mexer na estrutura dos antigos.

A autora aborda a normatividade a partir de um duplo sentido, pois ora é considerada uma aspiração social, um norte para as ações e relações sociais, ora diz respeito ao procedimento que normaliza determinadas concepções, estabelecendo de forma coercitiva o desenvolvimento dos homens e das mulheres a partir dos critérios definidos como modelos. Essas normas são responsáveis por governar a vida e definir os verdadeiros homens e mulheres. Por isso, ao afrontar essas normas, as vidas já não sabem mais se existem ou não ou se têm algum valor, se

¹⁵⁷ Cf. BUTLER, J., The question of social transformation, In BECK-GERNSHEIM, E., BUTLER,

seus gêneros são reais ou não, em virtude de estarem em sentido contrário aos modelos da norma.

A norma promove uma união, porém, essa união ocorre a partir da exclusão, no caso, da exclusão realizada a partir do gênero. Dessa forma, é sempre necessário perceber quais são os tipos de normas que o governam. Um dos esforços da autora ao longo do *Gender trouble* foi realizar esse reconhecimento. Além disso, ela demonstrou que, apesar de não haver uma possibilidade fora da estrutura das normas, elas não são fixas, ou estabelecidas previamente. Elas decorrem de práticas culturais. Sendo assim, podem ser rejeitadas, transformadas, não necessitando de aceitação na forma como elas se encontram.

A obra fundadora da Teoria *Queer* foi escrita com o objetivo de analisar os procedimentos instaurados pela heterossexualidade, pelos processos de identidade, para a normalização das relações de gênero e para perceber as possibilidades de ruptura trazidas por quem causa confusão nas normas de gênero. O seu fundamento não foi a dignidade da pessoa humana, um mero reconhecimento de outras formas de vivenciar o gênero. O objetivo ia muito além disso, pois a autora afirma que queria causar um grande distúrbio na forma como a própria teoria feminista e as demais teorias sociais costumavam abordar e trabalhar com as questões de gênero.

A teoria apresentada realmente causou grandes distúrbios, pois tanto nas teorias feministas como nas estruturas de um patriarcado, a cultura que servia de modelo para ambos naturalizava as diferenças sexuais, estas estavam bastante arraigadas como pressuposto de grande parcela do feminismo. O distúrbio foi causado, portanto, pela contestação da diferença sexual em si realizada por tal teoria. Nesse sentido, a partir dessas críticas, as possibilidades aumentaram, havendo quem quisesse ser incluída na categoria “mulher”, quem questionasse o seu pertencimento a tal grupo e quem defendesse a existência de categorias diferentes, alternativas às já moldadas. Todas essas possibilidades teóricas surgiram após o advento da Teoria *Queer*.

Um dos argumentos mais citados da Teoria *Queer* diz respeito às categorias estabelecidas nas relações homoafetivas, pois segundo o argumento de Butler, elas não correspondem aos modelos tradicionais de homem e mulher estabelecidos

pela heterossexualidade, mas ao contrário, trabalham para que a originalidade estabelecida pela heterossexualidade seja desconstruída, a partir do momento em que expõem a performatividade da qual a originalidade é fruto. Apesar do argumento enfático de Butler no sentido de negar a mera cópia nas repetições desses relacionamentos em relação ao gênero, cabe ressaltar que o caráter subversivo dessas repetições também não é automático e, dependendo do caso, pode sim significar uma mera cópia da estrutura heterossexual de relacionamento, se uma das partes faz uso do mesmo mecanismo de dominação masculina que aparece nas relações heterossexuais propriamente ditas. A subversão está atrelada à ruptura entre a sexualidade e o gênero que determinado corpo deveria reproduzir, porém também está atrelada à possibilidade de criação, de reinvenção dos gêneros a partir dessa ruptura. De qualquer forma, é pertinente a posição da autora que considera relevante o fato dessa estrutura homoafetiva deixar bastante claro que não há originalidade, que há em seu lugar sempre uma construção performativa.

As teorias feministas tinham diversos argumentos para que a manutenção das diferenças sexuais prevalecesse. Havia algumas que se apoiavam na biologia para defender a necessidade das diferenças entre os sexos. Outras entendiam que essas diferenças eram fundamentais para que a cultura e a linguagem conseguissem nascer. Nesse segundo caso, existia ainda uma divisão entre aqueles que consideravam essa ordem simbólica entre os sexos inevitável, sugerindo que o patriarcado é algo inexorável em nossa sociedade, do qual não se pode escapar, e aqueles que, apesar de considerarem as diferenças sexuais entre homens e mulheres inevitáveis, o formato instituído pelo patriarcado poderia ser contestado. Butler insiste acertadamente que as diferenças entre homens e mulheres não são compreendidas quando se recorre somente às diferenças sexuais no sentido tradicional, ou seja, entre macho e fêmea. Ao contrário, as distinções entre macho e fêmea estão longe de auxiliar na complexa relação de gênero estabelecida pela cultura. A diferença sexual está relacionada a uma ordem simbólica, que estabelece os conceitos de homem e mulher. Esses conceitos não possuem uma formulação tão óbvia quanto o que se costuma argumentar.

As diferenças sexuais foram tão combatidas pela a autora em virtude dela ter como objetivo desconstruir o essencialismo que se apoiava sobre elas e afirmava que o gênero era uma verdade, pertencendo ao interior do corpo, era um dado que

não podia ser contestado, como um fato natural. O final do *Gender trouble* é dedicado a uma análise sobre o movimento de *drags*, que, através da paródia, leva a rupturas políticas das relações de gênero e entre sexo e gênero. A autora recebeu algumas críticas em relação a esse tratamento dado a tal movimento. Em suma, foi sugerido que ela reduziu a política à paródia e, além disso, que atrelou o movimento *drag* a uma forma de resistência e de intervenção¹⁵⁸.

A resposta a essas duas críticas é dada pela autora ao longo da releitura e das considerações que ela faz sobre seu trabalho. O primeiro ponto a ser considerado é a própria experiência de Butler. Ela afirma que o trabalho de *Gender trouble* decorreu mais de sua experiência de militância do que de uma pesquisa teórica. Nesse sentido, ela retoma a sua história para esclarecer que durante a sua juventude ela freqüentava um bar gay, que depois passou a ser voltado para o público *drag*. O ambiente do bar a colocava, portanto, em contato com pessoas desse movimento, que a faziam pensar sobre as teorias de gênero. Aqueles que tinham uma definição primária como homens conseguiam fazer transparecer um feminino muito mais forte do que a representação da autora, apesar dela ter sido submetida à definição primária de feminino. Eles eram capazes de expressar melhor do que ela esse gênero e, além disso, desejavam mais essa representação do que ela. Por outro lado, a autora nunca conseguiu sentir que aquela feminilidade que eles expressavam fazia parte dela.

A experiência vivenciada por ela nesses locais a fez concluir que somos compelidos a representar determinado gênero, segundo as normas que o regulamentam e essa forma de atuação do poder nas superfícies dos corpos com o intuito de constitui-los é caracterizada por ela como algo muito violento. O aparato de controle passa pela cultura, pelas leis e pelos códigos psiquiátricos, por exemplo, e tudo o que for necessário para tornar esse paradigma cada vez mais institucionalizado. Atualmente, as violências ainda são impostas de acordo com a performance de gênero realizada.

Essa observação não é pertinente somente para a reflexão sobre as performances que rompem com o liame imposto entre sexualidade, sexo e gênero. Ela serve também para interpretar os atos performativos dos movimentos

¹⁵⁸Cf. BUTLER, J., The question of social transformation, In BECK-GERNSHEIM, E.; BUTLER, J.; & PUIGVERT, L., *Women and social transformation*, p. 9.

feministas que tinham como objetivo fazer oposição à divisão de papéis tradicionalmente realizada pelo poder também a partir das categorias homem e mulher e que foram alvo constante dos esforços do poder constituído para limitá-los, fazê-los retroceder. O movimento de *drags* contribui para demonstrar uma possibilidade de rearticulação dos parâmetros impostos pelo gênero e pela heterossexualidade. A forma pela qual o gênero é instituído, transformado em algo estável e naturalizado tem grande relevância, mas também é importante aos olhos da autora reconhecer os momentos em que são realizados os desafios ao dualismo instaurado no gênero através de atos que extraem qualquer coerência inerente a ele, pois é a partir desse momento que o gênero passa a ser compreendido como construído culturalmente e, por isso, passível de reformulação.

A performance *drag* ingressa no campo da política¹⁵⁹ por demonstrar que as noções de real, ou de sensível, podem ser alvo de disputa de outras noções de realidade, que ela não é estática e sim construída. Sendo assim, há construções alternativas elaboradas em um sentido distinto ao implementado pela hegemônica. Um dos pontos mais interessantes do argumento de Butler é o fato dela chamar atenção para os mecanismos de desconstruções e construções serem realizados nos próprios corpos. Assim, há a possibilidade de se vivenciar a ultrapassagem da norma pelos, bem como os trabalhos que ela fará para se atualizar, porém, afirmando que é justamente esse movimento que permite a percepção do não fechamento da realidade na qual se acredita estar preso.

O processo de criação do Outro é efetivado justamente com a desconsideração desse Outro como real, pois a realidade, para o poder, está atrelada às identidades por ele desenhadas. Não se considera o que está fora dos parâmetros dessas identidades como humano, pois o próprio reconhecimento da humanidade de alguém vai ser variável, de acordo com a história e a cultura. O sujeito dos direitos humanos é também um bom exemplo dessa variação. A autora critica o fato dele ser já conhecido, determinado e servir de ponto de partida para a atribuição de direitos. Porém, ela entende que para que os direitos humanos não

¹⁵⁹ Aqui a política é utilizada em um sentido próximo ao de Rancière, ou seja, a partir do conflito entre dois sensíveis para estabelecer uma nova concepção de realidade, liberando um grupo que antes não falava, que aos olhos do poder produzia somente ruídos. É interessante observar que a Teoria *Queer* passa pelo momento da resistência, conforme vislumbrado nesse capítulo no retorno ao comentário de *Cinco lições sobre o Império* ganha também um caráter revolucionário, ou seja, de poder constituinte, na trajetória elaborada por Butler.

sejam excludentes, uma reflexão acerca do alcance, da dimensão do humano deve ser realizada constantemente¹⁶⁰.

A partir do reconhecimento do gênero como algo produzido pela performance, a realidade passa a ser compreendida da mesma forma, sendo, na verdade, fruto das performances. Sem dúvida, há normas que ditam o que é real e o que não é, mas elas são atingidas pelos atos performativos quando os corpos percebem que nem elas são imutáveis, nem eles estão constituídos de forma definitiva. Os atos performativos contribuem para o entendimento das engrenagens das normas que ditam a realidade e também para esclarecer a forma como a realidade é reproduzida e como pode ser alterada a partir dessa percepção¹⁶¹.

Entretanto, é interessante observar que a autora faz uma ressalva acerca dessas demais possibilidades de gêneros tão mencionadas ao longo do trabalho. Ela não afirma que irá tratar de uma produção de realidade favorável a gêneros que ainda não existem. A sua pretensão é trabalhar com os gêneros que considera como existentes já há muito tempo, porém que nunca foram assumidos pelas normas que gerem o real. De fato, conforme apresentado no capítulo anterior, o amor entre mulheres apareceu algumas vezes no decorrer da história que culminou com o surgimento do feminismo e, como também já mencionado, existiam aquelas que atuavam em uma performance diferente da estabelecida pelo seu gênero primário, seja por uma necessidade de fuga dos planos que suas famílias

¹⁶⁰ Cf. BUTLER, J., The question of social transformation, In BECK-GERNSHEIM, E.; BUTLER, J. & PUIGVERT, L., *Women and social transformation*, p. 22. A autora não defende uma perspectiva relativista de direitos humanos, pois o relativismo inviabilizaria uma fala a partir do humano e dos direitos humanos, já que sempre irão existir abordagens locais sobre esses dois temas. Porém, para que os processos liberatórios ocorram, para que as transformações sociais, especialmente no que diz respeito à situação das mulheres, sejam viabilizadas em nome do humano, em nome das mulheres, é necessário ter em mente que o termo “humano” tem uma trajetória bastante diversificada e que nem todos os humanos, em sentido amplo, foram considerados humanos ao longo de toda a existência do termo. O mesmo acontece com o termo “mulher”. Por isso, a autora ressalta tanto a importância de uma reflexão histórica sobre os termos antes de empregá-los. Outros termos também devem ser pensados, como a apropriação *queer* do próprio termo *queer*, ou ainda a apropriação realizada pelo movimento negro de termos de cunho racista, e a autora destaca aqui o movimento hip-hop. As apropriações em si nada significam, podendo gerar as consequências mais diversas. Algumas dessas consequências irão ser recepcionadas pelos movimentos, enquanto outras serão descartadas, como coloca Butler.

¹⁶¹ Nesse sentido, Butler segue afirmando que os ativistas *drags* não ficam restritos à simples apresentação de um mecanismo de subversão, eles conseguem realizar uma alegoria dos mecanismos pelos quais a realidade é reproduzida e contestada. Cf. BUTLER, J., The question of social transformation, In BECK-GERNSHEIM, E., BUTLER, J. & PUIGVERT, L., *Women and social transformation*, p. 14.

tinham para suas vidas, seja por uma questão de afinidade com outro gênero em vez daquele que lhes foi atribuído.

A complexidade de gêneros já estava presente, apesar da estrutura que forçava uma apreensão da realidade em sentido diferente e, já que as normas não as consideravam reais, existentes, elas agora são denominadas como novas. A autora afirma ter uma aspiração normativa, por considerar inviável não haver nenhuma. Porém, sua normatividade seria pautada por uma “filosofia da liberdade”¹⁶². As normas podem ser explicitadas ou não. O mais comum quando se trata de uma norma que tem como procedimento a normalização de práticas sociais, elas têm forte tendência a serem obscuras, difíceis de serem identificadas como um procedimento com essa função.

O motivo para se preferir uma norma de caráter mais implícito é evidente: ela incide dessa forma para que a condição estabelecida ganhe um aspecto natural. Sendo assim, a norma está separada e é imparcial em relação às ações por ela reguladas somente de forma aparente, pois o seu papel é impor e dar legitimidade a determinadas práticas, em detrimento de outras. Segundo Butler, o gênero, por exemplo, é uma estrutura na qual se realiza a normalização do feminino e do masculino, não é algo que as pessoas são ou possuem. Evidentemente esse é o discurso contrário ao do poder. A produção desse dualismo é contingente e conjuga argumentos de ordem hormonal, genética, psicológica e, além disso, conta com as performances, os gestos realizados pelos corpos.

Porém, o dualismo instaurado pelo feminino e masculino não exaure os gêneros. Uma teoria feminista que considere como única possibilidade para a sua formulação o reconhecimento do dualismo homem/mulher não faz outra coisa diferente da afirmação das estruturas regulatórias do poder. A teoria de Butler é assumida por Negri e Hardt, não somente por perceber que a performance *drag* deixa completamente exposta a arbitrariedade dos gêneros, como também por abrir a possibilidade de repetições criativas, inovadoras, uma vez constatada essa

¹⁶² BUTLER, J., The question of social transformation, In BECK-GERNSHEIM, E.; BUTLER, J. & PUIGVERT, Lídia, *Women and social transformation*, p. 15. A normatividade defendida pela autora não tem um conteúdo prévio, pois caso contrário, sua teoria seria inconsistente. Quando ela menciona uma normatividade necessária e a atrela ao que ela denomina como filosofia da liberdade, a interpretação deve ser no sentido de considerar essa normatividade como fluida, como algo que irá ser transformado de acordo com as necessidades históricas e culturais. Essa fluidez perpassa outros conceitos da autora, como, por exemplo, o termo “mulher”, examinado logo no início do capítulo.

arbitrariedade. Ao propor uma confusão nos gêneros, a autora afirma que existe uma forma de os gêneros transitarem entre o masculino e o feminino, além do dualismo naturalizado. Nesse sentido, a concepção de democracia de Butler não abraça a unidade, e sim a dissonância, a discordância, ou, em outras palavras, o dissenso.

Conclusão

O trabalho teve origem em duas grandes propostas: a primeira delas foi fazer uma leitura das teorias feministas e do movimento feminista utilizando os recursos elaborados por Antonio Negri, no intuito de avaliar essa expressão peculiar do poder constituinte e seu desenvolvimento em relação ao objetivo de liberação da mulher; a segunda foi promover um encontro entre as teorias de Judith Butler, Antonio Negri e Michael Hardt, aproveitando a referência feita pelos dois últimos à primeira, ao reconhecer os atos performativos como forma de ação da multidão.

Essas propostas necessariamente iriam se cruzar, pois enquanto uma parte era dedicada à percepção do processo revolucionário desencadeado pelo feminismo, bem como às armadilhas impostas a ele para impedir esses avanços, a outra pretendia também analisar os motivos que levavam o feminismo a ceder e a sucumbir ao longo de sua história diante do poder constituído e apontar qual a solução para o problema. Dessa forma, percebe-se que o apelo à identidade não seria a forma de luta mais adequada. Tal constatação não é muito fácil de ser absorvida, pois em regra o discurso identitário pode atender às necessidades, pelo menos a princípio, dos movimentos de minorias. Ele é utilizado como um grande fator que vincula um grupo de pessoas a uma determinada causa.

Por esse motivo, Negri e Hardt não deixam de considerar a especial importância que a identidade teve, e continua tendo, para Estados que sofrem com determinadas opressões estrangeiras, em um confronto entre uma cultura hegemônica e uma cultura desconsiderada. Porém, como bem ressaltam os autores, nessas hipóteses, geralmente quando são observadas as condições internas daqueles Estados, a mesma estratégia de domínio estrangeira é adotada pelo poder que ali se reproduz para conseguir forjar uma união e combater o poder que vem de fora. Nesse sentido, o sistema interno daquele Estado é tão excludente quanto o externo, provocando a criação do Outro, ou dos Outros, em seu âmbito de incidência. A identidade é igualmente criada para moldar e regular os corpos, além de segregar aqueles que não conseguem se adequar a seus padrões.

A estrutura desenvolvida por Negri e por Hardt pode ser aplicada ao feminismo. Nesse caso, a identidade é até mesmo mais ambígua em relação a uma eficácia para a teoria e o ativismo feministas. Sem dúvida, ela é um poderoso apelo para aqueles que estão na condição de excluídos, sempre lembrando que, apesar da referência “excluídos”, eles estão completamente inseridos na estrutura do poder, pois são ininterruptamente produzidos por ele. A identidade ajuda a perceber que existem grupos que estão sobrepostos aos demais, no caso em exame, os homens em relação às mulheres. Os subjugados se reconhecem como tais e fazem da identificação entre eles estruturada pelo poder um mecanismo de união para promover um engajamento na luta pela liberação daquela categoria.

Apesar dessa utilidade primária, após enfrentar o segundo capítulo da dissertação, não há como negar que a promoção da identidade no feminismo, se por um lado foi um fator de união, por outro lado, gerou uma série de fragmentações no movimento, uma vez que ao se estabelecer uma arborescência, um modelo de mulher a partir do qual as lutas seriam originadas, as demais, que não se adequavam ao modelo, sentiam necessidade de criar uma luta própria a partir daquilo que as identificava, ou então, simplesmente não aderiam ao feminismo por uma completa ausência de identificação com a causa das burguesas, brancas, heterossexuais, que em parte atendiam ao perfil da Mulher. Em parte porque elas foram muito atreladas à luta pela conquista do espaço público e pela autonomia financeira, bem como pelo direito à educação, não corroborando com o papel tradicional da mulher, destinada à casa e à família.

O feminismo é permeado com as mais diversas correntes, entre elas: o feminismo de classe, o homossexual, o maternal, o de raça, etc. Aqui o “etc” caracteriza a insuficiência tratada por Butler dessas correntes em incluir todas as formas de lutas possíveis que podem ser fundadas no feminismo, uma vez constatada a heterogeneidade que atinge, no caso, a categoria Mulher, mostrando que, apesar do trabalho desenvolvido pelo poder, ele não consegue dar um caráter homogêneo a ela. Por esse motivo, a autora desestrutura o conceito de mulher, não para simplesmente deslegitimá-lo, mas para defender a sua maleabilidade, mostrando que é possível que ele seja aberto para recepcionar novas lutas, de acordo com as necessidades instauradas em cada época, sem que o único recurso seja a fragmentação do movimento, o que o levaria a um reforço cada vez maior

da estrutura de dominação pela identidade, na medida em que o feminismo sempre recorre a ela para tentar prosseguir com suas reivindicações.

Qual seria a outra proposta de luta? Como se daria a união de toda essa heterogeneidade em prol da constituição de um comum que não existe previamente? Judith Butler foi muito criticada no feminismo após o surgimento da teoria *Queer*. A principal questão que se levantava contra ela na época era o fato de haver uma dificuldade muito grande em se conceber uma espécie de luta nesse nível, sem que houvesse uma identidade por trás dando um suporte ao ativismo, criando um liame entre seus membros, já que essa categoria havia sido inviabilizada como fonte de sustento para os movimentos minoritários. Nesse sentido, é interessante retornar à concepção de comum da qual Negri e Hardt são herdeiros, bem como à relação entre multidão e singularidades, que podem ajudar a esclarecer a teoria de Butler, após tantas críticas no sentido de se constatar nela uma impossibilidade completa de reunião para a luta por conquista de direitos.

A multidão é heterogênea, é composta por diversas singularidades, por isso, tem diferenças internas. Tal fato não a impede de atuar em uma direção sem que perca sua característica híbrida nem ganhe um aspecto totalitário. Um bom exemplo dessa relação entre multidão e singularidades é o corpo humano, que foi trazido de Spinoza pelos autores Negri e Hardt. Outro exemplo é a análise do inconsciente, a partir da perspectiva de Deleuze e Guattari. A concepção de comum trabalhada pelos autores também auxilia nesse momento.

Conforme esclarecido em nota brevemente, o comum não é compreendido como aquilo que as singularidades possuem de forma idêntica e sim como a relação entre a parte e o todo. Os corpos são singulares e o que há de comum entre eles é a manifestação do todo. Por isso, ele está presente nas partes e no todo, porém, ele não é idêntico entre as partes. Essa espécie de vínculo poderia ser cogitada para a teoria de Butler, demonstrando que, além de não haver uma necessidade de um apelo à identidade para a ação conjunta, também não é necessário o receio em relação à ação da multidão.

Além disso, é importante lembrar que há uma troca entre a produção do comum e a produção das subjetividades. Um interfere no outro, estabelecendo, assim, novas formas de cooperação, que dão origem a uma nova subjetividade. É nessa reprodução constante dos corpos que a inovação pode acontecer, que os atos performativos podem ser exercidos não somente de forma a demonstrar que a

realidade não é fixa e sim produzida e, por isso, passível de alteração. Porém, esse tipo de concepção ainda não encontra muito espaço nas teorias feministas. A “identidade fluida” extraída da teoria de Butler, que irá se transformar de acordo com as necessidades das lutas, permite tal avanço. Inicialmente, porque não deve ser entendida propriamente como uma identidade, mas sim como uma manifestação da multidão. Com isso, alcança-se uma nova forma de mobilização, que por si só já é revolucionária, a partir não mais de interesses individualistas ou objetivos de ganhos diretos, mas sim da concepção de comum.

Em relação ao ativismo, caberia até mesmo uma pesquisa com o objetivo de perceber quais são as principais estratégias de luta utilizadas por ele nesse momento para ampliar o rol de direitos da mulher, apesar da expressão não muito adequada nesse momento. Além disso, seria também interessante realizar uma investigação sobre as exposições de motivos de legislações acerca do tema, com o intuito de perceber quais são os discursos que geram essas legislações, e o possível reflexo da incongruência e o descabimento do apelo à identidade para que o processo liberatório da mulher prossiga.

O fato é que, se o objetivo é provocar uma grande mobilização em torno de questões já muito saturadas no feminismo, mas que ainda são temas em nossa sociedade, como a descriminalização do aborto, para citar um exemplo, a identidade não teve força suficiente para realizar tal empreitada. Talvez a fluidez do conceito de mulher defendido por Butler, bem como o reconhecimento da heterogeneidade da multidão, força que impulsiona o poder constituinte e, portanto, os processos revolucionários, sejam contribuições indispensáveis para os movimentos de minorias, em especial o feminismo, começarem a permitir uma real ampliação em seus acessos, ao mesmo tempo em que os problemas tratados anteriormente como próprios de uma determinada categoria passem a ser assumidos por aqueles que, a princípio, seriam externos a ela, mas que compõem a multidão.

Dessa forma, as conexões entre os movimentos não seriam apenas mais facilitadas, mas sim fundamentais. Na verdade, isso articularia uma união entre eles, sem uma uniformidade. Mais do que isso, pode-se retomar a articulação feita por Negri entre resistência, insurreição e poder constituinte. Enquanto esses movimentos atuam na esfera da resistência, estágio no qual muitos se encontram, eles se ocupam das questões do cotidiano, conseqüentemente, de forma dispersa.

O momento da insurreição é posterior à resistência, podendo ser alcançado através da presente proposta, pois a insurreição concentra as diversas formas de resistência em um único feixe, que irá atravessar as barreiras sociais, desembocando no poder constituinte e em toda a sua inovação.

Questões como aborto, a ligação entre a licença maternidade e a identidade Mulher/Mãe biológica, a existência de uma licença atrelada ao parto e não à maternidade/paternidade, a própria associação entre mulher e maternidade, violência contra a mulher, violência contra homossexuais, a diferença salarial existente entre os sexos, a discriminação de raça/cor, etc, novamente apropriando-se do “etc” de Butler, tão arraigadas e naturalizadas em nossa sociedade, deixariam de ser lutas de pequenos ou grandes grupos e seriam encaradas pelo(s) seu(s) único(s) e verdadeiro(s) titular(es): a multidão.

Bibliografia

ADLER, F. **Sisters in Crime: the rise of the new female criminal**, New York: McGraw-Hill, 1976.

ALAMBERT, Z. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Livraria Nobel, 1986.

BADINTER, E. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Tradução Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. Tradução Sérgio Milliet, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Tradução. Sérgio Milliet, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

_____. **Por uma moral da ambigüidade**. Tradução Marcelo Jacques Moraes, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BIRMAN, J. **Cartografias do Feminino**. 1. ed. São Paulo: Ed. 34, 1999.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, J. **Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"**. London: Routledge, 1993.

BUTLER, J.; SCOTT, J. W. (Org.) **Feminists theorize the political**. New York: Routledge, 1992.

BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1999.

_____. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

_____. The question of social transformation. In BECK-GERNSHEIM, E.; BUTLER, J.; PUIGVERT, L. **Women and social transformation**, New York: Peter Lang, 2001.

CASTELLS, C (Org.). **Perspectivas feministas em teoría política**. 1. ed. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 1996.

CHAUÍ, M. **Política em Espinosa**, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHESNEY-LIND, M. **The female offender: girls, women and crime**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?**, Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Aurélio Guerra e Célia Pinto da Costa, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. V. 1.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Suely Rolnik, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. V. 4.

DOBASSH, R.; DOBASH, R. E., GUTTERIDGE, S. **The Imprisonment of Women**. Oxford and New York: Basil Blackwell, 1986.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 16. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

_____. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. 10. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque, São Paulo: Edições Graal, 2003.

_____. **História da sexualidade: o cuidado de si**. 8. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque, São Paulo: Edições Graal, 2005.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução Roberto Machado, Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FRASER, N. **Qu'est-ce que la justice social?** reconnaissance et redistribution. Paris: Éditions La Découverte, 2005.

GOLDENBERG, Mi.; TOSCANO, M.(Org). **A Revolução das Mulheres: um balanço do feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GOMEZ, G. Q. **Maternidade e Alteridade: Atenas, as Luzes e Freud**. Tese apresentada ao Instituto de Medicina Sol da UERJ para obtenção do grau de doutor em Saúde Coletiva. Orientador: Joel Birman, Rio de Janeiro, 2000.

GUIMARAENS, F. **O poder constituinte na perspectiva de Antonio Negri: um conceito muito além da modernidade hegemônica**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

HAHNER, J. E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. Tradução Maria Thereza P. De Almeida e Heitor Ferreira da Costa, São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. 3. ed. Tradução Berilo Vargas, Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Tradução Clóvis Marques, Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **O trabalho de Dioniso:** para a crítica ao Estado pós-moderno. Tradução Marcello Lino, Juiz de Fora: editora UFJF, 2004.

IRIGARAY, L. **Ce sexe qui n'en est pas un.** Paris: Les éditions de Minuit, 1977.

KNOP, K. (ed.). **Gender and Human Rights.** New York: Oxford University Press, 2004.

KOLLONTAÏ, A. **Marxisme et révolution sexuelle.** 5. ed. Paris: Librairie François Maspero, 1977.

KONDER, L. **Flora Tristan:** uma vida de mulher, uma paixão socialista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

LeGATES, M. **In Their Time:** a history of feminism in western society. New York: Routledge, 2001.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos Vivos:** análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo.** Tradução Julio Fischer, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MACKINNON, C. A. **Toward a feminist theory of the State.** Cambridge: Harvard University Press, 1991.

NAFFINE, N. **Female Crime:** the construction of women in criminology. Sydney, Wellington, London, Boston: Allen & Unwin, 1987.

NEGRI, A. **Cinco Lições sobre o Império.** Tradução Alba Olmi, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **O Poder Constituinte:** ensaio sobre as alternativas da modernidade. Tradução Adriano Pilatti, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PATEMAN, C. **The Sexual Contract.** Standfort: Standfort University Press, 1988.

PERROT, M. **As Mulheres ou os Silêncios da História.** Tradução Viviane Ribeiro, Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Mulheres Públicas.** Trad. Roberto Leal Ferreira, São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. **Os Excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. 3. ed. Tradução Denise Bottmann, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento:** política e filosofia. Tradução Ângela Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. O Dissenso. In NOVAES, A. (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996.

SCALA, A. **Espinosa**. Tradução Tessa Moura Lacerda, São Paulo: Estação Liberdade, 2003.